



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

SHIRLEY FERREIRA MARINHO SILVA

**EDUCAÇÃO DO CORPO INFANTIL NO SUL DE MATO GROSSO NA
ERA VARGAS (1930-1940)**

**Dourados – MS
2018**

SHIRLEY FERREIRA MARINHO SILVA

**EDUCAÇÃO DO CORPO INFANTIL NO SUL DE MATO GROSSO NA
ERA VARGAS (1930-1940)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre, sob a orientação da Professora Doutora Kênia Hilda Moreira.

**Dourados – MS
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

| | |
|-------|---|
| S586e | Silva, Shirley Ferreira Marinho Educação do corpo infantil no Sul de Mato Grosso na Era Vargas : (1930-1940) / Shirley Ferreira Marinho Silva. – Dourados, MS : UFGD, 2018. 93f. Orientador: Prof ^ª . Dr ^ª . Kênia Hilda Moreira. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados. 1. <i>Folha da Serra, RFS</i> (Periódicos) – Análise do discurso. 2. Crianças – Educação corporal 3. Infância – Educação e Sociedade. I. Título. |
|-------|---|

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

SHIRLEY FERREIRA MARINHO SILVA

**EDUCAÇÃO DO CORPO INFANTIL NO SUL DE MATO GROSSO NA ERA
VARGAS (1930-1940)**

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
MESTRE EM EDUCAÇÃO DO PPGEdu/FAED/UFGD

Aprovada em ____ de _____ de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Kênia Hilda Moreira – FAED/UFGD
Presidente da Comissão e Orientadora

Prof. Dr. André Dalben – UEL
1º Examinador

Prof.^a. Dr.^a. Magda Sarat – FAED/UFGD
2ª Examinadora

**Dourados – MS
2018**

Este trabalho é dedicado às crianças presentes na pesquisa que, por meio de suas vivências registradas pela Revista Folha da Serra, permitiram que eu enveredasse pelo estudo aqui proposto.

Em especial, à minha mãe, Inêz Marinho, que diante do seu tempo e contexto não pôde estudar, mas foi meu referencial de honestidade e trabalho que certamente foram essenciais para a minha formação.

AGRADECIMENTOS

É preciso ser grato com a vida e reconhecer a importância de todas as pessoas que passam por ela e deixam, cada uma a seu modo, sua marca.

Primeiramente, agradeço imensamente à minha orientadora Professora Doutora Kênia Hilda Moreira, por me presentear com o tema desta pesquisa e por aceitar me iluminar neste caminho que, por muitas vezes caminhei com a visão turva de um leigo, mas sempre confiante que deveria trilhar. Se cheguei até aqui, com certeza foi sob o reflexo da sua luz e do seu conhecimento no campo da pesquisa em História da Educação. Namastê!

Aos grandes amores da minha vida, minha mãezinha Inêz, meu floquinho Laura e minha fada Kamila, obrigada pelo amor emanado, por sempre me ouvirem, me incentivarem e acreditarem em mim, vocês são meu porto seguro.

À grande amiga, minha “irmã-nega-loira” Jacqueline Nunes, muito obrigada pela amizade, incentivo e apoio incondicional que me deste para ingressar nesta nova etapa de minha vida, sua presença foi fundamental para que eu tivesse força e coragem o suficiente.

À Nyanne, minha “filhotona”, que rapidamente aprendi a amar, mais que uma amiga de turma és agora minha amiga da vida. Obrigada pelo apoio nas horas difíceis, pelos sorrisos nas horas alegres e por compartilhar seus momentos comigo também.

Aos queridos amigos que fiz, alguns desde antes do meu ingresso no curso, outros durante: Eliana Maria, Claudemir Dantes, Cinthya, Núbia, Dagata, Osmar, Analidia, Joice, Rômulo, Washington, Marcos Antônio, a vocês meu agradecimento especial, pelas contribuições pertinentes à pesquisa, pelas conversas, cafés e reflexões. Com certeza foram vocês que não permitiram que a ansiedade e as dúvidas tomassem conta de mim, me fortaleceram e me sustentaram para que eu chegasse até o fim.

Aos meus grandes mestres que muito me ensinaram, Professor Reinaldo dos Santos, Maria do Carmo Brasil, Rose Ziliani, Alessandra Furtado, Aline Maira, Ademir Gebara, Thaise da Silva, guardarei eternamente minha gratidão e admiração por todos, pois foram essenciais para meu processo de formação.

À Professora Doutora Magda Sarat (UFGD) e ao Professor Doutor Carlos Herold Júnior (UEM) pelas riquíssimas contribuições em minha banca de qualificação, vocês me ajudaram a enxergar com mais clareza minha linha de chegada.

Ao Professor Doutor André Dalben (UEL), por gentilmente aceitar participar da banca de defesa desta dissertação.

Em especial, ao Professor Manuel Pacheco, que tive a honra de conhecer aqui na universidade, na ocasião de professora substituta do curso de Educação Física, antes de ingressar no mestrado, e que compartilhou comigo um pouco do seu vasto conhecimento. Todo meu respeito e gratidão.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de mestrado, que contribuiu para a execução da pesquisa.

A todos os funcionários da FAED/UFGD, que direta e indiretamente participaram do meu percurso acadêmico nesses dois anos, seja com o ambiente limpo, seja disponibilizando documentos necessários, muito obrigada.

Aprendo mais com as abelhas

Aprendo mais com abelhas do que com aeroplanos
É um olhar para baixo que eu nasci tendo.
É um olhar para o ser menor, para o
insignificante que eu me criei tendo
O ser que na sociedade é chutado como uma
barata – cresce de importância para o meu olho.
Ainda não entendi porque herdei esse olhar para baixo.
Sempre imagino que venha de ancestralidades machucadas.
Fui criado no mato e aprendi a gostar das coisinhas do chão –
Antes que das coisas celestiais.
Pessoas pertencidas de abandono me comovem:
tanto quanto as soberbas coisas ínfimas.

Manoel de Barros

RESUMO

Este estudo tem por objetivo investigar as representações sobre a educação do corpo infantil presentes na Revista Mensal Ilustrada *Folha da Serra* (RFS), impresso não pedagógico publicado em Campo Grande, sul de Mato Grosso, entre 1931 e 1940. A pesquisa trata da educação do corpo infantil no espaço privado (mãe, instituição família) e público (professores, instituição escolar). Como procedimento metodológico de análise foi adotado o conceito de estratégia (CERTEAU, 1990) e de representação (CHARTIER 1990) com base na Nova História Cultural. Nessa perspectiva, questiona-se sobre a presença e o conteúdo de discursos em torno da educação do corpo infantil nas páginas da Revista, na região sul de Mato Grosso, na década de 1930 e sua relação com o discurso governamental nacionalista, com o intuito de melhorar os índices físicos da nova geração de brasileiros, como parte do pensamento científico da época, que incentivava a educação de crianças brancas, robustas e saudáveis, fazendo jus ao movimento higienista do período. Nesse sentido, a disciplina de educação física é instituída como novo campo disciplinar, focado na educação do corpo. Em linhas gerais, por meio da análise dos dados apresentados percebe-se o grande esforço da Revista em contribuir no processo de transformação de uma cidade pequena, predominantemente rural, em uma capital moderna, mesmo que silenciando um cenário onde a alta taxa de mortalidade infantil, doenças e epidemias assolavam o país, ainda assim, é de considerar a intenção em reverter o quadro. Sobre a responsabilidade da educação do corpo infantil, verificou-se que recai sobre as mães, em especial, em conjunto com Estado e escolas, sob a centralidade da autoridade e dos discursos divulgados e impostos por Getúlio Vargas.

Palavras-chave: Educação do Corpo. Infância. Impressos.

ABSTRACT

This study aims to investigate the representations on the education of children in the Revista Mensal Ilustrada Folha da Serra (RFS), printed non-pedagogical published in Campo Grande, southern Mato Grosso, between 1931 and 1940. The research deals with education of the children's body in the private space (mother, family institution) and public (teachers, school institution). As a methodological method of analysis, the concept of strategy (CERTEAU, 1990) and of Chartier (1990) based on the New Cultural History were adopted. From this perspective, we question the presence and content of discourses around the education of the infantile body in the pages of the Revista, in the region south of Mato Grosso, in the decade of 1930 and its relation with the nationalist governmental discourse, with the intention of to improve the physical indices of the new generation of Brazilians, as part of the scientific thinking of the time, which encouraged the education of white, chubby and healthy children, living up to the hygienist movement of the period. In this sense, the discipline of physical education is instituted as a new discipline field, focused on the education of the body. In general terms, the analysis of the data presented shows the great effort of the Journal to contribute to the process of transforming a small, predominantly rural city into a modern capital, even if it silences a scenario where the high infant mortality rate, diseases and epidemics ravaged the country, it is still necessary to consider the intention to reverse the situation. Regarding the responsibility of the education of the infant body, it was found that it falls on the mothers, especially in conjunction with the State and schools, under the centrality of the authority and the speeches divulged and imposed by Getúlio Vargas.

Keywords: Body education. Chidhood. Printed.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Mapas do estado de Mato Grosso na capa da RFS (números 16 e 18, de 1933) | 22 |
| Figura 2 - Hospital da Sociedade Beneficente de Campo Grande | 31 |
| Figura 3 - Saleta de espera do consultório | 33 |
| Figura 4 - A presença da ginástica | 36 |
| Figura 5 - Vencedora do Concurso de bebês robustos | 48 |
| Figura 6 - Segunda colocada no Concurso de bebês robustos | 49 |
| Figura 7 - “Concorrentes” | 49 |
| Figura 8 - “Concorrentes” | 50 |
| Figura 9 - “A saída do concurso de bebês robustos” | 50 |
| Figura 10 - O “Crioulo” Jabotísano | 52 |
| Figura 11 - Alimentos e fortificantes para as crianças | 58 |
| Figura 12 - Propaganda: escola e higiene | 71 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|---|
| ABE | - Associação Brasileira de Educação |
| CAPES | - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CMEE | - Centro Militar de Educação Física |
| CNLI | - Comissão Nacional de Literatura Infantil |
| DEIP | - Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda |
| DIP | - Departamento de Imprensa e Propaganda |
| EsEFEx | - Escola de Educação Física do Exército |
| FAED | - Faculdade de Educação |
| IPAI | - Instituto de Proteção e Assistência à Infância |
| MT | - Mato Grosso |
| RFS | - Revista Mensal Ilustrada <i>Folha da Serra</i> |
| UEL | - Universidade Estadual de Londrina |
| UEM | - Universidade Estadual de Maringá |
| UFGD | - Universidade Federal da Grande Dourados |
| UNIGRAN | - Universidade da Grande Dourados |

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|--|----|
| | INTRODUÇÃO | 12 |
| 1 | SANEAMENTO, INFÂNCIA, HIGIENE E SAÚDE EM CAMPO GRANDE NOS ANOS 1930 | 20 |
| 1.1 | As campanhas em prol do saneamento da cidade | 21 |
| 1.2 | Os hospitais como instituições dignas de apoio | 29 |
| 1.3 | Práticas corporais em Campo Grande | 35 |
| 2 | A MÃE E A EDUCAÇÃO DO CORPO INFANTIL (CAMPO GRANDE, DÉCADA DE 1930) | 40 |
| 2.1 | Os Concursos de Robustez de Bebês e a Mãe na era Vargas | 42 |
| 2.1.1 | O Concurso de Robustez de Bebês em Campo Grande, em 1934 | 45 |
| 2.2 | A educação do corpo infantil no lar | 53 |
| 3 | A EDUCAÇÃO DO CORPO INFANTIL PELA ESCOLA NOS ANOS 1930 | 65 |
| 3.1 | Escola nova e educação do corpo | 66 |
| 3.2 | A educação do corpo, higiene, saúde e a educação física | 74 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 84 |
| | REFERÊNCIAS | 86 |

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação de mestrado objetivamos investigar as representações sobre a educação do corpo infantil veiculadas na Revista Mensal Ilustrada *Folha da Serra* (RFS), periódico editado na cidade de Campo Grande, sul de Mato Grosso (MT)¹. A proposta de desenvolver este trabalho surgiu da junção de interesses, de um lado, da parte da orientadora, atenta à presença de um concurso de bebês robustos nas páginas da referida Revista, por outro, pela nossa formação em Educação Física² e especialização em Educação Infantil³. Assim, propomos abordar a educação do corpo infantil no espaço privado (mãe, instituição família) e público (professores, instituição escola).

O concurso de robustez de bebês, motivador da pesquisa, aconteceu em Campo Grande, em dezembro de 1934, com 20 bebês inscritos, avaliados por uma comissão de médicos, que considerou peso, altura, turgor (rijeza muscular), índice cefálico, torácico e a largura dos ombros, proporcionais à idade de cada um, como consta na RFS. Na mesma edição da Revista é apresentada uma matéria em que um médico afirma sobre a necessidade dos pais evitarem fazer carinhos nos filhos e convencer-se de que “o organismo infantil não reclama nossos beijos, nem nossos abraços” (RFS, 1935, n. 36-37, p. 7).

A partir dessas duas matérias, questionamos sobre os conteúdos publicados nos impressos periódicos da região, naquela época, sobretudo a respeito da educação do corpo infantil, considerando tratar-se de um tema caro ao Governo Federal nesse período. A quem cabia a educação do corpo infantil? Qual o papel da mãe nessa educação? Quem representava a voz de autoridade na publicação dos discursos sobre a educação do corpo infantil? Questionamos, também, sobre a presença e o conteúdo de discursos em torno da educação do corpo infantil nas páginas da Revista, na região sul de Mato Grosso, na década de 1930 e sua relação com o discurso governamental nacionalista, com o intuito de melhorar os índices físicos da nova geração de brasileiros, como parte do pensamento científico da época, que incentivava a educação de crianças brancas, gordinhas e saudáveis, fazendo jus ao movimento higienista do período.

Quando falamos em infância verificamos que desde o século XII até as décadas iniciais do século XX o conceito de infância vem mudando, isso se deve às transformações

¹ Mato Grosso “uno” ou “antigo” Mato Grosso, são expressões para referir-se ao estado de Mato Grosso antes da divisão em dois estados, no ano de 1977, com a criação de Mato Grosso do Sul (MS). O estado de Mato Grosso do Sul tem como capital a cidade de Campo Grande.

² Universidade da Grande Dourados (UNIGRAN), concluída em 2000.

³ Em virtude da experiência profissional na área da Educação Física e da especialização *lato sensu* Docência na Educação Infantil, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), concluída em 2016.

ocorridas historicamente e socialmente na família e na sociedade. Assim como Sarat (2018), compreendemos a infância como uma construção histórica e social que advém de relações que são estabelecidas entre adultos e crianças em determinado momento na história tanto no seio familiar como em outros espaços ou grupos, pois considera “O comportamento infantil e o desenvolvimento da personalidade como resultado de uma rede muito bem elaborada de dependência e interdependência entre indivíduos”; esse processo é denominado interdependência e pode alterar-se no decorrer das mudanças de comportamentos das pessoas (SARAT, 2018, p. 10). Afirma ainda que “mais do que um período definido biologicamente, surge como categoria social ao longo das transformações que a sociedade vai sofrendo e se apresenta como referência histórica, cultural e social” (SARAT, 2009, p. 8), é, portanto, estabelecida de acordo com as relações entre adultos e crianças.

Ao referir-se à educação do corpo infantil, na Era Vargas, se faz necessário compreender o movimento higienista, tido como um grande projeto social e moderno⁴, com objetivos estratégicos de interferir ativa e efetivamente no comportamento e no cotidiano das pessoas, tanto na esfera pública quanto privada. Estabeleceu-se, nesse contexto, um padrão de saúde e forma física a ser seguido, emergindo preocupações com a gestação do bebê, o nascimento, a lactação, o banho, a limpeza corporal e o ambiente em que se vive, incluindo a escola, como podemos notar pelas propostas escolanovistas, com a “centralidade da criança nas relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas e a disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos” (VIDAL, 2003, p. 497).

Sobre a educação do corpo, Carmen Lucia Soares (2005) ressalta que, havia o interesse de se promover uma melhor educação para esclarecer a população sobre a cidadania e de seus direitos e deveres, assim como a preocupação com a modelação do corpo, que se fazia necessária mediante a melhora da aparência física corporal, levando-se em conta que um corpo sadio e fortalecido estaria mais apto a enfrentar os desafios das atividades do dia a dia. Sendo assim, a disseminação da ginástica entre a população europeia no século XIX foi fundamental para o surgimento de uma mentalidade científica com normas e técnicas aplicadas à ginástica como parte de um esforço em promover o bem-estar físico e social também no Brasil.

⁴ O conceito de modernização, segundo Habermas (2002), “refere-se a um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal e, à secularização de valores e normas.” Podemos entender o processo de modernidade como a expansão e desenvolvimento da ciência, moral e da arte.

Nesse posicionamento, diante da educação do corpo, os estudos de Oliveira e Linhales (2011, p. 392) confluem com o tema da pesquisa, ao afirmarem que é “necessário ressaltar que um investimento na educação do corpo representaria reconhecer seu lugar fundamental na realização da utopia do esclarecimento, uma vez que sobre e pelo corpo seriam elevadas as potencialidades morais e intelectuais dos indivíduos”. Privilegiam, assim, a educação do corpo para a inserção de uma nova cultura no que concerne à educação de novos sentidos e novas sensibilidades.

Interessante observarmos que algumas nuances a respeito das práticas corporais muitas vezes passam despercebidas, como por exemplo brincadeiras ou disputas entre alunos que poderiam ser consideradas como algo positivo do ponto de vista da educação e educação do corpo, uma vez que também é possível se aprender fora do contexto escolar. No entanto, a educação formal homogênea seria privilegiada em detrimento às experiências ocorridas fora do contexto das salas de aula. Tabora de Oliveira (2006, p. 66) argumenta:

[...] se em nossa sociedade a escola é, por excelência, o lugar institucional da realização de experiências formativas, nela deveríamos intensificar a busca por uma maior reflexão sobre nossa dimensão corporal, com base no reconhecimento de si e do outro. Não obstante, o que se constata é que são restringidas as possibilidades de autonomia e reforçadas as relações de poder e de domesticação do corpo.

A escola é o meio tradicionalmente eficaz pelo qual o conhecimento passa de geração para geração. É nesse ambiente que, desde criança, ocorrem as transformações físicas e sociais que irão permear o intelecto da pessoa por toda a vida. Sendo assim, constitui-se também o meio mais adequado para a educação do corpo não somente por meio das aulas de educação física, mas também interagindo com outras disciplinas. Observando que, ao se tratar de educação física, geralmente são levadas em consideração as mais diversas modalidades de esportes presentes na referida disciplina e não o treinamento específico de determinadas partes do corpo.

Entre as nossas questões de pesquisa está a influência do movimento escolanovista na educação do corpo infantil. A Escola Nova, segundo Vidal (2003), surge como um discurso renovador do modelo escolar que se opunha ao modelo tradicional brasileiro, embora sejam perceptíveis em relatórios de inspetores escolares e “preceitos legais”, algumas características estariam presentes nas instituições escolares brasileiras desde o final do século XIX, vinculadas à centralidade da criança no processo de aprendizagem, além de normas higiênicas e “disciplinarização do corpo do aluno” (VIDAL, 2003, p. 497).

Diante dessas questões, nossa pesquisa se interessa em analisar os conteúdos produzidos pelo periódico sul mato-grossense, em torno da educação do corpo infantil, inculcando novos hábitos para as famílias do sertão brasileiro, em busca de alcançar a tão pretendida modernidade. Nossa hipótese é a de que o sul de Mato Grosso incorporou, por intermédio desta publicação mensal, repertórios culturais produzidos nos grandes centros, como forma de impor sua “modernidade”, conceito caro ao governo Vargas. Os conteúdos encontrados na Revista foram analisados como estratégias de modernização da região sul do Estado. O conceito de estratégias refere-se a uma ação que supõe a existência de um lugar próprio, “como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade” (CERTEAU, 1990, p. 99). As estratégias são capazes de produzir e impor. E nesse contexto, investigaremos de que forma as políticas governamentais repercutiram e foram imperativas nas práticas populares, sociais e culturais de educação de corpos infantis no tempo e espaço delimitados.

Recorremos ao conceito de representação, formulado por Chartier (1990, p. 17), como “um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” que infere em “lutas de representações” de acordo com diferentes interesses sociais e políticos, procurando entender as práticas que constroem o mundo como representação. A representação expressa com mais clareza os fenômenos que acontecem na sociedade, percebe o social com muitos conflitos, multiplicando assim, os caminhos da investigação, tornando possível a pesquisa local sem abrir mão da global (CHARTIER, 1990).

Sobre o uso dos impressos pedagógicos como fonte de pesquisa, ressaltamos que, ao longo da década de 1970, esses documentos passaram, aos poucos, a ser considerados uma fonte válida⁵. Este movimento significou, no Brasil, concomitantemente, a apropriação e a sistematização de procedimentos e métodos a serem adotados para o tratamento adequado desta modalidade de fonte. A relevância e a ampliação do uso dos impressos levaram a novas possibilidades de fontes de pesquisa histórica, novas abordagens, novos problemas e novas metodologias do historiador, mediante a escrita da História por meio da imprensa, considerando os acontecimentos cotidianos, os comportamentos e os costumes como parte importante da história, requerendo uma série de cuidados e gerando um grande desafio para o historiador.

⁵ No início da década de 1970 ainda havia receio em se ter jornais e revistas como fontes de pesquisa. Tal receio, segundo Capelato (1988, p. 21), se deve basicamente a dois fatores, sendo o primeiro pelo desprezo, ao classificar os impressos periódicos como fontes não confiáveis e sem validade; ou pelo engrandecimento ao considerar o jornal como um depósito da verdade, repleto de notícias verdadeiras. Na segunda metade do século XX, tais concepções começaram a ser contestadas e decaíram, assim como a concepção de documento como sendo única fonte da verdade absoluta.

A Revista Mensal Ilustrada *Folha da Serra* (RFS), foi publicada em Campo Grande, no sul de Mato Grosso, no período de outubro de 1931 a dezembro de 1940. O nome *Folha da Serra*, homenageava a Serra de Maracaju que divide o atual estado de Mato Grosso do Sul em duas partes, sendo de um lado o Cerrado e do outro o Pantanal. A referida Revista tinha como objetivo divulgar o então estado de Mato Grosso, que naquela época não era tão conhecido no restante do Brasil, bem como contribuir para o progresso da região. Apresentava conteúdos diversos e de fácil leitura sendo que o grande destaque era a ilustração, pois a Revista contava com amplo espaço para as fotografias.

Sobre a materialidade, notamos que, a fim de apresentar uma revista mais atrativa e melhorar a diagramação, a partir de outubro de 1932, o referido periódico passou a contar com um formato um pouco maior, ou seja, a Revista ficou mais alta e mais larga, apresentando assim uma estética diferenciada. Esta mudança também conferiu mais destaque à figura do fotógrafo, uma vez que a Revista apresentava caráter ilustrativo e fotográfico, levando-se em consideração que este profissional passou a ter grande relevância ao inserir seus registros históricos com o objetivo de prender a atenção do leitor. O fotógrafo era bastante requisitado, na época, em livrarias, editoras e gráficas, muito embora na maioria das vezes as publicações não identificavam a fonte de suas fotografias.

Um fato interessante a ressaltarmos é que até as pessoas que não sabiam ler também podiam usufruir do periódico, uma vez que as publicações ilustradas poderiam transmitir as informações provindas das áreas de cinema, esporte e da cultura em geral. Vale lembrar também, que muitos utilizavam a Revista tanto para entretenimento como para obter informações. Naquela época, já havia comentários de que uma publicação impressa em conjunto com fotos ou ilustrações chamava mais a atenção de que outros impressos somente com escritas. Sendo assim, notamos claramente que a Revista Mensal Ilustrada *Folha da Serra* privilegiava as imagens, mesmo que em sua maioria fossem impressas em preto e branco, à exceção de algumas capas em que aparecem em vermelho ou azul. As fotografias estavam dispostas na Revista separadas por quadros, como página infantil e sociedade campo-grandense, e neste último apareciam fotos de pessoas pertencentes à elite de Campo Grande, ou seja, geralmente eram pessoas que possuíam alto poder aquisitivo, bem como tinham influência no meio político ou econômico.

Outro fato importante a ressaltarmos consiste no caráter comercial da Revista, pois com o tempo foram incutidas propagandas para quem quisesse colocar anúncios, evidenciando-se assim a caracterização dos impressos como produtos. Com o passar dos anos,

gradativamente, o número de anúncios na Revista foi aumentando. Desta forma, as propagandas se dirigiam aos mais distintos públicos, às donas de casa e/ou mães, chamava a atenção os anúncios sobre máquinas de costuras, chapéus, medicamentos, alimentos, produtos de beleza, entre outros; para os homens as propagandas sobre cassino, salão masculino, entre outras. Também chamavam a atenção os anúncios para diversos setores como produtos para crianças, produtores rurais, fazendeiros, entre outros (Rodrigues, 2017).

Em síntese, considerando o contexto nacional indicado, perguntamos: Quais as representações sobre a educação do corpo infantil veiculadas nas páginas da Revista Mensal Ilustrada *Folha da Serra*, em Campo Grande, durante a década de 1930? As campanhas de higienização foram intensificadas na imprensa campo-grandense a partir do Estado Novo (1937)? Percebe-se um discurso de interiorização do país pela educação do corpo infantil a partir da campanha “Marcha para Oeste”? Compreendendo o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP, criado em 1939)⁶ como um instrumento de controle e repressão, pode-se afirmar que houve maior controle sobre o discurso na imprensa local em torno da educação do corpo infantil?

Com o intuito de responder a estas questões, iniciamos nossa relação com a Revista. Tivemos acesso ao periódico, fonte de nossa pesquisa, totalizando 48 edições disponibilizadas por Rodrigues (2017). Selecionamos artigos, imagens e anúncios que transformamos em arquivos para uso durante a pesquisa e apêndices. Primeiramente fizemos a leitura integral dos 48 números publicados, totalizando 1.650 páginas que contêm temáticas variadas como educação formal e não formal, política, esportes, poesias, história, propagandas.

Diante da constatação da riqueza de conteúdo, com o olhar mais voltado para a educação do corpo infantil, por ordem cronológica crescente de publicação, ano e número. Paralelamente, buscamos matérias que se aproximassem do nosso tema de pesquisa. Desta forma, selecionamos as matérias, imagens e anúncios que tratassem da educação como um todo, da educação do corpo infantil, da higiene, do lugar da mulher/mãe, do ensino da educação física, da saúde da criança, e que de algum modo mencionassem a mulher e a criança. Em uma pré-seleção, escolhemos 59 artigos, dos quais analisamos 30, catalogamos 12 propagandas das quais 6 foram analisadas por estarem de alguma forma relacionadas à temática. Também catalogamos 135 imagens fotográficas infantis, entre outras que de alguma forma pudessem contribuir para a pesquisa.

⁶ Sobre o DIP, conferir Capelato (1999).

Quadro 1 - Quantidade de artigos analisados por capítulo

| Categoria | Nº de artigos encontrados |
|---|----------------------------------|
| Saneamento, infância, higiene e saúde em campo grande nos anos 1930 | 15 |
| 2 A mãe e a educação do corpo infantil (Campo Grande, década de 1930) | 6 |
| 3 Educação da criança: A escola e os professores | 9 |
| Total | 30 |

Fonte: A autora (2017).

Após análise, dividimos os 30 artigos coletados em categorias que melhor se enquadravam na pesquisa, foram selecionados 15 para o capítulo 1 “Saneamento, higiene e saúde em Campo Grande nos anos 1930”.

Para o capítulo 2 “A mãe e a educação do corpo infantil (Campo Grande, década de 1930)”, selecionamos 6 artigos. O capítulo está composto por duas partes: 2.1 *O concurso de bebês robustos* e 2.2 *Educando o corpo infantil no lar*.

Dividimos o capítulo 3 “Educação da criança: A escola e os professores” em duas partes: 3.1 *Escola nova e educação do corpo* e 3.2 *A educação do corpo, higiene, saúde e a educação física*. Totalizando 9 artigos analisados.

1 SANEAMENTO, INFÂNCIA, HIGIENE E SAÚDE EM CAMPO GRANDE NOS ANOS 1930

Neste capítulo apresentamos o município de Campo Grande, localizado no sul do estado de Mato Grosso (MT), e sua preocupação com o saneamento, a higiene e a saúde da população na década de 1930, aliado ao discurso de modernidade, tendo como fonte principal a Revista Mensal Ilustrada *Folha da Serra* (RFS). Tais preocupações fizeram da cidade um cenário de transformação em aspectos socioculturais, caracterizando um novo processo de civilização⁷ em convergência com o projeto Vargasista. Nesse sentido, compunham a mídia impressa, com muita frequência, discursos médico-higienistas que tratam sobre as diversas necessidades da cidade, como saneamento, saúde pública, esporte e lazer.

O ocidente moderno presenciou e vivenciou o movimento higienista cujos propósitos estavam voltados não apenas para a melhoria da saúde da nação, mas também para expandir a gama de conhecimento e práticas vindas da nova forma de pensar e sentir. Tais práticas inferiram em mudanças no cotidiano dos indivíduos tanto no setor privado quanto no público (PYKOSZ; OLIVEIRA, 2009). Como parte da educação do corpo, a higienização social perpassou os espaços públicos, em especial o urbano, com a presença de novas regras de conduta e comportamento, criando sentidos e sensibilidades.

A discussão acerca da saúde e do saneamento nos discursos médico-higienistas, nas primeiras décadas do século XX, período de auge do discurso e da prática do higienismo, com participação efetiva de médicos, educadores e engenheiros, tem correlação com o processo de urbanização e modernidade do município de Campo Grande, como pode ser evidenciado nas páginas da RFS, ao publicar assuntos que tratam do abastecimento de água da cidade, do atendimento médico nos hospitais públicos, da higiene na área urbana e rural, e da participação da sociedade em espaços de lazer, como veremos adiante.

Os temas sobre higiene e sanitarianismo no Brasil tiveram início com a vinda da Família Real, no ano de 1808. E, em virtude do aumento da população e do surgimento de epidemias,

⁷ O conceito de civilização a que nos referimos é bastante amplo, não se refere à somente um aspecto, mas a vários. Dentro dele podem estar inclusos temas como tecnologia, saúde, religião, moda, entre outros, incluindo modo de vida, de habitação, de alimentação, sensibilidades, ética, justiça, etc. Todavia, o emprego da palavra civilização serve para determinar o nível de aperfeiçoamento de uma determinada população, em relação a seus hábitos e comportamentos de acordo com uma determinada época e grupo a qual pertence. Para Silva (2005, p. 13), “[...] a civilização inscreve-se no campo das ações e decisões humanas” admite uma concepção de classificação do mundo, tanto no presente, como no futuro, e a infância desempenha capital de construção da sociedade, cada vez mais civilizada, à medida que Elias (1994, p. 145), complementa: “a vida delas tem que ser rapidamente submetida ao controle rigoroso e à modelagem específica que dão a nossa sociedade seu caráter e que se formou na lentidão dos séculos”

evidenciou-se a necessidade de novas estratégias de controle dos corpos. Nesse período, o país era visto de forma negativa e preconceituosa pelos estrangeiros, formado por um povo tido como miscigenado e pouco desenvolvido (TEIXEIRA, 2011).

Para Bonfim (2013, p. 121), a educação, o saneamento e a eugenia estavam vinculados à construção da identidade nacional e “o atraso brasileiro denunciava um descompasso entre as expectativas das elites urbanas, de verem o país ocupando um lugar no concerto das nações civilizadas e as mazelas verificadas no país no campo e na cidade”. Para tentar solucionar a questão, “a educação, o saneamento e a eugenia, se constituíram como projetos de reforma e regeneração social frente aos desafios que se identificavam no horizonte nacional” (BONFIM, 2013, p. 121).

Ao pesquisar a higiene na infância, tendo como recorte espaço/tempo as escolas do estado da Paraíba, de 1913 a 1942, Soares Junior (2015) constatou que os médicos sanitaristas alertavam para os problemas de falta de higiene, instaurados por todos os lugares, com esgotos e lixo a céu aberto, afetando inclusive o abastecimento de água. A realização de serviços públicos de higiene era uma tarefa difícil em razão da falta de recursos e da resistência por parte da população. Os médicos tinham a incumbência de tirar a população da ignorância no que tange à higiene e à saúde física e mental. Tais aspectos, visíveis na pesquisa mencionada, podem ser exemplificados também na cidade de Campo Grande.

Assim é que caminhamos para o ambiente da cidade de Campo Grande, buscando conhecer seu contexto histórico, geográfico, cultural e governamental. Com o intuito de apresentá-la, dividimos este capítulo em três partes: 1.1 As campanhas em prol do saneamento da cidade; 1.2 Os hospitais como instituições dignas de apoio; e 1.3 Práticas corporais em Campo Grande.

1.1 As campanhas em prol do saneamento da cidade

Campo Grande foi distrito da cidade de Miranda até 1910. Em 1933, tem sua área de extensão a superfície de “6.534 hectares, 34 ares e 79 metros quadrados” distribuídos da seguinte forma: “222 hectares para a área urbana; 1.314 hectares constituem a zona suburbana e 4.968 hectares, 43 ares e 79 metros quadrados formam a área rústica” (RODRIGUES, 2017, p. 72). A Figura 1, a seguir, traz mapas, presentes nas capas da RFS no ano de 1933, que ajudam a localizar a região e suas fronteiras:

Figura 1 - Mapas do estado de Mato Grosso na capa da RFS (números 16 e 18, de 1933)



Fonte: Rodrigues (2017).

Nesta primeira imagem (à esquerda) observam-se as delimitações do estado de Mato Grosso uno com os demais estados (Amazonas, Pará, Minas Gerais, São Paulo e Paraná), o mapa não apresenta Goiás, e países fronteiriços (Paraguai e Bolívia). Na segunda imagem (à direita) a ênfase é para o sul do Estado, apresentando a linha de trem da Companhia Noroeste do Brasil, com Campo Grande em destaque no centro do mapa.

Campo Grande estava localizada no sul de Mato Grosso uno, cortada pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, desde outubro de 1914, transformando sua realidade e o entorno. Rodrigues (2017, p. 74) ressalta a importância da ferrovia para o desenvolvimento da região, uma vez que a chegada do trem abriu novas possibilidades no campo da política, do comércio, da agricultura, da pecuária e, “por isso, constantemente citada na *Revista Folha da Serra* como símbolo de progresso e modernidade”. Segundo Queiroz (2008), a Ferrovia Noroeste do Brasil, contribuiu para o processo de modernização da região sul de Mato Grosso, pois estabelecia ligação direta entre a fronteira sul-mato-grossense e o litoral atlântico brasileiro no início do século XX, e um dos efeitos dessa conexão foi a migração do polo comercial do sul do estado, de Corumbá para Campo Grande.

Neste tópico apresentamos as ações sanitárias em Campo Grande, tanto no campo quanto na cidade, divulgadas na RFS, passando pelas questões de urbanização e eugenia. Para a elaboração do mesmo selecionamos os artigos: “Um Logradouro Público para as nossas crianças” (RFS, 1931, n. 2, p. 12, sem autor); “Para frente: o progresso e as necessidades de Campo Grande” (RFS, 1932, n. 4, p. 41, sem autor), “Defesa sanitária rural” (RFS, 1935, n. 39, p. 47, sem autor), “Nótulas Urbanísticas” (RFS, 1940, n. 47, p. 13, sem autor), “Abastecimento de Água da cidade” (RFS, 1940, n. 43-44, p. 46, sem autor), “Campo Grande e a Raça” (RFS, 1937, n. 41-42, p. 07, de Francisco Leitão), e “Urbanismo fator de Eugenia” (RFS, 1940, n. 47, p. 10, de Feliciano Seixas).

O artigo “Um Logradouro Público para as nossas crianças” (RFS, 1931, n. 2, p. 12) afirma que, em virtude do crescimento da cidade a partir da estação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, “havia em Campo Grande todos os requisitos para que ela fosse a civilização do século, porém, os dirigentes da cidade relaxaram com relação aos lugares públicos junto à natureza destinados ao lazer da população”. O artigo chama a atenção dos dirigentes do município sobre a necessidade de um espaço público com jardins para que jovens, idosos e, sobretudo as crianças, pudessem desfrutar de momentos de lazer junto à natureza.

Sobre a criação dos parques infantis criados no contexto da Era Vargas, Dalben (2009, p. 66) afirma que “os parques infantis formavam um ambiente que prestava serviços de biblioteca, assistência alimentar, odontológica e médica aos infantes, além de permitir o contato com a natureza e de garantir que as crianças permanecessem em ambiente higiênico e sob constantes cuidados profissionais”, sob influência da Escola Nova, considerando que a concepção dos parques infantis estava atrelada a esse movimento pedagógico. Os parques infantis foram “locais projetados, nos quais os passeios, prédios, quadras, piscinas e jardins eram minuciosamente planejados”, vinculados aos ideais médicos e assistenciais, considerando que “os elementos naturais dos parques, o ar, a luz solar e a água, eram como meios importantes para restabelecimento da saúde das crianças.”

Voltando ao artigo da RFS, é sugerida a compra da chácara, de propriedade do Dr. Arlindo de Andrade, descrita como “chácara trabalhada com carinho pelo seu atual proprietário” com “trezentas variedades de plantas preciosas” entre elas espécies frutíferas e flores. O espaço também contava com um “grande viveiro de passarinhos” e um “colmeial”. O artigo sugere que o local seria perfeito para se transformar em um “autentico” Jardim Botânico, um dos espaços que faltavam a Campo Grande para “tornar-se moderna e ‘bella’

para acompanhar o progresso e desenvolvimento do município”. E esse seria “um dos requisitos exigidos pela civilização do nosso século” (RFS, 1931, n. 2, p. 12).

O artigo nos permite evidenciar um jardim (botânico) como “símbolo do progresso e da modernidade”, e a sua existência representaria a “observância das regras de higiene, modernidade e conforto”, em conformidade com as aspirações de progresso da época, como mencionam Sá e Maia (2009, p. 127-128), ao tratar da cidade no despertar da era higiênica. Daí a importância de chamar a atenção dos dirigentes de Campo Grande para acompanhar o desenvolvimento nacional, fazendo da cidade, um símbolo de modernidade.

Porém, questionamos: Um jardim para quem? A quem se destinaria a construção de um jardim botânico em Campo Grande? Como era composta a população campo-grandense nesse período? Qual era o público-alvo, ou, antes ainda, a quem se destinava o conteúdo da Revista Mensal Ilustrada *Folha da Serra*? Se pensarmos a construção de um jardim público como espaço de festas e sociabilidade, podemos imaginar esse lugar frequentado por uma elite, apesar de definir-se como um espaço público. Segundo Vianna e Maia (2006, p. 22), que estudaram os jardins botânicos de João Pessoa, o jardim era considerado um ambiente onde a elite podia “fazer contatos políticos e comerciais, além de desfilar sua condição social”, sendo o “lugar onde aconteciam sempre concertos e retretas nos fins de tarde”, consolidando-se “num espaço seletivo e excludente, restrito somente à elite e à classe média”.

Sobre a população campo-grandense existente no período aqui analisado, Rodrigues (2017, p. 73) informa, com base nos dados da RFS, que em 1933 havia 40 mil habitantes no município, sendo 25 mil na cidade, 12 mil no perímetro urbano e 13 mil nas “zonas suburbana e rústica”. A autora menciona tratar-se do segundo município mais populoso do Estado, perdendo apenas para a capital Cuiabá, podendo ser equiparado a Corumbá e Ponta Porã. A autora não menciona, contudo, sobre o poder aquisitivo da população. Mas ao tratar da circulação da Revista, deixa claro que seu público alvo era a elite letrada campo-grandense.

Bontempi Junior (2013) compreende a elites, como grupos sociais, que detêm prestígio e domínio de certo nível de poder (político, econômico, social ou intelectual). Ao identificarmos discursos e imagens produzidos historicamente por um determinado conjunto de elites, nos faz compreender o desenvolvimento de suas relações de interesses, relações de poder que, ao serem analisadas, expressam valores e sentidos, influências e imposições de projetos diante de uma parcela social menos privilegiada.

Dando continuidade, o artigo “Para a frente: o progresso e as necessidades de Campo Grande” (RFS, 1932, n.4, p. 41), trata da necessidade de asfaltamento na cidade, a partir da experiência do “asfaltamento Rua João Pessoa” descrita como a “principal artéria pública” da

cidade, que após o “calçamento que não seria dos ‘mais perfeitos’ trouxe ‘benefícios para todos’”. Visto que em épocas de chuva as ruas alagavam, o que dificultava o transporte em geral. O artigo pede que se estendam as áreas asfaltadas pela cidade, pois antes das melhorias na rua João Pessoa, “a cidade inteira era um enorme charco, em que automóveis, quais lanchas velozes sulcavam, abrindo lhes ‘bigodes’ de lama e água” (RFS, 1932, n.4, p. 41). Para resolver esses problemas se fazia necessário traçar um novo plano que mudasse posicionamento da administração. A esse respeito, como lembra Mesquita (2013, p. 18-69), o asfalto, a partir desse momento, passa a ser visto como “saneamento”, além de abrir “caminho para os veículos e, conseqüentemente, para o progresso”, e “essas iniciativas ofereceram um suporte, ou no mínimo um precedente, para as administrações futuras lidarem com os graves problemas”.

Sobre a circulação de automóveis na região, Queiroz (2006, p. 166), com base no documento “Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidade (um breve ensaio) de 1934”, informa que todas as cidades “do Sul” eram servidas de linhas de auto, e “mais de 800 carros automóveis auxiliam o transporte de passageiros e cargas” e “a toda parte os jornais e as mercadorias chegam rapidamente”, é rara “a fazenda onde não chega o automóvel”.

Considerando que o município era predominantemente rural, a preocupação com o saneamento estendia-se para a área rural, como apontado no artigo “Defesa sanitária rural” (RFS, 1935, n. 39, p. 47), o qual enfatiza que a prevenção para certas doenças se fazia mediante o uso de calçados, fabricação de fossas, proteção do contato com o solo, e “o calçado protegeria a pessoa contra possível contato contra germens ou seus ovos, que vivessem à superfície da terra” (RFS, 1935, n. 39, p. 27). Também incentivava os habitantes do campo a construírem banheiros sanitários, como forma de se “neutralizar a capacidade transmissora dos doentes” (RFS, 1935, n. 39, p. 27), e inibir doenças transmitidas pelas fezes, e assim evitar contágio. O uso da fossa está relacionado à defesa contra a contaminação do solo. Contra a malária se recomendava o uso de “téles metálicas intransponíveis à multidão minúscula” (RFS, 1935, n. 39, p. 29) de mosquitos. Uma das maneiras de se espantar os mosquitos transmissores de doenças ocorria por meio de “fumigações periódicas de enxofres nos domicílios” esse método era o mais utilizado em “povoados empobrecidos”, pois, segundo o autor, as práticas de higiene no campo, como a instalação de telas protetoras contra mosquitos, “excederiam o orçamento da maioria dos que necessitassem praticá-las” (RFS, 1935, n. 39, p. 27).

Cabe observar aqui que as preocupações com a saúde do homem rural, que representa parcela significativa do município de Campo Grande à época, estavam vinculadas a doenças infectocontagiosas, implicando riscos à coletividade, o que demandou esforços dos serviços nacionais de saúde, em especial no interior do país (FONSECA, 2000). Segundo Finkelman (2002, p. 42), a ênfase na saúde coletiva e nas chamadas “endemias rurais marcou a constituição do Departamento Nacional de Saúde Pública”, criado em 1920, e a “formação de novas gerações de profissionais” da saúde no Brasil.

O artigo “Nótulas Urbanísticas” (RFS, 1940, n. 47, p. 13) considera que o fato de Campo Grande estar situada numa região isolada aumentou seus problemas urbanísticos, dificultando as resoluções, além de poucos recursos, atrasos nas obras e falta de profissionais especializados. No que diz respeito às providências a serem tomadas, o artigo ressalta que os problemas enfrentados pela cidade de Campo Grande só se resolveriam quando as obras fossem melhor administradas, evitando os “tributos pesadíssimos” que a falta de uma “unidade administrativa” causava. Outro fator apontado por encarecer e atrasar as obras pela cidade referia-se à “ausência de especialização dos dirigentes” das obras. Muitos políticos estavam para “servir uma politicalha, sem norteamento ideológico”, preocupados com a “agitação partidária”, e não com o progresso da cidade, enfatiza o artigo. Entre os problemas citados no texto estavam o abastecimento de água, assim como o calçamento das ruas e as redes de esgoto, a sinalização da cidade e a divisão em zonas industriais, comerciais e residenciais, bem como a importância da arborização e da criação de parques e jardins, completavam as questões urgentes do processo de urbanização em Campo Grande, que estavam na agenda do atual prefeito apontado pela Revista como um gestor mais eficiente, embora ainda faltasse um plano de escoamento para águas pluviais.

Em 1938, o prefeito Eduardo Olimpio Machado contratou o escritório Saturnino de Brito (Rio de Janeiro), para elaborar o Plano de Saneamento e Drenagem da cidade e o projeto de abastecimento de água da estação Córrego Lageado, na cidade de Campo Grande, que culminou no primeiro Plano Diretor da cidade (Decreto-lei nº 39, de 31 de janeiro de 1941). “O escritório elaborou a primeira planta urbana de Campo Grande com levantamento topográfico e a localização cadastral dos imóveis existentes em Campo Grande” que já apontava o crescimento da cidade pela região norte e sudoeste (SOUZA, 2010, p. 4).

A questão da água é abordada de modo específico no artigo “Abastecimento de Água da cidade” (RFS, 1940, n. 43-44), informando que, em 1934, o fornecimento de água potável era de 11 litros por segundo e, em 1940, o consumo era de 80 litros por segundo. Melhorias,

como construção de barragens e reservatórios, contribuíram para que a distribuição de água pudesse atender a população.

No tocante à população que compõe a cidade de Campo Grande, Francisco Leitão no artigo “Campo Grande e a Raça” (RFS, 1937, n. 41- 42, p. 7), trata da temática raça com base nos “vários grupos étnicos” fixados em Campo Grande, entre os quais destaca a presença de diversas etnias entre elas: “raças brancas brasileiras do sul e do norte, de estrangeiros brancos, de raças mediterrâneas, dináricas, alpinas e nórdicas; de raças brancas semitas, como sírios e judeus; de negros, de índios, de japoneses, etc. [...]” (RFS, 1937, n. 41-42, p. 7). Todas essas raças com ‘fenótipos diferentes’ são apresentadas pelo autor como ‘fortes’, pois para ele ‘só os fortes emigram’, e essa característica passaria aos descendentes” o que faria de “Campo Grande uma população forte, sadia e eficiente” (RFS, 1937, n. 41-42, p. 7).

Sobre a composição da população de Campo Grande, a RFS informa que a “cidade cosmopolita” contava com:

[...] portugueses, sírios, italianos, paraguaios, japoneses, bolivianos, espanhóis, alemães, armênios, húngaros, argentinos, russos, uruguaios, norte americanos, búlgaros, gregos, chilenos, franceses, poloneses etc. que representam cerca de 20% da sua população. Desses elementos, que labutam contribuindo para o progresso da nossa terra, ocupam o primeiro lugar os japoneses cuja colônia ordeira e dinâmica, se compunha em 31 de dezembro de 1932, de 332 famílias com 1.665 membros, sendo 958 do sexo masculino e 697 do sexo feminino. Seguiu-lhe a laboriosa colônia síria com 603 representantes. A menor de todas era a chilena que só contava com duas pessoas. (RFS, ago. 1933, n. 23, p. 66).

Continuando a análise do artigo de Francisco Leitão, sobre a raça em Campo Grande, ao tratar da elevada taxa de mortalidade infantil, aponta que em países “de raças fortes e saudáveis” a mortalidade é bem menor. Para o autor, a mortalidade infantil estaria “inegavelmente ligada a certas condições econômicas”, e a pobreza, em sua visão, os poderes públicos negligenciam ao não estabelecer medidas sanitárias para crianças, “a defeituosa higiene infantil, da qual são responsáveis maiores, os poderes públicos, é a causa principal dessa mortalidade infantil alta” (RFS, 1937, n. 41- 42, p. 7). Tal afirmação nos remete a Teixeira (2011), ao enfatizar que Getúlio Vargas não prosseguiu com a eugenia com tanto radicalismo, mas fez do higienismo seu ponto forte de governo no que referia à saúde e educação de uma nova nação. Nesse sentido, os problemas de desnutrição e mortalidade infantil não eram enfatizados na imprensa, mas sim, supostas soluções para todos os problemas que se apresentavam na sociedade.

Francisco Leitão (RFS, 1937, n. 41-42) também sugere o embranquecimento da população como fator positivo, “Meninas se fizeram moças, e moças ficaram mães. E lembrando aquele tempo, fico admirando como Campo Grande, tão rapidamente melhorou a sua população”. E logo em seguida aponta “Campo Grande embranqueceu a olhos vistos, mas não somente embranqueceu: produziu uma geração bela e forte” (RFS, 1937, n. 41-42, p. 7). Percebemos que o embranquecimento da raça estava ligado a fatores raciais. Porém, o autor deixa evidente que a miscigenação das raças seria responsável, no futuro, por tornar os cidadãos fortes e sadios (RFS, 1937, n. 41-42, p. 7), assim, a Revista mostra um eugenismo com visões divergentes.

Desta forma, o eugenismo em Campo Grande seguiu os passos do que ocorria no restante do território brasileiro, mas manteve forte relação com as campanhas sanitárias, intimamente ligadas aos assuntos econômicos e políticos do Estado, sendo a educação um mecanismo de prevenção das doenças e fraquezas que antes eram associadas à questão racial. No artigo “Urbanismo fator de Eugenia”, Feliciano Seixas defende que a urbanização das cidades deve proceder de forma organizada e planejada, tomando como exemplo cidades americanas e francesas. Segundo o autor, para que se possa alcançar harmonia deveria se dividir a cidade em “zonas”, por meio de rígidas regras de crescimento, obedecendo a espaços comerciais, moradias e áreas de agricultura, para assim alcançar a harmonia econômica e social.

O urbanismo, mesmo excetuadas as vantagens puramente técnicas e artísticas, se o olhássemos por outras faces necessárias a vida coletiva sentiríamos que ele traz com sua adoção, outras vantagens também importantes e necessárias, como sejam os claros e certos benefícios de eugeniização dos povos cultos que inteligentemente o adotam. (RFS, 1940, n. 47, p. 10).

Entendemos que o conceito de eugenia, na época, estava vinculado não somente ao conceito de melhoria de raças por intermédio do branqueamento da população, mas também na organização urbana e social como um todo. No tópico seguinte continuaremos a apresentar a campanha em prol do saneamento e da higienização de Campo Grande, agora com ênfase para a criação e manutenção dos hospitais, sinônimo de progresso e modernidade nesse contexto histórico. Afinal, em Campo Grande dos anos 1930, “As famílias multiplicam-se aos milhares e compram terras ao Estado; organizam pomares; levantam moradas, igrejas, *hospitais*; substituem os ranchos por habitações higiênicas; abrem caminhos, armam telefones

e lançam pontes por toda parte. Fundam escolas. Fazem a sua civilização” (A DIVISÃO..., 1934, p. 7 apud QUEIROZ, 2006, p. 166, grifo nosso).

1.2 Os hospitais como instituições dignas de apoio

Nos anos 1930, o médico passou a ser visto como uma espécie de “herói”, responsável pela prevenção e cura das doenças, fama advinda dos discursos difundidos em jornais, revistas e rádios da época. A nova família, incutida de discurso sanitarista, estaria mais próxima do padrão ideal, disciplinada, com práticas de boa moral e bons costumes. Assiste-se a uma heroicização do médico, em que a ciência médica é exaltada, assumindo um posto de salvadora da nação. “O eliminador dos micróbios, dos vírus, das doenças e responsável por restabelecer na família a cura” (SOUTO MAIOR JUNIOR; MAIA, 2014, p. 104). Os médicos fizeram parte do cenário que cuidava da saúde da população, marcando, assim, um importante momento de transformação da cidade, trazendo entre suas mudanças, a ampliação de hospitais, símbolo de modernidade e progresso.

Este tópico demonstra o crescimento e a importância que os hospitais e clínicas particulares de Campo Grande começaram a apresentar a partir de 1931, nas páginas da RFS. Ao todo foram cinco artigos encontrados na Revista sobre essa temática. Dois hospitais foram citados nos quatro artigos selecionados: o Hospital de Caridade, mantido pela Sociedade Beneficente de Campo Grande, também referenciado como “Hospital da Sociedade Beneficente de Campo Grande”, e o “Hospital Militar”. Encontramos, ainda, um artigo que retratava o consultório médico particular do Dr. Perí Alves.

O artigo “Uma Instituição Digna do Apoio Unanime dos Campo-grandenses” (RFS, 1931, n. 2, p. 20, sem autor) notifica os cidadãos acerca da “real situação da Santa Casa”, no tocante às dificuldades financeiras pelas quais o Hospital de Caridade, mantido pela Sociedade Beneficente de Campo Grande, estava passando, em 1931. A situação financeira do Hospital era complicada, pois se encontrava em “dificuldades para a sua regular manutenção devido à escassez de recursos” (RFS, 1931, n. 2, p. 20), que eram considerados básicos para “seus mais indispensáveis serviços” (RFS, 1931, n. 2, p. 20). O artigo conclama a elite a ajudar o hospital, sugerindo uma “comissão de senhoras ou senhoritas, ou moços, que percorra a cidade de Campo Grande para se angariar associados, para a Sociedade Beneficente” (RFS, 1931, n. 2, p. 20), e assim obter fundos para o Hospital. Um redator da Revista, ao fazer uma visita ao referido hospital, enfoca a importância desse empreendimento para os cidadãos de Campo

Grande e das cidades vizinhas, desviando de São Paulo os doentes que poderiam ser tratados na cidade, melhorando a qualidade de vida das pessoas (RFS, 1931, n. 2, p. 20).

Cerca de dois anos após o pedido de apoio da sociedade para a instituição de caridade, o mesmo hospital é retratado como centro de referência na área de saúde da época. O artigo de 1933, intitulado “Hospital da Sociedade Beneficente de Campo Grande” (RFS, 1933, n. 17, p. 17, sem autor), descreve o Hospital sendo ampliado, destacado no atendimento de pacientes de toda a região do sul de Mato Grosso. O texto relata a criação do hospital, fundado em novembro de 1922, inicialmente com capacidade para 40 pessoas, concluído em dezembro de 1927, de grande utilidade para os habitantes da região. Segundo o artigo, o Hospital contava com os pavilhões de cirurgia, cozinha, necrotério, farmácia, e a residência das irmãs estava sendo ampliada com um novo pavilhão, orçado em 200:000\$. O artigo também apresenta os números de pacientes atendidos entre abril e dezembro de 1932, totalizando 288 enfermos, 166 do sexo masculino e 122 do sexo feminino. Dos 288 pacientes atendidos nesse período de nove meses, 31 morreram, e em 31 de dezembro havia 27 pacientes internados (RFS, 1933, n. 17, p. 17).

Entre abril e dezembro de 1932, o hospital foi responsável por efetuar 167 intervenções cirúrgicas, sendo: 58 cirurgias abdominais; sete do tórax; 18 cirurgias ginecológicas; 58 cirurgias obstétricas; sete cirurgias de cabeça, face e pescoço; 29 cirurgias de membros; cinco de vias urinárias; 27 de olhos, nariz e garganta; e mais de 2000 fórmulas foram receitadas pela farmácia do hospital. Também segundo o artigo, foram quase sete mil curativos feitos no período, 6.374 injeções, havendo também consultas externas, que chegaram ao número de 299. Dos 288 pacientes atendidos pelo Hospital, 118 não residiam em Campo Grande, mas viviam em cidades menores da região, como Corumbá, Aquidauana, Terenos, Miranda, Boa Vista, Dourados e outras. E do total de pacientes atendidos no período, 60 eram de outras nacionalidades, como alemães, paraguaios, japoneses, sírios, portugueses e outros, tendo em vista o número de imigrantes que viviam no município (RFS, 1933, n. 17, p. 17).

O artigo “Hospital de Caridade de Corumbá” (RFS, 1933, n. 21 p. 43, sem autor) não foi analisado por distanciar-se do nosso recorte geográfico, mas vale destacar que, segundo dados coletados com base na análise de pacientes recebidos no artigo “Hospital da Sociedade Beneficente de Campo Grande” (RFS, 1933, n. 17), Corumbá, mesmo tendo hospital próprio, mantido pela Sociedade Beneficente de Corumbá, enviava pacientes que eram atendidos em Campo Grande, o que induz a crer que Campo Grande se destacava como um centro avançado de saúde em relação às cidades da região sul de Mato Grosso. A Figura 2, a seguir, retrata uma lateral do hospital.

Figura 2 - Hospital da Sociedade Beneficente de Campo Grande



Fonte: RFS (dez. 1931, n. 17, p. 20).

A Figura 2 retrata a vista geral do lado norte do hospital, no ano de 1931, que passara por algumas reformas desde sua construção em 1924, com a finalidade de se consolidar como um hospital preparado de acordo com os recém-descobertos conceitos médicos, combinando os conhecimentos de saúde com o espaço físico do hospital. Cabe destacarmos que a descoberta da transmissão de germes no século XIX e a nova necessidade do combate ao contágio e transmissão de doenças foram responsáveis por mudanças significativas na ciência médica e conseqüentemente no ambiente hospitalar, exigindo uma arquitetura mais elaborada.

A partir daí, até o século XX, as instituições hospitalares sofreram grande incorporação de tecnologia em seus espaços, exigindo no seu planejamento uma acuidade cada vez maior, com instalações, infraestrutura predial sofisticada e, a sempre crescente preocupação em setorizar espaços, separar pacientes com diversas patologias e estabelecer um rígido controle de fluxos e circulações para o desenvolvimento das atividades médicas. (COSTEIRA, 2003, p. 17).

Camilo Boni⁸, arquiteto, engenheiro e geômetra, formado na Itália no início do século XX, ao beber dos princípios da arquitetura europeia, projetou o Hospital da Sociedade Beneficente de Campo Grande, utilizando os aspectos presentes nessa arquitetura hospitalar oriunda da Europa, com o modelo pavilhonar de hospital, que pressupõe a divisão da distribuição do espaço hospitalar por função. O hospital era dividido da seguinte maneira: O pavilhão de cirurgia, de necrotério, de farmácia, de necrotério e ainda o da residência das irmãs, que havia sido ampliada como parte das reformas pelas quais permeou o hospital (ARRUDA, 2000).

O artigo “Campo Grande através de seus consultórios médicos” (RFS, 1935, n. 39, sem autor) apresenta o consultório particular do Dr. Perí Alves Campos que, além de médico, também exercia a função de redator da Revista Mensal Ilustrada *Folha da Serra*, o que caracteriza uma autopromoção do médico e seu consultório, tratando-se, a nosso ver, de um tipo de anúncio comercial. “Eis em resumo, a impressão que colhemos do consultório do Dr. Perí Alves Campos, onde nada falta, na sua especialização e que é considerado no gênero, sem favor, o mais bem aparelhado de Mato Grosso” (RFS, 1935, n. 39, p. 35) e “A primeira impressão que se tem, visitando o edifício com estilo moderno, cubismo na fachada, é de que o prédio, centralmente localizado, foi feito para o fim a que se destina”, para se tornar uma referência em tratamento clínico-cirúrgico (RFS, 1935, n. 39, p. 34).

A Figura 3 traz uma fotografia da saleta de espera do consultório do Dr. Perí Alves, descrita como “caprichosamente ornamentada, com quadros decorativos adequados, alegrando o espírito do doente” (RFS, 1935, n. 39, p. 34).

⁸ Nascido na Itália, especialista em geometria e cálculo, Camillo Boni foi Secretário de Obras de Campo Grande entre 1924 e 1928, responsável pelo desenho de vários prédios escolares, como o Instituto Pestalozzi (1920) e Colégio Joaquim Murtinho (1926).

Figura 3 - Saleta de espera do consultório



Fonte: RFS (dez. 1935, n. 39, p. 35).

O consultório do Dr. Perí Alves Campos era considerado “o mais bem aparelhado de Mato Grosso”, quem recorresse a ele poderia receber tratamento clínico e nas especialidades de “cirurgia dos olhos, ouvidos, nariz, e garganta”. Segundo o artigo, para cirurgias mais complicadas, o médico utilizava as dependências do Hospital da Sociedade Beneficente de Campo Grande: “Para cirurgias mais delicadas, que requerem hospitalização, como cataratas, mastoides e sinusites, o Dr. Perí Alves opera no modelar hospital dirigido pela Sociedade Beneficente Campo-grandense” (RFS, 1935, n. 39, p. 35). No mesmo prédio funcionava um consultório dentário do Professor Dr. José Verlangiéri, com formação nas Universidades da Pensilvânia e do Rio de Janeiro, descrito como “Técnico dos mais conscienciosos e com um gabinete dentário que é a última palavra no gênero” (RFS, 1935, n. 39, p. 35).

Consideramos importante ressaltar que a regulamentação da medicina no Brasil iniciou-se na década de 1930, sob o Decreto-lei de 10 de janeiro de 1932, o que interferiu no progresso do mercado de trabalho médico, com reivindicações de salários e tabelas de serviços, surgindo “a prática médica privada, individual, como a melhor” opção de carreira. “Cada médico organizava-se de forma alternativa ao consultório mais tradicional, viabilizando o aparecimento de novas situações de trabalho, novas modalidades de captação da clientela e novos padrões de organização de serviços” (BULCÃO; EL-KAREH; SAYD,

2007, p. 7), gerando uma ampliação no atendimento individual, na construção de novos centros de saúde com consultórios médicos, investimentos em equipamentos e medicamentos mais modernos.

No artigo “O Hospital Militar de Campo Grande” (RFS, 1937, n. 41-42, p. 195), de Armando Carmelo, o autor descreve a instituição de saúde, localizada próxima ao centro da cidade, como um excelente projeto arquitetônico de última geração, comparado a uma obra de arte e considerado a maior casa de saúde do estado de Mato Grosso: “É um magnífico prédio, obra de arte moderna e bem acabada, onde funciona a maior Casa de Saúde de Mato Grosso” (RFS, 1937, n. 41-42, p. 195). Possuindo 16 pavilhões, divididos em seções como posto médico, gabinete de dentista, farmácia, enfermaria de medicina, cirurgia, doenças venéreas. O artigo retrata o Hospital Militar como um motivo de “orgulho para Mato Grosso”, em especial para Campo Grande (RFS, 1937, n. 41-42, p. 195).

A RFS também funcionava como canal de comunicação entre o médico e a elite política e econômica de Campo Grande, ao considerarmos que Carmelo solicita que o Hospital receba mais recursos do Governo Federal, por estar localizado em uma região de fronteira, e distante das grandes capitais, sugerindo que “ele seja elevado de categoria, pois, terá assim, as verbas orçamentárias aumentadas e maior número de pessoal” (RFS, 1937, n. 41-42, p. 195), o que “equivale a colocá-lo, como de justiça ao lado dos existentes em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul” (RFS, 1937, n. 41-42, p. 195). Podemos notar, neste artigo, a pretensão de se aproximar a realidade da cidade de Campo Grande aos grandes centros urbanos do país.

Segundo Souza (2010), dois fatores históricos são de crucial importância para compreender o processo de urbanização de Campo Grande, a chegada da Ferrovia Noroeste do Brasil em 1914 e a construção dos quartéis do Exército nos primeiros anos de 1920. Esses dois fatores “são fundamentais para entender o processo de urbanização de Campo Grande”, e a ampliação dos hospitais, ligados ao desenvolvimento que a cidade começou a experimentar a partir da primeira metade do século XX (SOUZA, 2010, p. 19). Em Campo Grande, nesse período, os hospitais eram vistos como instituições de grande importância para a sociedade, o que justifica o discurso de demanda latente por ampliação desses hospitais. Entendemos que o processo de urbanização e crescimento populacional, impulsiona também o desenvolvimento dos hospitais que possivelmente estavam tentando acompanhar o desejo de crescimento e progresso que a modernização acarretava, que por muitas vezes vemos estampados nas páginas da RFS, e é por nós entendida como um processo vinculado ao desenvolvimento

varguista, relacionado ao progresso econômico e urbano. Desse modo, a RFS confere aos médicos e urbanistas a posição de paladinos da civilização de Campo Grande.

A seguir, apresentaremos os movimentos de incentivo às práticas corporais⁹ na cidade, como parte do projeto sanitário de Campo Grande.

1.3 Práticas corporais em Campo Grande

Considerando, como assinalamos anteriormente, que o movimento higienista pretendia não apenas melhorar a saúde da nação, mas também expandir a gama de conhecimentos e práticas, vindas da nova forma de pensar e sentir que perpassava os anos 1930, podemos afirmar que se instaura em Campo Grande uma visão de progresso pautada na urbanização e no sanitário, que molda e transforma o espaço, e também influencia corpos e mentes por meio de ideais de desenvolvimento. Por intermédio da educação física e dos cuidados com a saúde, foi possível perceber o modelo de cidadão que a sociedade desejava: limpo, forte e vigoroso. Tal pretensão se dirigia ao encontro das expectativas dos médicos em formar cidadãos nos princípios da higiene e da eugenia. Em síntese, o discurso da época acreditava em cidadãos civilizados, disciplinados, trabalhadores, cultos, resistentes que seriam responsáveis pelo progresso do Brasil.

Com o crescimento da cidade de Campo Grande, e como parte do processo de saneamento aliado à modernização, muitas práticas corporais com fins esportivos, saúde e lazer passaram a compor diversos ambientes e contextos campo-grandenses, como se observa nos conteúdos presentes e veiculados na RFS. Este tópico trata da presença das práticas corporais, de esportes nas páginas da RFS, vistos como elementos formadores de campo-grandenses modernos e saudáveis.

A imagem da Figura 4, intitulada na RFS “A instrução física em Campo Grande”, apresenta as alunas do Colégio Maria Auxiliadora¹⁰, no pátio da instituição, praticando a ginástica Sueca¹¹, de forma que a busca pela execução correta dos movimentos num menor

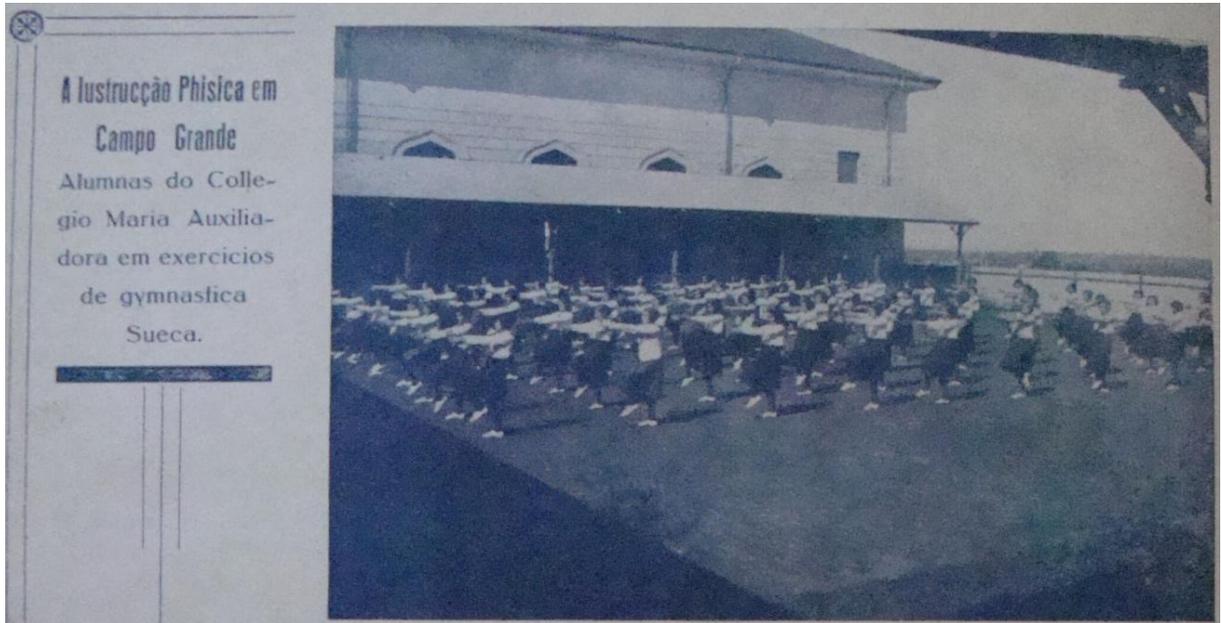
⁹ Cabe observarmos que os termos: práticas corporais/atividades físicas imbricados no poder-saber e o saber-fazer que estabelece cada um de acordo com sua especificidade no campo de conhecimento ao qual se destaca, tanto para a área da saúde coletiva como para a educacional (educação física). As práticas corporais “vão desde as possibilidades terapêuticas a aspectos mais subjetivos, como aqueles relativos de determinadas características reflexivas, lúdicas, gregárias ou de sociabilidade, de autoestima, ou ainda como elemento da experiência humana ligada ao cuidado de si” (DAMICO; KNUTH, 2014, p. 339).

¹⁰ A instituição ofertava instrução correspondente ao Ensino Normal e era somente para mulheres, compreendia a fase da adolescência. Sobre a instituição, conferir Ortiz (2014).

¹¹ A autora analisa o sistema sueco de ginástica criado por Pier Henrik Ling e como foi introduzida no Brasil no final do século XIX e início do século XX, bem como a valorização de alguns aspectos como “retidão,

espaço de tempo possível, o uso do uniforme, ênfase da nossa análise, e o alinhamento das filas são indícios do disciplinamento dos corpos, neste caso, das mulheres.

Figura 4 - A presença da ginástica



Fonte: RFS (dez. 1931, n. 3, p. 6).

Os anseios por parte dos médicos para que a população tivesse, além da higiene, um corpo forte e sadio, concluíram que a escola também era um lugar propício para a prática do exercício físico. Muitas publicações começaram a disseminar a ideia da cultura física, e a ginástica também foi se tornando algo popular, pois era divulgada pelos médicos e por diversos periódicos da época. Desta forma, os jovens foram seduzidos com a possibilidade de ter um corpo robusto, sadio e modelado graças a essa maneira de praticar exercícios físicos. E, assim como aconteceu com a higiene, a escola passou a ser considerada um local também apropriado para a prática da ginástica (SOARES JUNIOR, 2015).

Outro destaque que fazemos com base na imagem expressa na Figura 4 diz respeito ao uso do uniforme. No Brasil, as escolas aderiram ao uso dos uniformes na década de 1920, intensificando-se em 1930, segundo Marcon (2010). Borges (2015), por sua vez, afirma que na era varguista o sentimento patriota e nacionalista se intensificou com o uso dos uniformes. Para Borges (2015), a identidade de cada sujeito, está à disposição de múltiplos mecanismos de interferência e o uso do uniforme escolar representa a inquietação pelo corpo controlado, saudável, culto, belo, que infere no modo de ser, sentir, e pensar dos indivíduos. Para Marcon

racionalidade, simetria, correção, educação da vontade e aperfeiçoamento físico” (MORENO, 2015, p. 128). Mais sobre a introdução da ginástica sueca no Brasil, conferir Moreno (2015), entre outros.

(2010), o uso desse vestuário é uma forma de representação, pois requer certa postura e comportamento tanto no espaço interno quanto no espaço externo da instituição a qual pertence. E, como lembra Umberto Eco (1989), a roupa não somente cobre e protege o corpo, mas também produz um processo de comunicação que implica diretamente nos aspectos culturais de uma sociedade. A partir do século XX, com a expansão das escolas públicas, o uniforme escolar também representou preconceito e discriminação.

Voltado aos esportes femininos em Campo Grande, no artigo “Vida Esportiva Feminina” (RFS, mar. 1934, n. 30, p. 25, sem autor) a mulher é descrita como entusiasta e praticante dos esportes ao ar livre. O Voleibol, segundo o artigo, seria o esporte mais praticado por elas. Destaca-se que a mulher vinha ganhando espaço na vida esportiva. Segundo Goellner (2007), a mulher, neste contexto, reivindicou seus direitos no esporte como espaço para a liberdade. Modalidades esportivas como futebol ou boxe, eram predominantemente masculinas, porém, as mulheres poderiam ser vistas praticando esportes como hipismo, natação, lançamento de discos, de dardos, corridas pedestres, saltos e automobilismo. Essa referência às mulheres nos lembra que o esporte educa o corpo, e também as masculinidades e as feminilidades. No plano da educação física e do esporte, os estudos que analisaram estes fenômenos com base no gênero apontam que, ao expor o corpo belo e saudável o mundo se despertou para o consumo, o comércio, a medicina, entre outros elementos (GOELLNER, 2007).

No que diz respeito a diferença das práticas corporais para homens e mulheres, cabe destacar que a diferença biológica implica indicar práticas corporais diferenciadas. Para os homens:

[...] a aventura, a potência, o desafio, a força; a elas, a aventura comedida, a potência controlada, a força mensurada, o desafio ameno. Para as mulheres, em grande medida, é incentivado viver o espetáculo esportivo desde que não deixe de lado, por exemplo, a graciosidade, a delicadeza e a beleza. (GOELLNER, 2007, p. 13).

Ao inculcar esses comportamentos, pratica-se a exclusão, impossibilitando os corpos de se movimentarem em suas diversas possibilidades, a exemplo das mulheres não poderem praticar certas modalidades esportivas por serem consideradas frágeis.

Entre os homens, uma prática esportiva que começou a conquistar espaço no ramo da atividade física foi o jogo de futebol. Considerada uma das melhores maneiras de se exercitar fisicamente, atraiu rapidamente os jovens da época. A escola também foi considerada o lugar ideal para a sua prática. Originária da Inglaterra, essa modalidade de esporte praticada em

equipe logo se tornaria a grande paixão nacional, disseminando-se por todo o Brasil, nas escolas, nas ruas e nos clubes. Surgiram campeonatos e a paixão pelo futebol foi tão grande que, após o término do período escolar, alunos ingressavam nos clubes para continuarem praticando, como afirma Soares Junior (2015).

No entanto havia divergências, existiam aqueles que não eram a favor do futebol, pois defendiam a ginástica sueca como melhor forma para modelar o corpo. Alguns criticavam o futebol por ser um esporte predominantemente masculino, já outros o criticavam por ser originariamente praticado em países de clima frio, ao contrário do Brasil que tem clima tropical (SOARES JUNIOR, 2015).

O futebol passou a ser difundido na cidade de Campo Grande a partir de 1926. O esporte foi ganhando popularidade, se tornando uma paixão dos moradores da cidade e entorno, e clubes esportivos foram fundados por toda a região sul. O artigo “S.S. Campo-grandense” (RFS, 1937, n. 41-42, p. 75) relata que, em 1929, houve um torneio patrocinado pela “Federação Sportiva Matogrossense”, no qual times de cidades localizadas ao sul de Mato Grosso, como Corumbá, Porto Murtinho e Ponta Porã competiram contra o time de Campo Grande, que finalizou a competição com o título de Campeão do Sul.

Há três anos, quando a realização do grande certâmen da Feira de Amostras, nesta cidade, sob o alto patrocínio da Prefeitura e do Comando da então Circunscrição Militar, foi também o quadro principal da gloriosa Sociedade quem manteve este disputado título, enfrentando conjuntos arregimentados e fortíssimos, com elementos de carreiras, como o perigoso quadro de Campanário, onde figuravam jogadores de fora. (RFS, 1937, n. 41-42, p. 75).

Em 1937, quando o artigo foi publicado, Campo Grande contava com o maior estádio de Mato Grosso, segundo o artigo, em uma área doada. Outra prática corporal em destaque na RFS foi a dança, ora elogiada, ora criticada. O artigo “A Dança” (RFS, 1934, n. 34, p. 18) de autoria de Cecílio Rocha, apresenta uma acirrada crítica à prática da dança, às músicas e aos bailes, tidos como “inebriantes” e estimuladores dos instintos sexuais, sendo saudável apenas para indivíduos que possuem uma boa educação sexual.

Os que amam o baile, vendo na dança nada mais que um esporte físico que permite um movimento regular dos músculos, estão longe de supor que o baile seja uma escola, viciada ou não, de sexualismo. Rompidos os preconceitos da velha moral, a juventude que hoje atira-se sedenta de prazer e de conquista, não devidamente fiscalizada, em que possam sentir um pouco de volúpia. E o baile é o ponto principal em que se converge a juventude moderna desejosa de maiores sensações sexuais. (RFS, 1934, n. 34, p. 18).

Em síntese, o artigo assevera que a dança era envolta de preceitos morais que deveriam estar aliados aos ensinamentos sobre os impulsos sexuais aprendidos no seio familiar, bem como pelos ensinamentos da igreja e da moral cristã.

A preocupação em torno da dança era em razão do aumento da procura por essa atividade. A dança caracterizava uma atividade de lazer e um meio de sociabilidade entre as pessoas. Em 1940, outro artigo também intitulado “A Dansa”¹², afirmava que:

Entre as inúmeras dansas mundanas, notam-se: outrora o minueto nas cortês francesas, aceito pela fina flor social; o lanceiro, que exibido na Europa, chegará até nós; não se incluindo – é claro – as valeas de Strauss (Danubio Azul, Ondas de Danubio) as velhas mazurcas de tão doce memória, e a quadrilha ainda hoje, às vezes, apreciadas, e, em dias mais próximos os foxes, os chotes, as rancheiras modeladas nas mazurcas, os tangos argentinos e finalmente o típico samba brasileiro. Muitas outras dansas apareceram de compasso e maneiras exóticas: o Charlston e o Swing. (RFS, 1940, n. 43-44, p. 11).

Nessa perspectiva, diante do período de renovação proposto por Getúlio Vargas, o próprio Presidente ponderou que o nível conceitual acerca da dança fosse elevado como sinônimo de uma nação moderna e culta (CARLONI, 2013). Nesse ponto, o artigo supracitado, assinado por Isis Moura Ferraz, expressa a disseminação de vários estilos de danças clássicas na cidade de Campo Grande, a exemplo do que ocorria na cidade do Rio de Janeiro, considerado berço da cultura brasileira.

Em síntese, o saneamento, a higiene, a saúde e as práticas corporais como esporte, ginástica e dança, formavam um conjunto de elementos que contribuiriam para a elevação de Campo Grande como moderna e atenta aos anseios de civilização, prescritos em âmbito nacional. Para tanto, a RFS contribuiu na difusão de campanhas em prol da urbanização da cidade, criação de hospitais, saneamento da zona rural e urbana, bem como da prática corporal consideradas adequadas para a saúde e o lazer da população. Para tanto, a educação formal e a informal, faziam-se necessária.

¹² Ortografia original da fonte Revista Mensal Ilustrada *Folha da Serra* (RFS).

2 A MÃE E A EDUCAÇÃO DO CORPO INFANTIL (CAMPO GRANDE, DÉCADA DE 1930)

Neste capítulo, trataremos das representações de educação do corpo infantil, contidas da RFS, educado e moldado frente a um novo modelo de educação proposto nas primeiras décadas do século XX. Para aprofundar nosso estudo, com relação à educação do corpo infantil, é imprescindível compreender qual o modelo de mãe era vigente em nosso recorte tempo-espacial. Nesse sentido, a maternidade como a conhecemos hoje deve ser encarada como um produto fruto da modernidade, histórica e socialmente construída com base em influências por diferentes setores sociais que passaram a atribuir à mulher um novo lugar dentro do ambiente familiar. No entanto, segundo Badinter (1985, p. 200):

Desde o século XVIII, vemos desenhar-se uma nova imagem da mãe, cujos traços não cessarão de se acentuar durante os dois séculos seguintes. A era das provas de amor começou. O bebê e a criança transformam-se nos objetos privilegiados da atenção materna. A mulher aceita sacrificar-se para que seu filho viva, e viva melhor, junto dela.

Como lembra Perrot (2013 p. 75),

[...] no século XIX, a mulher de sociedade entra em disputa com a mãe. Os maridos acham excessivo o tempo dedicado ao bebê. Ainda mais porque o ato conjugal é desaconselhado às lactentes. Burguesas e comerciantes recorrem então a amas de leite, que vem em domicílio, selecionadas por médicos, que as examinam em locais de seleção das candidatas vindas do campo. Bem nutridas, elas também são vigiadas de perto, principalmente sobre o aspecto sexual.

A partir da segunda metade do século XVIII, segundo Badinter (1985, p. 80), houve uma tomada de consciência médica em relação à criança, mudanças significativas em relação às especificidades infantis são reforçadas no século XIX e a pediatria surge como especialidade, a partir de 1872. Desde os princípios do século XIX a higiene tornou-se parte fundamental da medicina, como afirma Teixeira (2011), passando a impor normas e condutas acerca da alimentação correta, da moradia, da forma adequada de se vestir, de dormir etc. Houve, conseqüentemente, mudanças relacionadas à maternidade no final do século XIX e início do XX, quando se enfatizou a preservação e os cuidados com a criança por parte dos médicos e das famílias.

Ter a infância como foco de nossa pesquisa suscitou levantar algumas considerações acerca desta fase para compreender a criança como um indivíduo social. A palavra infância, no sentido etimológico, tem origem do latim e significa incapacidade de falar, “essa incapacidade, atribuída em geral ao período que se chama primeira infância, às vezes era vista como se estendendo até os sete anos, que representaria a idade da razão” (KUHLMANN JUNIOR, 2015, p. 16).

As concepções histórico-sociais acerca da infância passaram por diversas transformações no decorrer da História. A valorização e o sentimento de infância foram construídos em um delineamento de preocupações e fatos ocorridos em cada época, em cada processo de civilização que emergia cada vez mais o espírito de modernidade. Pela perspectiva da história social da infância, com base nas pesquisas de Ariès (1981), no que concerne ao surgimento do sentimento de infância, buscamos compreender os caminhos trilhados pela criança no decorrer da história. Ao utilizar fontes como pinturas, fotografias, diários, obras de arte, entre outros, para escrever acerca da infância, Ariès (1981, p. 17) afirma não haver espaço para a infância até o século XII: “É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo”.

A representação das crianças como adultos em miniaturas nas obras de artes explica a afirmação de Ariès (1981, p. 18), de que “Partimos de um mundo de representação onde a infância é desconhecida”. Porém, esse desconhecimento sofre alterações no século XIII, a partir daí surgem algumas representações sociais de crianças próximas do sentimento moderno da infância, e sucessivas modificações foram ocorrendo nos séculos seguintes. Desta forma, os vestígios iconográficos deixados nos séculos XVI e XVII foram cruciais, mesmo diante de críticas, por ser considerada uma pesquisa feita no bojo da elite europeia.

Ariès (1981) ressalta que existiu, a princípio, o sentimento atribuído à criança, a “paparicação”, logo ao nascer começou a despertar ternura e graça nos seus gestos e expressões: “as pessoas se divertiam com a criança pequena como com um animalzinho, um macaquinho impudico” (ARIÈS, 1981, p. 10). Ao tecer a história da infância, o autor desvela que a “descoberta” da infância só ocorre no período moderno com a constituição das famílias burguesas, bem como das instituições escolares para crianças, e “Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles” (ARIÈS, 1981, p. 11).

O século XVII foi extremamente importante nesse processo de evolução da infância, tempo em que as crianças apareceram sozinhas nos retratos com intensa frequência, ainda de

famílias com suas crianças como centro de destaque nas imagens. O autor aponta este século como precursor da ideia de infância, pois trouxe alterações no modo de vestir as crianças e nas brincadeiras, por exemplo. Já não eram os mesmos modos utilizados pelos adultos.

No caso, brasileiro, como expõe Costa (1999, p. 155):

A imagem da criança frágil, portadora de uma vida delicada merecedora de desvelo absoluto dos pais, é uma imagem recente. A família colonial ignorava-a ou subestimava-a. Em virtude disso, privou-a do tipo e quota de afeição que, modernamente, reconhecemos como indispensáveis a seu desenvolvimento físico e emocional. Nem sempre o “neném” foi majestade na família. Durante muito tempo seu trono foi ocupado pelo pai.

Valendo-nos dessa perspectiva de análise, apresentamos a seguir, a questão da educação do corpo infantil pela mãe campo-grandense, sob duas perspectivas, a saber: 2.1 *Os Concursos de Robustez de Bebês e a mãe na era Vargas*; e 2.2 *A educação do corpo infantil no lar*.

2.1 O Concurso de Robustez de Bebês e a Mãe na era Vargas

Nos anos 1930 o Estado passa a organizar diversos concursos de robustez infantil com a finalidade de provar para todos que as novas gerações estavam livres de doenças e prontas para se tornar o “novo homem brasileiro”, os documentários do DIP registraram vários destes concursos (OLIVEIRA, 2013, p. 99). Os vencedores ganhavam um certificado e um valor em dinheiro como prêmio. As crianças deveriam ser robustas e não obesas, para que pudessem ser consideradas filhas de uma pátria saudável e servirem de exemplo às outras nações (ALMEIDA, 2004).

O Concurso de Robustez de Bebês pode ser entendido como uma das estratégias do Governo Vargas, com o intuito de inculcar novos hábitos e um novo padrão de corpo infantil para a sociedade. Sobre estratégia, Certeau (2005, p. 99-100) explica:

[...] Chamo de estratégia o cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolada. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio a ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização ‘estratégica’ procura, em primeiro lugar, distinguir de um ‘ambiente’ um ‘próprio’, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. Gesto cartesiano, quem sabe:

circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro. Gesto da modernidade científica, política ou militar.

Assim, para Certeau (2005), a estratégia está ligada ao poder hegemônico, um poder dominante ligado ao racionalismo moderno, representado aqui pelo Estado sob o comando de Getúlio Vargas, que se apropria do discurso médico da época e o utiliza como um exercício estratégico com a finalidade de convencer a sociedade, argumentando que a criança seria o futuro da nação, logo, medidas passaram a ser tomadas para garantir o sucesso desse intento. Assim, por meio do reconhecimento do contexto social brasileiro, o Estado passou a tomar medidas de prevenção e controle dos problemas existentes em relação à saúde, novos hábitos e um novo modelo de educação diante do corpo infantil se formava, entre as estratégias encontram-se os Concursos de Robustez Infantil.

Para tratar do Concurso de Robustez de Bebês, nos anos 1930, no Brasil e em Campo Grande, analisamos como fonte principal os artigos da RFS “Educar” (RFS, 1934, n. 34, p. 7, de Estácio Correa Trindade) e “O Concurso de Robustez do Bebê” (RFS, 1935, n. 37-38, p. 15, sem autor). O intuito foi responder sobre a função conferida à mãe nesses concursos, compreendendo como esses eventos, de forma prática, se tornaram uma ferramenta para influenciar a sociedade, baseado no discurso do higienismo.

Antes, porém, faz-se necessário compreendermos que, no final do século XIX, a mortalidade infantil era um dos inimigos sociais brasileiro. Neste contexto, diversas ações surgem na tentativa de solucionar o problema, dentre elas, o concurso de robustez infantil.

Em 24 de março de 1899, o médico Arthur Moncorvo Filho, fundou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI-RJ), no Rio de Janeiro, para dar assistência às mulheres grávidas pobres, nos partos e ao recém-nascido (KUHLMANN JUNIOR, 2015). Dos serviços prestados pelo Instituto de Moncorvo Filho, o “gotta de leite” era responsável por distribuir “centenas de milhares de litros de leite esterilizado... à creanças que não podiam dispor do aleitamento natural” (MONCORVO FILHO, 1927, p. 157). Os Concursos de Robustez dos Bebês foram criados em julho de 1902 pelo IPAI, visando à diminuição da mortalidade infantil.

Conforme Moncorvo Filho (1927, p. 156), “o Instituto nomeava um jury de médicos, exigia a documentação necessária provando ser a genitora pobre, não ter a creança mais de 1 anno e haver sido alimentada exclusivamente por aquela, pelo menos até o 6º mez”. O autor ainda aponta que não tardou para a iniciativa ser copiada “dentro e fora do Brasil”. Desta forma, o autor nos leva à hipótese de o concurso de bebês ter sido criado no Brasil. Em razão de seu sucesso como uma das medidas de maior alcance social no que concerne à higiene

infantil da época, o concurso passou a ser organizado semestralmente, e garantia aos vencedores vários prêmios em dinheiro (MONCORVO FILHO, 1927, p. 157).

Sobre a difusão da puericultura¹³ no Brasil, ela não ocorreu da mesma forma que nos países industrializados, revelando mais uma vez a sua determinação social. Apesar de importada da França, logo após ter surgido, só seria institucionalizada na década de 1920, quando a industrialização já era uma realidade, com a necessidade não só de mão de obra crescente, mas também de resposta aos movimentos operários com suas reivindicações por melhores condições de vida.

Foi nesse cenário que o IPAI promoveu vários concursos de robustez de bebês. Esse novo projeto estaria vinculado à proteção da maternidade e conseqüentemente à criança. Os concursos passaram a ser organizados no bojo do descontrole das epidemias, da mortalidade infantil com a intenção de transmitir a mensagem de que mães cuidadosas teriam sempre filhos saudáveis. Desse modo, a responsabilidade não se restringiria ao Estado, ao contrário, as mães teriam papel fundamental na educação do corpo infantil (ALMEIDA, 2004). Ao todo foram 33 edições de concursos promovidos pelo IPAI, como resultado da coleta e observação de dados de mais de 5 mil crianças. O Instituto criou uma tabela de medidas, com pesagem e medidas das crianças desde o nascimento até os 14 anos (MONCORVO FILHO, 1927).

O movimento higienista, tido politicamente como um grande projeto social e moderno, cujos objetivos estratégicos eram interferir ativa e efetivamente no comportamento e cotidiano das pessoas, tanto na esfera pública quanto privada passa a estabelecer um padrão de saúde e forma física a ser seguido, razão das preocupações com a gestação do bebê, o nascimento, a lactação, o banho, a limpeza corporal e o ambiente em que se vive. Nesse sentido, a mãe passa a ter um papel fundamental na educação do corpo infantil.

A medicina e o Estado passam a intervir no corpo da criança com o intuito de se criar cidadãos saudáveis, e os discursos médicos e higienistas se apropriam da imagem da mulher como personagem que está relacionada ao espaço privado e aos cuidados do lar, portanto as iniciativas passam a incentivar as mães nos cuidados com o corpo infantil e os concursos de robustez surgem baseados nessas iniciativas, como ações de cunho sanitário e educacional.

Criou-se, desse modo, em face das necessidades modernas, um aparato para educar a nova geração da nação, na qual a mãe se apresenta como personagem principal. Wadsworth (1999, p. 4) aponta que, em 1927, “o governo brasileiro consolida todas as leis existentes a

¹³ Segundo Bonilha e Rivoredo (2005), a puericultura pode ser entendida como o conjunto de técnicas empregadas para assegurar o perfeito desenvolvimento físico e mental da criança, desde o período de gestação até a idade de 4 ou 5 anos e, por extensão, da gestação à puberdade.

respeito da assistência e proteção à infância, criando assim o primeiro Código de Menores”. Para o autor, a nova legislação pode ser considerada como “produto de décadas de lutas, sempre mais intensas, para proteger as crianças pobres de doenças, das precárias condições de sobrevivência e daquilo que alguns acreditavam ser a ignorância e superstição de suas mães” (WADSWORTH, 1999, p. 4). Daí a importância, afirmavam os “especialistas da medicina e assistência social” de “instruir as mães nos princípios básicos de saúde e higiene”. Essa preocupação com as crianças, “principalmente as das classes populares”, consideradas “matéria-prima fundamental no projeto de nação que se forjava”, se dava pelo pensamento das “elites econômicas, políticas e sociais”, que acreditavam que as “famílias pobres constituíam-se em núcleos incapazes de fornecer à criança um desenvolvimento físico e mental adequado”, cabendo ao Estado, intervir e prover assistência a essas crianças.

2.1.1 O Concurso de Robustez de Bebês em Campo Grande, em 1934

No início do governo Vargas, organizou-se um congresso na Capital Federal com o intuito de divulgar e discutir trabalhos com relevância para a construção dos “métodos e diretrizes” direcionadas para apoiar o Governo Federal a oferecer saúde, educação e qualidade de vida para as crianças, desde bebês até a adolescência (SOUZA, 2006, p. 7). Simultaneamente aconteceram muitas comemorações relativas à infância como festas cívicas, concursos de robustez, com propósitos de divulgar políticas sociais referentes à infância, utilizando-se das práticas higienistas como campanhas de vacinação, criação de regulamentos sanitários, fiscalizações e combate a doenças, para que as crianças se tornassem cidadãos sadios numa nação politicamente estruturada. Tais práticas incorporaram repertórios culturais produzidos nos grandes centros, como forma de impor sua modernidade, uma vez que o concurso de robustez foi adotado durante o governo Vargas para melhorar os índices físicos da nova geração de brasileiros.

De acordo com a matéria da RFS, intitulada “Concurso de Robustez do Bebê” (RFS, 1935, n. 37-38, p. 15, sem autor), foi organizado em Campo Grande, em dezembro de 1934, a cargo da Sociedade da Biblioteca de Campo Grande¹⁴, o primeiro concurso de robustez infantil.

¹⁴ A Sociedade da Biblioteca de Campo Grande surge da necessidade de se construir um local adequado para a realização de reuniões literárias. Iniciativas de meios de comunicação como a RFS buscavam reunir a elite intelectual Campo-grandense em prol de se angariar associados para a obtenção de recursos que seriam necessários para o desenvolvimento da biblioteca municipal, o intuito era vender cotas de três mensalidades de

O artigo intitulado “Educar” (RFS, 1934, n. 34, p. 7), de Estácio Correa Trindade, traz a transcrição da conferência de abertura do ciclo de “Palestras sobre a criança”. O ciclo de palestras, foi uma iniciativa por meio da qual, ao longo do ano de 1934, foram apresentadas ao todo 21 teses também “programadas pela biblioteca de Campo Grande”, e o intuito do projeto seria demonstrar ao público, segundo o autor, “as responsabilidades na formação da vossa prole e no cultivo de uma raça viril e cheia de graça física e espiritual” (RFS, 1934, n. 34, p. 7).

O artigo informa que:

A SOCIEDADE DA BIBLIOTECA DE CAMPO GRANDE em fins de ano passado de 15-10 a 17-12 promoveu uma série de palestras sobre a criança, das quais se incumbiram médicos e professores. Todas as segundas feiras, daquele período, o salão da biblioteca acolhia numerosa assistência que lá acorria a fim de ouvir conselhos sobre higiene e pedagogia caseiras. A série dessas palestras foi aberta pelo Bacharel Estácio C. Trindade, que discorreu sobre a educação dum modo geral. (RFS, 1934, n. 34, p. 7).

O ciclo de palestras foi organizado pela diretoria da Sociedade da Biblioteca de Campo Grande, que surgiu da iniciativa de levantar fundos para a manutenção e conservação da biblioteca de Campo Grande. As palestras foram proferidas por médicos e professores e, ao final, o Concurso de Bebês Robustos foi colocado como ápice da programação:

As palestras que a diretoria da biblioteca de Campo Grande houve por bem organizar e executar, desta noite ao dia 17 de Dezembro próximo, a encerrar se com a apoteose ao bebê mais robusto, em concurso original para nós, e no natal da criança pobre. (RFS, 1934, n. 34, p. 7).

Assim, a diretoria da biblioteca de Campo Grande inseriu pela primeira vez na cidade o Concurso de Bebês Robustos, evento que teve a função de encerrar o ciclo de palestras, sobre higiene e pedagogia infantil, o empenho da elite local em efetuar palestras sobre cuidados com o corpo infantil, e o próprio concurso que já acontecia no restante do país desde o início do séc. XX aponta que os discursos sobre a Eugenia e Puericultura, somados à Pedagogia, também em Campo Grande foram vistos como elementos fundamentais que seriam capazes de trazer a “formação de uma raça saudável”, que colaboraria para a modernização da sociedade, e caberia aos pais, por meio dos “ensinamentos indispensáveis” aprendidos no contexto dos ciclos de palestras, oferecer a seus filhos o “encaminhamento das

dez mil réis (moeda vigente desde o período imperial, substituída pelo cruzeiro, em 1942) para o maior número de associados possíveis e, assim, garantir a construção e manutenção do lugar (RFS, 1931, n. 1)

funções psico-biológicas dos seus filhos”. Para tanto, Trindade coloca a responsabilidade da formação dessa raça saudável na classe médica, nos professores e na “boa vontade dos pais” (RFS, 1934, n. 34, p. 7):

Ninguém mais consciente e capaz de empreender essa ingente tarefa de renovação de costumes e ensinamentos, que a classe médica coordenada com a dos professores e a boa vontade dos senhores pais e a assistência do poder público (RFS, 1934, n. 34, p. 7)

A reportagem de janeiro de 1935, com texto e imagens, relata os procedimentos do evento realizado em 17 de dezembro de 1934, que encerrou com concurso realizado no salão da própria biblioteca, apresentando o resultado e seus critérios de eleição.

As nove horas da manhã daquele dia, a comissão medica convidada para efetuar o concurso, deu início as provas com a passagem do primeiro bebê. Um a um, todos foram pesados e todos tomadas a altura, o turgor, (Rigesa muscular), os índices cefálico, torácico e a largura dos ombros. Esses dados em relação a idade de cada um foram comparados ao de uma tabela oficial e, por fim, classificados os bebes que lograram maior número de pontos. Desse modo a comissão composta do Drs. E. Coutinho, Alípio Castilho, A. Boaventura e Peri Alves Campos (este como presidente da biblioteca) proclamaram vencedores três das quatro meninas inscritas, sendo este o resultado final, que demonstra o valor do sexo frágil: 1º- Rita Oshiro 8 m. e 13 dias, filha do casal T. Oshiro; 2º- Maria Amelia 12 m., do casal Cristovam Scapulatempo; 3º- Maria Elisa, 8 m. e 19 dias, do casal A. Trouy. (RFS, 1935, n. 37-38, p. 15).

Como podemos observar, com base na descrição da reportagem sobre o concurso de bebês, os resultados obtidos eram avaliados com relação à idade de cada bebê e confrontados com a tabela oficial, fruto das pesquisas de puericultura realizadas pelo IPAI.

É interessante perceber que, ao declarar os vencedores do concurso, o autor, desconhecido por nós, se refere às meninas vencedoras como sendo de “sexo frágil”. Sua afirmação está em consonância com o pensamento da época, que acreditava que os indivíduos do sexo feminino seriam fisicamente inferiores em relação aos do sexo masculino. Para Louro (2004), o gênero e suas características são construídos socialmente, a declaração “é uma menina!” ou “é um menino!” também começa uma espécie de “viagem”, ou melhor, instaura um processo que, supostamente, deve seguir um determinado rumo ou direção. Até o início do século XX, as mulheres eram explicadas como seres inferiores ao homem, sendo o sexo biológico e o seu papel social condicionados e preestabelecidos socialmente; e essa

construção dos corpos baseada em normas regulatórias é o que legitima os sujeitos perante a sociedade (LOURO, 2004, p. 77).

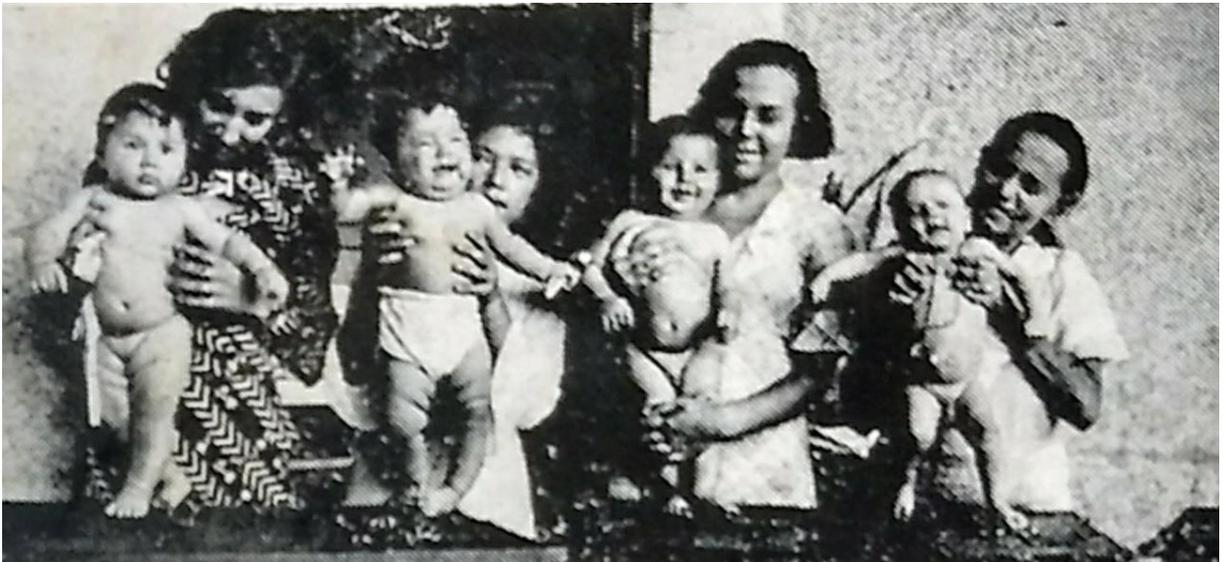
Moncorvo Filho (1927, p. 4) nos dá algumas pistas sobre as diferentes funções sociais definidas para homens e mulheres:

O homem tantas vezes amando a sangueira – guerras, revoluções, crimes e vícios – nem sempre é o animal dócil, meigo e cordato que fôra para desejar. A mulher, quasi sempre bondosa e meiga – pensamento inclinado para o Bem – com encantadora meiguice olhos fitos nos filhos, prodigalizando-lhes o carinho, o afago, a educação e os bons sentimentos, não raro se constitue um verdadeiro anjo do lar!

Assim, quando o autor se refere ao sexo feminino como “sexo frágil”, relaciona a mulher a atividades que não requerem o uso da força física para serem executadas, sendo características masculinas ter aptidão física aprimorada.

Na Figura 5, o segundo bebê, da esquerda para a direita, é a criança que conquistou o primeiro lugar no concurso – Rita Oshiro, na época com 8 meses e 13 dias de idade, filha do casal T. Oshiro – e ao seu lado podemos ver alguns de seus concorrentes.

Figura 5 - Vencedora do Concurso de bebês robustos



Fonte: RFS (1935, n. 37, 38, p. 15).

Na Figura 6, destacamos a segunda colocada no concurso, a quarta criança da esquerda – Maria Amélia, com 12 meses –, filha do casal Cristovam Scapulatempo:

Figura 6 - Segunda colocada no Concurso de bebês robustos



Fonte: RFS (1935, n. 37-38, p. 15).

As Figuras 7 e 8 ilustram os bebês que participaram do referido concurso.

Figura 7 - “Concorrentes”



Fonte: RFS (1935, n. 37-38, p. 15).

Figura 8 - “Concorrentes”



Fonte: RFS (1935, n. 37-38, p. 15).

A Figura 9, por sua vez, mostra a saída do concurso de bebês robustos.

Figura 9 - “A saída do concurso de bebês robustos”



Fonte: RFS (1935, n. 37-38, p. 15).

A Figura 9 retrata a saída do evento, que ocorreu nas dependências da Biblioteca de Campo Grande, e permite perceber que o público presente era predominantemente feminino. A imagem mostra a presença de dois homens, porém nossas fontes não são capazes de nos responder se eles seriam pais dos bebês concorrentes, ou alguns dos médicos que participaram como jurados, qualquer uma das afirmações seria especulação, fica evidente que o alvo do concurso eram as mulheres, denotando que as ações promovidas teriam como público-alvo a mãe que, segundo Almeida (2004), passa a ser a figura central nesse processo, afinal, de “nada valem os cuidados médicos e a boa alimentação se a criança não estiver rodeada dos inteligentes cuidados maternos” (ALMEIDA, 2004, p. 13). Contudo, os concursos de bebês

robustos, eram organizados no bojo do descontrole das epidemias, da mortalidade infantil e intencionaram transmitir a mensagem de que mães cuidadosas teriam sempre filhos saudáveis, para que tal responsabilidade não ficasse somente a cargo do Estado. Desse pensamento surge o elo entre a família e o Estado, que entendia a boa gestação e o bom parto como base fundamental do projeto de governo que visava uma nação disciplinada e saudável (ALMEIDA, 2004).

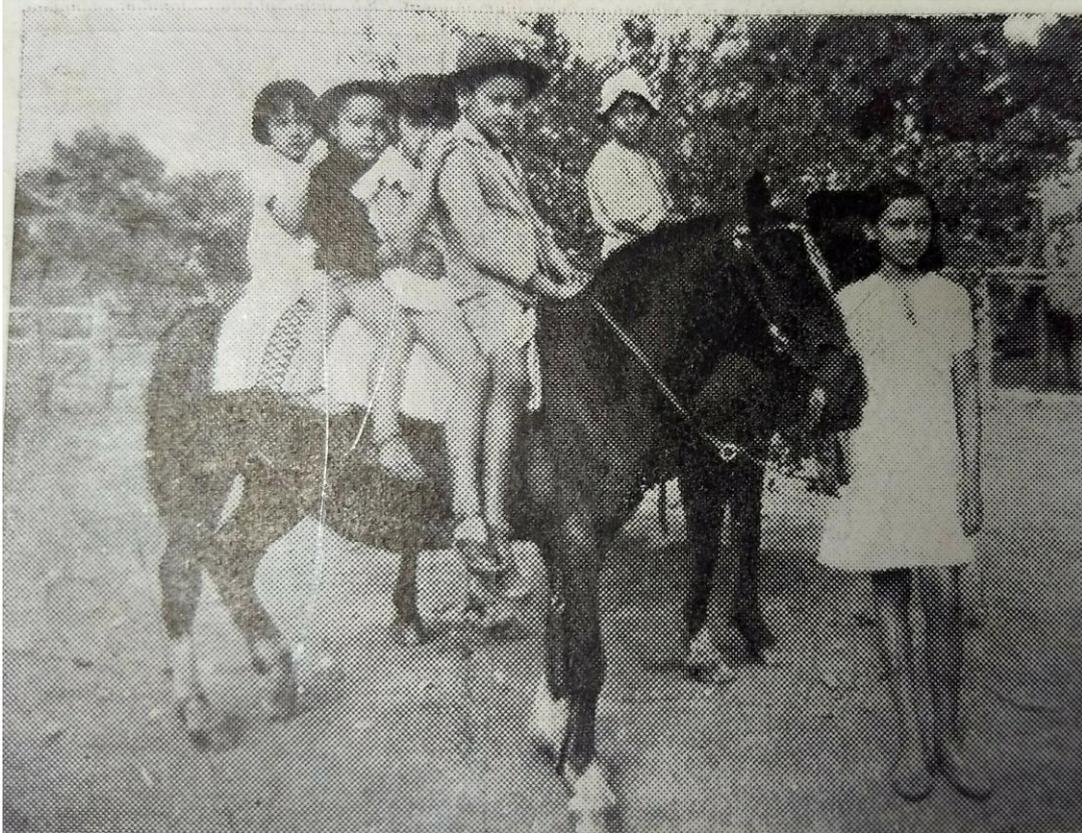
Os concursos de robustez de bebês se tornariam extremamente concorridos durante algum tempo, imitados em vários Estados, a exemplo de Campo Grande, ao sul de Mato Grosso. A partir de ações durante o Governo Vargas, eles passaram a representar o patriotismo nacional, a aspiração de uma nova raça, forte e saudável, mesmo que paralelo ao caos vivido por conta da miséria e da falta de recursos pelos quais o país passava. Para Almeida (2004), o racismo estava presente neste contexto, especialmente entre as autoridades, como médicos e políticos, a mistura de raças era vista como fator de degeneração de um povo, e era relacionada à falta de desenvolvimento, de cultura e civilização.

Nesse sentido, observamos que, apesar da preocupação com a criança pobre no Brasil dos anos 1930, como observa Wadsworth (1999), entre outros, ao tratar das campanhas de assistência à infância, durante a era Vargas, na perspectiva de que as classes populares não teriam condições de fornecer à criança o devido desenvolvimento físico e mental, cabendo ao Estado intervir, os concursos de robustez eram promovidos pela e para a elite econômica e social do país. As crianças vencedoras e suas respectivas mães seriam apresentadas como modelo de educação e saúde a serem seguidos.

Ao analisarmos as fotografias do concurso realizado em Campo Grande, expostas anteriormente, verificamos que os bebês e suas mães eram todos brancos. A ausência de bebês negros e índios pode estar relacionada à teoria eugênica que, segundo Vechia e Lorenz (2009), tinha como objetivo zelar pela qualidade racial, para que seus descendentes herdassem força, saúde, resistência e beleza.

Tal observação nos leva a outra hipótese, ao constatar que, das 135 imagens fotográficas infantis contidas na RFS, catalogadas por nós, apenas a foto da Figura 10, abaixo, faz referência a uma criança negra, nenhuma menção ou imagem de uma criança de descendência indígena, o que demonstra que a Revista divulgava apenas imagens das crianças da elite sul mato-grossense reforçando a presença da eugenia através da divulgação da beleza da raça branca.

Figura 10 - O “Crioulo” Jabotitano



Fonte: RFS (nov. 1940, n. 47, p. 17).

A legenda da foto apresenta os seguintes dizeres:

Carga sobre carga! Experimentando a capacidade de carga de um pançudo petiço vemos nesse clichê: Homero, Aurora, Mario e Elisa, filhos do casal Antonio Canepa e D. Emereciana Canepa, fazendeiros em Jaboti, município de Miranda. Em pé, a menina Agostinha, filha do mesmo casal e ao fundo um “Crioulo” jabotitano. (RFS, 1940, n. 47, p. 17).

Não há menção ao nome da criança negra, o que deixa claro que havia tratamento diferenciado às crianças conforme a classe a que elas pertenciam. Todas as crianças que aparecem em fotos na RFS tiveram seus nomes divulgados por meio de legendas, exceto por essa criança denominada pela Revista como “crioulo¹⁵ jabotitano”. Na Revista, por seu caráter ilustrativo, em quase todas as edições havia pelo menos uma página dedicada a fotografias de crianças, nas imagens não foram encontradas crianças de etnia indígena, e negra somente nesta imagem da Figura 10, que se encontra na seção *PÁGINA INFANTIL*, na matéria intitulada “Carga e sobre carga”, registrando a capacidade de sobrecarga de um cavalo ao colocar as crianças sobre o mesmo. O que demonstra o caráter elitista do periódico

¹⁵ Na obra de Darcy Ribeiro (1995), o termo crioulo era usado para denominar populações surgidas “da fusão racial de brancos, índios e negros.”

em harmonia com o discurso eugênico, que acreditava na superioridade do branco em relação ao negro e ao índio, apoiados em teorias evolucionistas. Além disso, o Brasil das décadas de 1920 e 1930 buscava alcançar uma raça pura, livre de miscigenação.

Os Concursos de Bebês Robustos pelo país, como o realizado em Campo Grande, em 1934, de caráter eugênico e higiênico, teriam a função de influenciar as mães na educação do corpo infantil. Tais práticas incorporaram repertórios da medicina e higienismo, produzidos nos grandes centros, como estratégia de disseminar o que Gondra (2007) aponta como sendo um projeto civilizatório de higienização. A representação expressa pela imprensa, em nosso caso, pela RFS, demonstra um projeto político com o intuito de construir uma nova nação por meio de uma educação higiênica e moralizadora, que pode ser observada pela prática dos concursos de bebês, que denotam claramente uma estratégia de se estabelecer parâmetros que representassem um ideal de corpo infantil.

2.2 A educação do corpo infantil no lar

Neste tópico discutiremos a educação do corpo infantil no ambiente doméstico, com o propósito de compreendermos a construção social do lugar da mãe na educação do corpo infantil e como a mulher, conforme Badinter (1985), se transforma em uma mãe zelosa que aceita seu novo lugar na sociedade. Além disso, abordaremos como a influência dos intelectuais e dos médicos passou a estabelecer a melhor maneira de se educar as crianças. Para tanto, elencamos os seguintes artigos da RFS: “Como iniciar a Educação do Bebê” (RFS, ago. 1935, n. 39, p. 11, de Fernando Corrêa); “A utilidade da escova para dentes” (RFS, 1937, n. 41-42, p. 177, de Guido Barone), “Educação e Higiene” (RFS, 1937, n. 41-42, p. 193, de E. Coutinho) e “As Operárias do Bem” (RFS, dez. 1931, n. 3, p. 10).

Partimos da afirmação de que a prática da higiene nas décadas de 1930-1940 é acentuada em virtude da necessidade de aprimorar as capacidades tanto física e intelectual como também moral do corpo infantil, e a primeira fase dessa educação acontece no lar. A educação do corpo ganha visibilidade, representada pela higiene, pois de tais cuidados dependeria o bom desenvolvimento integral da criança. De acordo com Souza (2006, p. 5), médicos e políticos passaram a trabalhar para “[...] o estabelecimento de uma ordem social brasileira ideal e de uma identidade para a criança brasileira [...]”, a fim de se resolver os problemas da mortalidade infantil e delinquência juvenil que, segundo ela, eram inerentes à infância.

No artigo “Como iniciar a Educação do Bebê” (RFS, 1935, n. 39, p. 11), o Dr. Fernando Corrêa discorre acerca das orientações de como a mãe deveria educar o corpo infantil em diversos

aspectos, entre eles não ceder aos caprichos e desejos das crianças, com o intuito de combater os maus hábitos e sentimentos: “Isso acontece porque todos ignoramos a possibilidade de nos fazermos queridos dos bebês sem vivermos a beijá-los e a abraçá-los”. O texto, de autoria de um médico, indica, portanto, a necessidade da tomada de consciência de que o corpo do bebê não precisava de carinhos em excesso. Corrêa (RFS, 1935, n. 39, p. 12) ressalta, ainda, que “Tal proceder é supramente criminoso porque despertando as crianças para a vida sexual torna-as nervosas, irritadas e preparadas para enormes sofrimentos posteriores”. Essa atitude era entendida pelo autor como uma atitude egoísta, desejos reprimidos nos próprios pais que viam a imagem da mãe romantizada, como sendo a melhor forma de educar seus filhos: “Tratá-los assim é reservá-los um futuro cheio de sofrimentos morais e físicos” (RFS, 1935, n. 39, p. 12).

Nessa direção, a obra *Emilio ou Da Educação*, de Jean-Jacques Rousseau (1995), é apontada como uma das primeiras influências nas mudanças que passaram a ocorrer no modo como as mães começaram a lidar com as suas crianças. Também notamos a influência intelectual dessa obra na elite social campo-grandense pela afirmação de Estácio Correa Trindade, em seu artigo “Educar”:

[...] o insigne naturalista Jean-Jacques Rousseau publica o seu notável livro "O Emilio", onde estuda os postulados de um sistema educativo, assentes em observações psicológicas de valor. Preconiza ao lado do exercício mental e da reflexão, o da utilidade do exercício físico e do ensino profissional. (RFS, 1934, n. 34, p. 7).

Em seu estudo, Rousseau (1995) afirma que a criança nasce pura e que a sociedade a deforma, segue em defesa de uma educação que seja natural, na qual a mãe seria parte fundamental, no que ele chamou de binômio mãe-filho. O autor passou a defender que a força que une as mães e os filhos só poderia ser pela afetividade. Suas teorias influenciaram intelectuais e educadores dos séculos XIX e XX, sendo sua proposta de um novo modelo de educação adotada no Brasil a partir das décadas de 1930-1940, com o modelo ideal de educação moderna que valoriza a infância.

A obra, já bastante conhecida, orienta como uma criança deveria ser educada, de acordo com a seguinte classificação: Do nascimento aos 2 anos: Idade da necessidade. De 2 a 12 anos: Idade da Natureza – vida no campo para se desenvolver: a Educação Moral, a Educação do corpo e a Educação sensorial. De 12 a 15 anos de idade: Idade da Força – desenvolve: a Educação Intelectual e a Educação Manual e Social. De 15 a 20 anos de idade: Idade da Razão e das Paixões – desenvolve: a Educação do ser social, a Educação Religiosa e

a Retomada da Educação Moral. Badinter (1985) acredita que essa obra de Rousseau influenciou numerosas leitoras.

Na primeira parte dessa obra, Rousseau trata da fase do nascimento até os dois anos de idade, caracterizada como a idade da necessidade. Durante esta fase, a criança requer cuidados básicos. É nesses cuidados que o autor centraliza suas preocupações para a sobrevivência do corpo, a alimentação, o processo de seleção de uma ama, comum à época, com saúde física e alma boa que resultaria no leite mais forte e natural. O modelo de educação ideal estava direcionado na educação do corpo da criança, tema que nos interessa diretamente na presente investigação. Diante da nova pedagogia do corpo que estava sendo instaurada é que também se observa um novo processo de civilização da sociedade.

Em continuidade ao artigo “Como iniciar a Educação do Bebê” (RFS, 1935, n. 39, p. 12), o mesmo apregoa uma percepção contrária à ideia romantizada do amor materno que vinha sendo imposta pouco a pouco nos últimos dois séculos às mulheres. Essa imposição, segundo Badinter (1985), seria responsável por conectar os cuidados e o carinho da mãe à fatores insubstituíveis da sobrevivência e do conforto do bebê. No quesito higiene, o artigo aponta o hábito de o bebê chupar os dedos ou a chupeta como um hábito a ser eliminado, posto que pode contaminar o organismo do bebê e “90 % das doenças microbianas, isto é, transmitidas por micróbios, penetram no organismo através da bocca e as mãos das crianças” (RFS, ago. 1935, n. 39, p. 14).

O artigo também alerta as mães para o cuidado com o uso de chupeta, pois, segundo o autor, ao ferver o bico em água antes de dar ao bebê, ao invés de esterilizar estava na verdade intoxicando o filho, uma vez que a borracha da chupeta soltava tóxicos que eram ingeridos pela criança. Por outro lado, também poderia ser prejudicial para a boa articulação da boca, podendo afetar o posicionamento dos dentes, e a mastigação incorreta dos alimentos, podendo levar a criança a problemas estomacais, intestinais e insônia (RFS, ago. 1935, n. 39, p. 11, Dr. Fernando Corrêa).

Para Badinter (1985, p. 207), a mãe, influenciada pela medicina e pelos intelectuais, passa a seguir novos modelos de alimentação para os filhos, como podemos notar na seguinte citação:

[...] desmamará o filho ao aparecerem os primeiros dentes e preferirá dar-lhe caldo de miolo de pão e creme de arroz, aconselhados por Jean-Jacques, em vez das papas tradicionais. Para aliviar as primeiras dores gengivais, ela abandonará o mordedor duro e sujo, em favor dos bastonetes de alcaçuz, frutas secas e côdeas de pão.

Do mesmo modo, afirma a autora, “A mãe moderna” será “igualmente sensível à higiene corporal: a limpeza e o exercício físico” (BADINTER, 1985, p. 207). A autora acrescenta, ainda, que:

Rousseau, que é o grande propugnador do banho cotidiano para o bebê, preconiza “a diminuição paulatina da temperatura da água, até que a criança seja lavada, verão e inverno, em água fria, e mesmo gelada... uma vez estabelecido esse hábito... é importante conservá-lo por toda a vida”. Pois esse hábito é ao mesmo tempo a condição da limpeza e da saúde do bebê, e a do vigor do adulto. (BADINTER, 1985, p. 207).

Para Oliveira (2013), a criança, a partir da Era Vargas, passa a ser discutida como o “futuro defensor da pátria”, e assim o estado deveria garantir por meio de políticas públicas, que medidas saudáveis fossem adotadas pela sociedade para garantir a saúde das crianças, entre elas a saúde bucal.

Em consonância com essas novas diretrizes para a saúde da criança, o artigo “A utilidade da escova para dentes” (RFS, 1937, n. 41-42, p. 177), de Guido Barone, um cirurgião dentista, destaca um esforço em conscientizar a sociedade em geral acerca da importância do uso de escova específica para os dentes e confere às mães a responsabilidade pela saúde bucal das crianças. Percebemos que a partir do conteúdo de propagandas e artigos cabe a mulher a dinâmica da educação da criança no lar, não fazendo menção ao proceder dos homens, nem a qual lugar o homem deveria ocupar dentro dessa dinâmica. O artigo pede que as mães escovem os dentes dos filhos depois das refeições, assim como lavem suas mãos, evidenciando que os cuidados dos dentes das crianças deveriam ficar a cargo das mesmas. O cirurgião dentista explica como funciona a proliferação de bactérias nos dentes, e expõe que as causas e prevenções só seriam possíveis com a limpeza diária após cada refeição: “A única limpeza eficaz é a que se faz com a ajuda da escova para dentes. Esta escova deve ser de cabelos bastante duros e espaçosos” (RFS, 1937, n. 41-42, p. 177). Essas práticas relacionadas à educação, higiene e saúde das crianças, encontradas nas páginas da RFS, evidenciam um esforço estratégico em remodelar uma nova nação pela educação do corpo, cabendo à mãe o papel de garantir a saúde da criança por intermédio de medidas sanitárias.

Sobre os cuidados que as crianças devem ter com a boca, Renato Kehl (1925) médico, farmacêutico e escritor, que introduziu a eugenia no Brasil em 1918, seguindo os preceitos da higiene e inculcando novos hábitos na rotina das crianças, com um livro sobre higiene dirigido ao público infantil, tratando as crianças como “pequenos soldados da pátria”, afirma:

Antes de deitar se para dormir é indispensável escovar os dentes. Os resíduos alimentares, a gordura, retidos entre eles, se não forem removidos, fermentam, apodrecem, ao fim de algumas horas, prejudicando os dentes, alterando o hálito e concorrendo para certos males de piores consequências [...]

Escove os dentes depois das refeições e ao deitar se ou, então, pela manhã e à noite. Não leve as mãos, os dedos, o lápis, a caneta e outros objetos à boca. É um perigo introduzir na boca e mastigar, palito, pedacinhos de papel, de madeira, de arbusto, folhas de árvores, etc. Lave sempre as mãos ao sair da latrina e quando tocar nalgum objeto sujo. Obedeça sempre a estes mandamentos para ser uma criança forte e bonita, não se esqueça que ninguém pode gostar das que são sujas e desleixadas. (KEHL, 1925, p. 83-84).

Ainda com relação aos cuidados com o corpo infantil, destacamos também o artigo “Educação e Higiene” (RFS, 1937, n. 41-42, p. 193), que trata de um relato do médico Dr. E. Coutinho, que enfatizava a união da instrução com a higiene como uma dupla de interesse que certamente visava ao sucesso na vida dos indivíduos. Orienta que, para a criança, desde bebê, era necessário estabelecer o seu tempo de sono, não deixar o bebê irritado, protegendo sua fragilidade no processo de desenvolvimento dos cinco sentidos. Sistematiza a infância como um processo doloroso ao deixar o aconchego do ventre da mãe até a chegada brusca na escola. No entanto, para vencer essas dores é que se criou a educação e aliou-se à medicina.

Este artigo evidencia a educação do corpo infantil pela perspectiva tradicional – o controle do movimento do corpo – e, na visão do autor, tal imobilização gera a inércia, impede a criança de progredir, evoluir fisicamente. Para Rousseau (1995), esse comportamento é tido como antinatural, e o corpo necessita de uma educação natural e sensível: “Repito-o, a educação do homem começa com seu nascimento; antes de falar, antes de compreender, já ele se instrui. A experiência adianta-se às lições; no momento em que conhece sua ama, já muito ele adquiriu” (ROUSSEAU, 1995), e complementa:

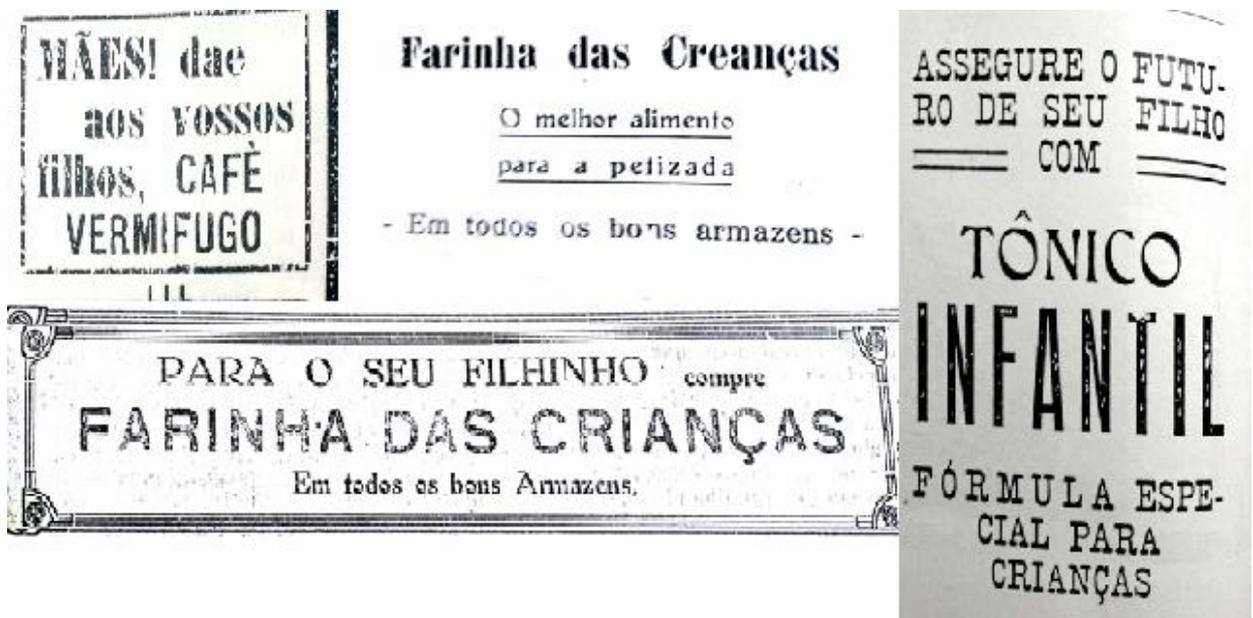
Mal a criança sai do seio da mãe, mal goza a liberdade de se mexer e distender seus membros, já lhe dão novas cadeias. Enrolam-na em faixas, deitam-na com a cabeça imóvel e as pernas alongadas, os braços pendentes ao lado do corpo; envolvem-na em toda espécie de panos e tiras que não lhe permitem mudar de posição. Que se dêem por felizes se não se vêem apertadas a ponto de não poderem respirar. [...] (ROUSSEAU, 1995, p. 17).

Em conformidade com Rousseau, o trecho do artigo supracitado ressalta que “na súbita transição natural do seu habitat, a tortura começa: do meio líquido em que tantos dias viveu ao morno e penumbroso aconchego do seio materno, sofre, de chofre, agressão impiedosa dos agentes físicos: ar livre, temperatura varia, luz intensa” (RFS, 1937, n. 41-42, p. 194). Nesse

sentido, o artigo aconselha que a educação do corpo infantil deveria acontecer por meio da experiência do dia a dia, em seu lar, como uma forma de aprimorar seus sentidos e sensibilidades.

A saúde e os bons hábitos eram exaltados desde a primeira infância: “Já no berço – lindo canteiro onde desabrocha a linda flor da infância – deve ter início a educação do homem [...] Regular alimentação; determinar as horas de repouso; evitar choques ao sistema nervoso delicado e frágilimo... tudo isso é lógico e é educação” (RFS, 1937, n. 41-42, p. 194). Considerando este artigo, notamos o empenho do periódico RFS em destacar como é importante iniciar a educação do corpo infantil, também pela ênfase em torno da alimentação saudável como aparece em diversas propagandas veiculadas na Revista (Figura 11).

Figura 11 - Alimentos e fortificantes para as crianças



Fonte: RFS (jan. 1932, n. 4, p. 15; ago. 1934, n. 35, p. 24; set. 1934, n. 36, p. 14; set. 1940, n. 45, p. 20).

Os anúncios de alimentos ideais para as crianças perpassaram as páginas da Revista, propagados como medicamentos e fortificantes para o público infantil. Remete-nos, ainda, ao pensamento patriótico como estratégia do governo para alcançar o projeto de cidadãos desejáveis, em decorrência do aumento considerável de alimentos industrializados do período pós-revolução industrial, apresentados como a forma ideal das mães alimentarem os bebês, dando vermífugo e fortificante, com o objetivo de assegurar o futuro de seus filhos.

Na rotina diária do lar, os cuidados dispensados à alimentação dos bebês passam a ter foco na saúde da criança. Logo na primeira infância as práticas alimentares ganharam destaque. Encontramos nas referidas propagandas da Figura 11, o incentivo ao consumo de alimentos direcionados às crianças. Oliveira (2013, p. 46), contudo, salienta “a importância do

leite materno para o combate de doenças, o perigo dos alimentos engrossados com farinha, prática usual no período em questão, que poderia prejudicar os órgãos digestivos dos recém-nascidos”. Observamos a preocupação em transformar o corpo infantil em robusto, forte e saudável, ao introduzir esses alimentos apenas após os seis meses de idade do bebê, alertando para efeitos nocivos em período anterior. Cabendo à mãe ficar atenta a essas orientações.

Para Falcke e Wagner (2000), a construção social das representações de maternidade passou a relacionar a mulher ao modelo de mãe perfeita, a crença de que a mulher é quem gera os filhos, logo seria a responsável por criar os filhos. Passou a se acreditar que fatores biológicos seriam responsáveis por desenvolver na mãe um amor incondicional pelas crianças e assim sua capacidade de cuidar da criança seria a mais bem desenvolvida.

Sobre a mudança em relação ao comportamento feminino diante da maternidade, Badinter (1985, p. 222) afirma que, ao aceitar incumbir-se da educação dos filhos,

A mulher burguesa melhorava sua posição pessoal, e isso de duas maneiras. Ao poder das chaves, que detinha há muito tempo (poder sobre os bens materiais da família), acrescentava o poder sobre os seres humanos que são os filhos. Tornava-se, em consequência, o eixo da família. Responsável pela casa, por seus bens e suas almas, a mãe é sagrada a “rainha do lar”.

Para a autora, essa “profunda mudança de mentalidade permitiu a muitas mulheres viverem sua maternidade com alegria e orgulho, e encontrar a realização numa atividade doravante prestigiada e considerada útil por todos” (BADINTER, 1985, p. 255). A mulher passa a ter uma função determinada e, ao mesmo tempo, garante um lugar social visto como insubstituível. Este novo modelo de mãe passa a ser bem visto por muitas mulheres, e sua tarefa passa a sofrer influência direta dos preceitos higienistas que foram fortalecidos e propagados ao longo do século XIX, na Europa e América do Norte, que visava ao aperfeiçoamento da saúde individual e coletiva. Nesse momento, a puericultura, oriunda da França no século XIX, passa a ser incorporada entre os profissionais da saúde no Brasil, visando aumentar a expectativa de vida, utilizando a educação da saúde como porta de efetividade.

Embora o meio social estabelecesse parâmetros para a mulher diante da maternidade ao longo do tempo, a mulher encontrava-se dividida. Segundo Rago (1991, p. 80):

[...] de um lado, expunham-se as recompensas da carreira do casamento e da maternidade: uma relação mais sólida entre os membros da família, o amor do marido, a mulher elevada à condição de figura central do seu território. De outro, as punições: sentimento de culpa, frustração, os castigos da

natureza contrariada, os perigos físicos da não-procriação ou da retenção do leite, no caso das mães, etc.

Para Fernandes e Oliveira (2012), os profissionais da saúde, nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, encontraram dentro do ideal de educação do corpo, a educação do corpo infantil, e, portanto, dentro desse recorte, o lugar da mulher-mãe é importante e reforça a ideia de que a mulher seria fator decisivo na educação do corpo infantil. O amor materno, segundo Badinter (1985, p. 256), não consistia apenas “para a mulher, em amamentar o filho; consiste sobretudo em bem educá-lo. Ora, a verdadeira educação, é a mãe quem deve dar”. Assim, os médicos brasileiros, nesse início de século, passaram a dar importância para essa perspectiva, utilizando a escrita direcionada à mãe, por meio de manuais e da imprensa periódica. Produções essas com a narrativa mais acessível do que de seus precursores (visto que havia publicações relacionadas a este tema, porém não era de fácil acesso da população em geral), com a finalidade de obter maior abrangência e efetividade daquele ideal, que pautava na ciência suas bases, e na medicina higienista seus métodos para a educação do corpo infantil. A medicina enxergava também, na mãe, a responsabilidade em educar aquele corpo, como afirma Martins (2008, p. 140):

É para elas, portanto, que os médicos escrevem, seja por meio das revistas femininas, seja pelas respostas a cartas de leitoras de jornais e revistas, ou ainda, por meio de livros produzidos exclusivamente para as mães, levando em conta o vocabulário, a estrutura em capítulos curtos, o estilo direto e objetivo e o uso de ilustrações e fotografias. Diferentemente dos livros publicados no século XIX, os livros escritos para a educação das mães foram estruturados como manuais.

Martins (2008) aponta que o cunho científico da educação do corpo infantil foi direcionado às mães por meio de manuais, no propósito de um novo modelo de maternidade baseado na ciência médica, com preceitos do higienismo, com atuação dos médicos. Neste cenário, o lugar das mães e das mulheres atende também aos ideais e interesses do cristianismo.

Para Mary Del Priore (2013, p. 9), a igreja católica desempenhou um papel fundamental no que concerne ao papel da mulher no lar:

Pobre ou rica, a mulher possuía, porém, um papel: fazer o trabalho de base para todo o edifício familiar – educar os filhos segundo os preceitos cristãos, ensinar-lhes as primeiras letras e atividades, cuidar do sustento e da saúde física e espiritual deles, obedecer e ajudar o marido. Ser, enfim, a “santa mãezinha”. Se não o fizesse, seria confundida com um “diabo doméstico”.

Afinal, sermões difundiam a ideia de que a mulher podia ser perigosa, mentirosa e falsa como uma serpente. Pois ela não havia conversado com uma no paraíso? O modelo ideal era Nossa Senhora. Modelo de pudor, severidade e castidade.

As premissas do catolicismo, também exerceram função no que concerne ao novo modelo de mãe, sua influência é sentida fortemente no que diz respeito à conduta moral da mulher, essa moral passa a ser somada ao novo ideal de mulher como mãe, guiada pela ótica higienista. Para Almeida (2004), a imagem feminina é tida como algo simbólico, pois esteve, ao longo da história, atrelada à imagem da mulher cuidadosa, maternal e angelical. A doutrina da igreja católica reforça essa imagética ao utilizar Maria, a Virgem no significado de mulher-mãe.

Essa imagética tem o poder de transitar no mundo social e sua duplicidade incorpora a figura redentora, mantenedora, transmissora e veiculadora da moralidade, unificadora da família, disseminadora no ambiente sagrado do lar, dos hábitos e costumes de uma sociedade que se quer sadia, educada e organizada. (ALMEIDA, 2004, p. 2).

A igreja também se firma como uma instituição com poder disciplinador de corpos e almas, distinguindo a mulher boa, pura e dócil da mulher pecadora, impura, especialmente as prostitutas, por levarem os homens para o caminho do pecado carnal, enfatizando a negação à sexualidade. Nos anos de 1930, no Brasil, o movimento higienista toma esse poder simbólico e transforma a mulher em principal responsável pela educação e boa saúde das crianças, um conceito que centraliza o papel da família, mas também se torna alvo das ações políticas públicas para educação e saúde. Para ser considerada direita e honesta, a mulher não poderia buscar prazer no ato sexual, deveria preservar sua castidade e a pureza do seu corpo e de sua alma, restringindo a prática do sexo à procriação, ao exercício da maternidade. A esse respeito, Almeida (2004) assinala que:

O imaginário social valorizava principalmente a mulher como mãe e esposa abnegada, para quem o lar era o altar no qual depositava sua esperança de felicidade, sendo o casamento e a maternidade suas únicas aspirações. Era ela também a primeira educadora da infância, sustentáculo da família e da Pátria. A procriação seria o objetivo de sua vida e para esse fim eram educadas desde a infância: conceber, parir e cuidar. Na reconfiguração da sociedade que se desejava progressista e esclarecida, com o potencial de regeneração nacional, havia a crença na maternidade e sua função domesticadora: a mãe cuida, ampara, protege, ama e educa. (ALMEIDA, 2004, p. 4).

A mulher-mãe passa a ser vista como mulher-mãe-educadora, seu espaço de experiência e vida se resumiria no casamento, no lar e na maternidade, com objetivos definidos na formação dos filhos no aspecto intelectual, físico, moral, considerados fundamentais como parte do projeto que visava à modernização e ao progresso que o país suscitava. Badinter (1985) defende que, a partir do século XIX no Brasil, instaurou-se a ideologia do amor materno, e a partir da década de 1930, o apoio da Igreja católica foi crucial para a construção da imagem que passa a representar as mulheres como protetoras do lar cristão. A mulher seria a escolhida para cuidar e formar o corpo e a alma dos futuros cidadãos.

Sobre a educação feminina na época, Rago (2012) corrobora ao afirmar que o discurso masculino colocava a mulher como a responsável pelo lar e pela família, a ela foi imposta a esfera privada, e se criou a imagem da mulher relacionada ao lar. Ser esposa, mãe e dona de casa seria o lugar natural a ela, ao passo que ao homem cabia dominar a esfera pública, e as responsabilidades de prover o lar.

Até a metade do século XX, a vigilância sobre o comportamento feminino, a doutrinação pela Igreja Católica, as exigências e limitações acerca da sexualidade, o cumprimento das regras impostas no casamento religioso, a obrigação em gestar e amamentar um filho representaram um excessivo cerceamento no corpo das mulheres, para não se desviar de seu objetivo perante a sociedade: o da maternidade.

A Igreja católica se soma a esse esforço, portanto, fundamental no início do século XX, em que a mulher passa a ser considerada responsável pela educação do corpo de seus filhos.

Desta forma, os médicos puericultores e higienistas propõem um tripé de medidas protetoras articuladas, a começar pelo papel dos especialistas, responsáveis pela produção do conhecimento sobre a infância e pela orientação das políticas de saúde e bem-estar. O Estado é o outro agente importante dessa configuração, responsável pela formulação de uma legislação protetora da criança, da mulher e da família, bem como pela implementação das políticas públicas. Por fim, o agente considerado mais importante e vital para que essas medidas protetoras tivessem eficácia é a mãe. (MARTINS, 2008, p. 140).

Assim, o artigo “Como iniciar a Educação do Bebê” (RFS, ago. 1935, n. 39, p. 11), citado anteriormente, estava direcionado à mulher mãe, como evidenciamos neste excerto:

Ser mãe é sofrer num paraíso, eis que referia à mãe excessivamente sentimental que a pedagogia e a medicina hodiernas, para bem da

humanidade, vem destruindo. O poeta cantou a mãe que sofre pelo filho sem saber porque é mãe, louvou a romântica maternidade empírica, que ainda perdura entre nós, em que pese o florescer da psicanálise, da eugenia e da pedagogia, irmanadas na obra da libertação espiritual e moral do homem. Hoje, todavia, ser mãe é arcar com a maior das responsabilidades: a formação do homem de amanhã dentro da ciência e libertado de quaisquer dos falsos preconceitos morais, que há dezenas de séculos vêm torturando o nosso espírito, a ponto de limitar os seus voos em prol do progresso universal.

Como podemos notar, o modelo construído historicamente de mãe romântica, discutido por Badinter (1985), é criticado pelo Dr. Fernando Corrêa, que argumenta que bebê prima por quem o cuida e o alimenta e, poderia, portanto, ser a mãe ou qualquer outra pessoa. Nesse discurso, o autor ainda afirma que a pedagogia, a medicina, a eugenia e a psicanálise da época, passaram a criticar a figura da mãe sentimental, e que baseava seus conhecimentos no empirismo. A mãe deveria estar preparada para criar a criança dentro dos preceitos científicos, para assim transformá-lo em um futuro cidadão, e critica a moralidade presente na criação das crianças através dos séculos, no sentido de libertar a mulher de falsos preceitos da humanidade com relação à maternidade.

Nessa linha de reflexões, Almeida (2004) afirma que mesmo diante da inferiorização da mulher, da desigualdade histórica entre os sexos, a educação era pensada para ambos os sexos, não se tinha, porém, a intenção de inserir a mulher no mercado de trabalho, como ocorria com os homens. Para a autora o reconhecimento do trabalho feminino se restringia a ajudar, fazer caridade, tanto na área da educação como na saúde, a exemplo de enfermeira e parteira.

Nos anos de 1930-1940, o movimento higienista influenciou diretamente na transformação do processo de educação das crianças, a maternidade torna-se alvo de aspirações políticas. É possível que a imprensa tenha se ocupado em difundir modos de comportamento para a educação do corpo da criança, atribuindo um padrão de educação do corpo infantil, subordinando a família a inseri-la na esfera pública com base em um novo projeto de governo.

Kuhlmann Junior (2015) assevera que as mulheres da elite do Rio de Janeiro e São Paulo exerciam a função de auxiliar na assistência à infância; as mães burguesas se faziam presentes nas ações sociais, políticas, filantrópicas, na imprensa, para servirem de exemplo a ser seguido pelas mães de toda sociedade. Ainda segundo o autor, a partir do final do século XIX, “a responsabilidade do Estado para com os pobres passou a ser parâmetro utilizado como prova

de civilização, e assim a pobreza que antes era considerada um ‘fato natural’ tornou-se problema social” (KULLMANN JÚNIOR, 2011, p. 56).

Podemos dizer que assim também funcionava em Campo Grande, valendo-nos do artigo “As Operárias do Bem” (RFS, dez. 1931, n. 3, p. 10) que informa sobre a visita de uma banda feminina à instituição Orfanato Anália Franco, descrito pela autora Marialva, como uma instituição de caridade a qual muito honra o Brasil e que, segundo ela, a caridade das mulheres que doam seu tempo faz muita diferença para as crianças que lá existem, pois essas mulheres trabalham incansavelmente em prol das crianças pobres e abandonadas. Para Kuhlmann Junior (2015), as mulheres tiveram participação no que tange às instituições de educação infantil no Brasil, sobretudo de cunho assistencialista.

Em linhas gerais, neste capítulo buscamos relacionar o lugar que a mulher-mãe passou a ocupar na formação integral do corpo infantil, traçando as origens da construção cultural da nova representação do amor materno, que se deu mediante intervenções e ações políticas, sociais e intelectuais, que remodelaram a maternidade na sociedade ocidental. Buscamos compreender como os concursos de bebês robustos – muito comuns na primeira metade do século XX –, podem ser considerados estratégias do Estado, que passou a se apropriar de discursos eugenistas e médico-higienistas, com o intuito de trazer modernidade e progresso por intermédio do incentivo de novos hábitos perante a educação não formal da criança.

A prática do Concurso de Robustez do Bebê, já comum em várias cidades do país, como Rio de Janeiro e São Paulo, foi adotada durante a Era Vargas em Campo Grande, como estratégia para melhorar o corpo infantil. Para as mães essas ações eram exercidas como fator motivacional, que incluía, além da premiação, a exposição na imprensa, a provocação do sentimento de patriotismo diante dos discursos, incentivando o saneamento dos corpos dos bebês e a satisfação em servir de exemplo para o restante da sociedade. O concurso em questão foi promovido pela elite campo-grandense, divulgado pela RFS, embasado por médicos e professores, com o intuito de apresentar a seus leitores, o ideal de bebês almejado a época, bebês predominantemente brancos, pertencentes a famílias da elite, que teria a iniciativa de melhorar os índices físicos da geração dos campo-grandenses. Em síntese, todo o conteúdo anunciado nas páginas da RFE sobre a educação do corpo infantil estava vinculado ao desejo de inserção da cidade de Campo Grande, rumo ao progresso e ao mundo civilizado.

No capítulo a seguir analisaremos a educação do corpo infantil nas instituições escolares, e como o pensamento escolanovista passou a influenciar na disciplina de educação física e na educação dos corpos infantis em Campo Grande.

3 A EDUCAÇÃO DO CORPO INFANTIL PELA ESCOLA NOS ANOS 1930

Objetivamos, no presente capítulo, apresentar como se dava a educação do corpo infantil na escola, como era exercida a função do professor dentro do espaço escolar, a partir da década de 1930, no sul de Mato Grosso, em especial em Campo Grande, nesse sentido também abarcamos a disciplina de Educação Física, como novo campo disciplinar, focado na educação do corpo.

O capítulo está composto por duas partes: *3.1 A escola nova na educação do corpo e 3.2 a educação do corpo, higiene, saúde escolar*. Para a primeira parte, utilizamos três artigos da RFS: “A Escola e a família, e a inspeção do Ensino Primário” (RFS, 1933, n. 22, p. 29, Demetrio Falero), “A Escola Primária e a Defesa da Infância” (RFS, 1940, n. 45, p. 28, sem autor) e “Sociedade Miguel Couto” (RFS, 1940, n. 45, p. 11). Para a segunda parte foram sete: “O Ginásio Municipal de Campo Grande” (RFS, 1932, n. 11-12, p. 33, sem autor.), “Escola Antonio João” (RFS, 1933, n. 23, p. 37), “Colégio N. S. Auxiliadora” (RFS, 1933, n. 23, p. 73, sem autor), “O Ginásio Municipal D. Bosco” (RFS, 1937, n. 41-42, p. 12, sem autor), “A escola e o serviço militar” (RFS, 1936, n. 41-42 p. 19), “Educação” (RFS, 1937, n. 41-42, p. 23, C.C) e “Escola mixta 21 de setembro” (RFS, 1933, n. 21, p. 63).

Sobre a educação escolarizada em Campo Grande nos anos 1930, Rodrigues (2017) analisa alguns dados relacionados às instituições escolares da cidade, presentes na RFS entre 1933 e 1939. A autora levanta um dado referente ao ensino formal naquele período e explica que a partir de 1933, todas as 17 escolas citadas na RFS ofereciam o ensino primário, com “grande concentração de alunos matriculados no ensino primário, em relação ao número total, representando mais de 80% das matrículas” (RODRIGUES, 2017, p. 134). Em comparação com o ano de 1939, a autora afirma que houve um “crescimento das instituições escolares, bem como do número de alunos” (RODRIGUES, 2017, p. 136). A título de comparação, em 1933, o número de alunos matriculados nas 17 escolas era de 2.580, dos quais 2.114 estavam no ensino primário. Em 1939, o número de escolas citadas por Rodrigues (2017) totaliza 32, e a quantidade de alunos matriculados chega a 6.108, são 15 escolas a mais em comparação a 1933, e a quantidade de alunos dobrou no período de seis anos. Segundo a autora, os dados por ela analisados evidenciam “o movimento crescente em torno da educação escolarizada em Campo Grande” (RODRIGUES, 2017, p. 133-136).

3.1 Escola nova e educação do corpo

Os movimentos de renovação da pedagogia e da prática escolar, como afirma Veiga (2002), acompanham as mudanças na dinâmica da sociedade, com base nas transformações, nas ciências e nos avanços na tecnologia, bem como o crescimento das cidades, que denotam mudanças profundas na organização social. Assim, a Escola Nova emerge no Brasil com a iniciativa de intelectuais brasileiros, como tentativa de sanar as novas demandas sociais, impulsionadas pelas bandeiras de modernização e progresso assumidas pelo Governo Vargas, na década de 1930.

Assim, esse novo modelo de escola no Brasil se apropria das ideias de Dewey, pela tentativa de se estabelecer uma nova organização social, pautada no progresso do país, a escola objetivava controlar socialmente os cidadãos. As tentativas de mudança na educação brasileira passam a ter relevância a partir da década de 1920. O movimento de reforma das instituições escolares passa a ser discutido, se intensificando a partir da década de 1930 com o movimento do Manifesto dos Pioneiros, liderado por Fernando Azevedo:

O manifesto apresenta-se, pois, como um instrumento político [...]. Expressa a posição do grupo de educadores que se aglutinou na década de 20 e que vislumbrou na Revolução de 1930 a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país. O ensejo para isso se manifestou por ocasião da IV Conferência Nacional de Educação realizada em dezembro de 1931, quando Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, presente na abertura dos trabalhos ao lado de Francisco Campos, que se encontrava à testa do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, solicitou aos presentes que colaborassem na definição da política educacional do novo governo. (SAVIANI, 2004, p. 34).

O documento tornou-se, segundo Saviani (2004), o marco inaugural do projeto de renovação educacional do país que denunciava a desorganização do aparelho escolar em que o Brasil se encontrava e indicava maneiras para que o Estado estabelecesse um plano geral de educação por meio de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita.

Juntamente com outros 26 educadores que se opunham ao ensino tradicional, Fernando de Azevedo, possibilitou a Escola Nova um modelo institucional relevante, sua pretensão era a de “incorporação de toda a população infantil” tendo como função, segundo Vidal (2003, p. 498), propagar:

Valores e normas sociais em sintonia com os apelos da nova sociedade moderna, constituída a partir dos preceitos do trabalho produtivo e eficiente, da velocidade das transformações, da interiorização de normas de comportamentos otimizados em termos de tempos e movimentos e da valorização da perspectiva da psicologia experimental na compreensão científica do humano [...].

Vimos, portanto, o caminho percorrido por uma educação pautada no pensamento escolanovista, que permeou as décadas de 1920, 1930 e 1940, ressaltando a presença marcante de um novo projeto educacional e que confluiu com outros movimentos, a exemplo do higienista. A partir do fim do século XIX, chegava ao Brasil, um novo ideal de saúde, esse movimento e suas propostas residiam na defesa da Saúde Pública, na Educação, e no ensino de novos hábitos. Convencionou-se chamá-lo de “movimento higienista” (SOARES, 1990).

No território brasileiro o movimento higienista tem proximidade com o higienismo europeu ao buscar inculcar novas normas e novos hábitos para melhorar a saúde coletiva e individual do povo. O movimento higienista aparece na obra intitulada *História da Vida Privada no Brasil*, de Fernando Novais e Nicolau Sevcenko, mais especificamente no capítulo “Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras” de Paulo César Garcez Marins (1998) que ressalta uma concepção mais tradicional sobre o tema no qual as elites é que demonstravam poder sobre a higiene e saúde da população mais pobre.

Segundo Gondra (2007), os discursos médico-higienistas do século XIX já atribuíam como papel do professor a função de higienista, de forma a cuidar do corpo e do intelecto simultaneamente. As crianças, por sua vez, tornaram-se alvo desses cuidados e muitos questionamentos emergiram a respeito de parto, hemorragias, amamentação, uso de fraldas, vacinação, especialmente no tocante às crianças pobres. Discorre, ainda, acerca da idade para ingressar na escola e aponta entre quatro a cinco anos como sendo idade viável. Essa educação, no entanto, não deveria forçar o intelectual e as atividades corporais eram para tirá-las da suposta imobilidade. O estudo mostra algumas estratégias extremas de disciplinar os corpos como: castigos corporais, ficar de joelhos, mão à palmatória, entre outros.

Para o autor supracitado, as ramificações da área da medicina se estendiam para vários setores que compunham a sociedade: quartel, prisão, bordel, igreja, família, escola, entre outros. Mas dando ênfase à “escola”, a higienização do corpo, e com relação aos prédios das instituições escolares que tiveram o mesmo cuidado, compreendidos como uma localização adequada, melhor iluminação, arejamento, e amplitude dos espaços que deveriam compor o espaço ideal para o exercício da profissão dos professores como da recepção dos alunos. Desta

forma, o projeto de civilização ao qual o autor se refere via, na higiene, a tábua de salvação da humanidade, com escolas higienizadas e higienizadoras. Para ele “a própria invenção da educação escolar no Brasil se deu a partir de uma matriz médica” (GONDRA, 2004, p. 83).

Tanto o escolanovismo como o higienismo tem relação inegável com a educação do corpo infantil proposta nesta pesquisa, pois trata-se de compreender seus mecanismos de ação, de uma prática pedagógica mais ativa e higienizada, em conjunto com as preocupações com a educação das crianças, como já visto, tornou-se centro de preocupação por parte do governo de Getúlio Vargas. Era necessária uma pedagogia transformadora e eficaz, a qual surge com mais intensidade na era varguista como parte do projeto de governo, especialmente com o movimento “escolanovista”, que inspira a criação da “pedagogia do corpo”, pautada nos princípios da escola nova e da família, e cujas referências estariam centradas na moralização, no ordenamento e na higienização da sociedade (MARQUES, 2011, p. 32).

No artigo “A Escola e a família, e a inspeção do ensino primário” (RFS, 1933, n. 22, p. 29) o autor Demetrio Falero faz uma crítica ao ensino primário de Campo Grande: “A instrução primária, na sua acepção mais ampla aos jovens Sulinos deste grande Estado, deixa muito a desejar e muitíssimo tem a fazer para que ela se torne uma instituição, cuja eficiência nos satisfaça plenamente”. Segundo o autor, uma das medidas que poderia melhorar a qualidade do ensino na cidade, estaria na aproximação dos pais junto às escolas de seus filhos, para assim haver o fortalecimento da comunidade escolar:

Não é possível realizar um plano de educação integral, sem entendimento contínuo e sistemático, entre os professores e os pais dos alunos. Todo o esforço educativo se anularia ou se reduziria nos seus efeitos, se a escola se desinteressasse do meio social em que o aluno vive a maior parte de sua vida. (RFS, 1933, n. 22, p. 29).

Fernando de Azevedo defende que a escola e a família deveriam trabalhar em conjunto:

O Estado, longe de prescindir da família, deve assentar o trabalho da educação no apoio que ela dá à escola e na colaboração efetiva entre pais e professores, entre os quais, nessa obra profundamente social, tem o dever de restabelecer a confiança e estreitar, as relações, associando e pondo a serviço da obra comum essas duas forças sociais – a família e a escola –, que operavam de todo indiferentes, senão em direções diversas e, às vezes, opostas. (AZEVEDO et al., 2010, p. 43).

Quando analisamos o artigo da RFS juntamente com o trecho de Azevedo, fica evidente a importância que se dava a participação da família em conjunto com a escola na educação dos alunos, tanto pelo viés do Escolanovismo, quanto pelo artigo da RFS. Como vimos no trecho do manifesto, muitas vezes a escola e os pais não estavam em consonância com o modo de educar e, a partir do artigo da RFS, via-se a necessidade de renovação na pedagogia, tendo na educação nova uma “obra de cooperação social” e não somente o mestre. Seria “preciso e urgente criar no espírito dos pais, a consciência e necessidade de amparar a obra da educação, e contribuir para a satisfação de necessidade da comunidade escolar de que fazem parte seus filhos” (RFS, jul. 1933, n. 22, p. 29). Assim, o artigo evidencia a intenção de uma escola ativa, que afirmava ainda ser a educação responsável pelo melhoramento da saúde, das relações sociais e da prática do lazer, prática da atividade física, ou seja, tudo isso englobava o projeto de uma “escola nova” (RFS, jul. 1933, n. 22, p. 29).

Veiga (2002, p. 10) afirma que a grande revolução da educação “foi exatamente a substituição da pedagogização das relações sociais pela escolarização”. Para a autora, a mudança possibilitou que gestos se tornassem ações previsíveis, ao se indicar o caminho da produção da previsibilidade aos estudantes por meio do professor, e assim o ensino se torna homogêneo e não teria função de servir apenas a um “grupo restrito, cuja aprendizagem parecia estar concluída, mas para toda a sociedade” (VEIGA, 2002, p. 10). Nessa nova ordem, o corpo da criança era normalizado e disciplinado para a concretização da ideologia do “Estado Novo”, na renovação da nação e do homem brasileiro. Gondra (2000) ressalta que a medicina e a educação estavam intrinsecamente vinculadas nesse novo projeto de nação e em consonância com o artigo, o Estado, a escola e a família formavam um tripé:

[...] a medicina deveria penetrar na sociedade, incorporando o meio urbano como alvo de sua reflexão e de sua prática, e o de que deveria constituir como apoio indispensável ao exercício de poder por parte do Estado [...] na expansão da medicina, a escola não é esquecida nem a educação de um modo mais geral, pois, para formar as novas gerações seria necessária uma intervenção não apenas no espaço público da escola, mas, também no espaço privado da casa. (GONDRA, 2000, p. 525).

Por este prisma, a fase da primeira e segunda infância está também designada na responsabilidade da família, a escola reconhecia a importância dessa educação ao mesmo tempo em que seus filhos frequentam o jardim-de-infância. A educação infantil não estava

centralizada apenas no professor, mas distribuída entre médicos, família e professores. Marques (2011) traz à tona os discursos médico-higienistas que, aliados à pedagogia, fortaleceram a base de uma nova educação do físico da criança. Pautados no higienismo e escolanovismo e na teoria froebeliana.

Segundo o autor, a busca pela solução dos problemas que envolviam a saúde pública frente à urbanização do país, na época, transformou esses discursos em poder político e social, capaz de interferir no cotidiano das famílias e no currículo escolar. Denota-se, assim, que o Estado utilizou a medicina higiênica como estratégia política (CERTEAU, 2005) para abarcar a grande massa da sociedade e interferiu na educação como um todo. A educação para crianças parte, portanto, desse plano estratégico.

Ainda segundo Marques (2011), Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, une a saúde e a educação para o projeto Escola Nova e a educação física escolar é então voltada para além da educação do físico, ao chegar no âmbito da educação moral. Nesse sentido, os jardins-de-infância tinham objetivos que não se limitavam a uma educação infantil com função meramente social, mas também de prolongamento da educação materna, dos cuidados exercidos pela mãe, uma educação que implicava respeito aos estágios de desenvolvimento e interesses dos pequenos.

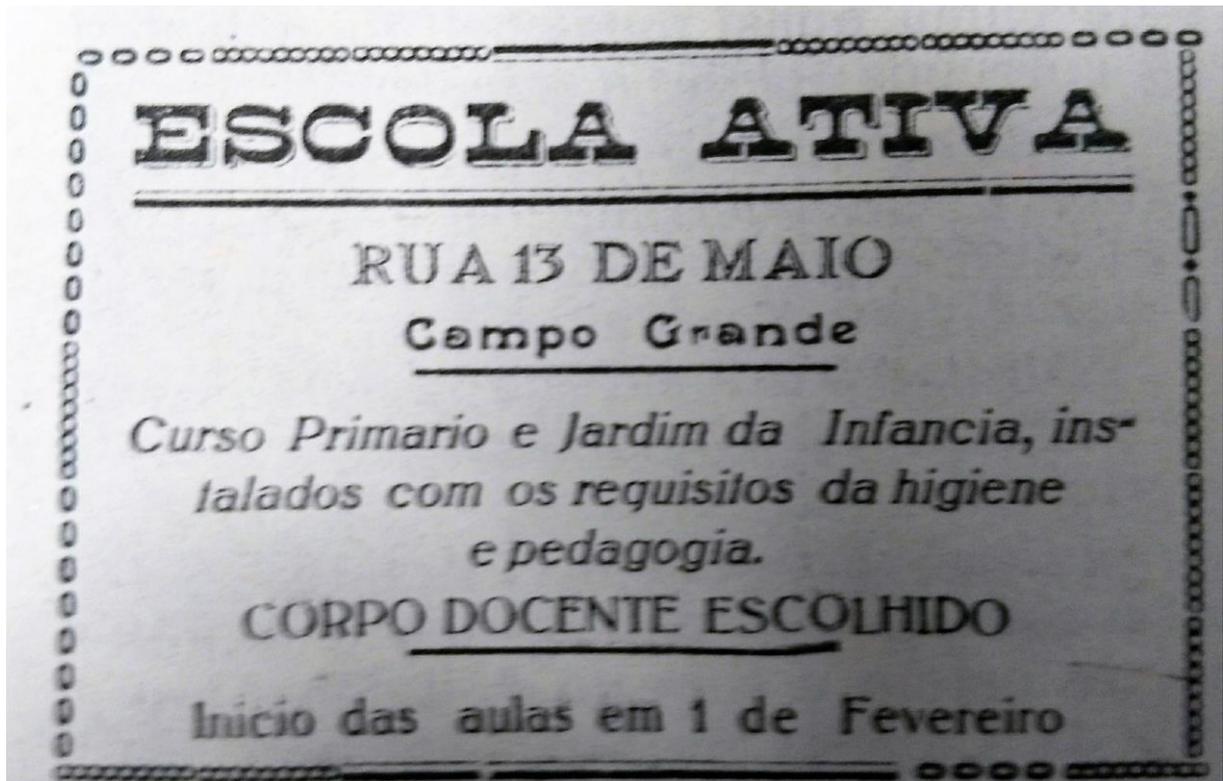
No artigo “Questões Gerais” (RFS, 1933, n. 26, p. 8), a ação do professor nas escolas de ensino primário é questionada, na tentativa de compreender a proporção de conhecimento tido como ideal para o aluno, implica o saber intelectual e moral, como a prudência, as boas maneiras, a higiene, além de compreender que a principal função seria a de aperfeiçoar a conduta das crianças:

Todo ensinamento é em vão quando ele consiste somente no verbalismo, aliás um dos grandes defeitos, senão prejudicial, até, fazer de aprendiz, passivo receptor, como uma urna onde se derrama instrução, pois é necessário que o escolar seja ativo, que o ensinamento seja um excitante ao qual ele responde por atos, que serão uma modificação, um aperfeiçoamento de sua conduta. (RFS, 1933, n. 26, p. 8).

Essa nova concepção de educação unia o caráter físico e intelectual dos alunos com a promessa da construção de uma sociedade moderna e participativa. Com base nos discursos acima, percebemos como o corpo infantil é trazido para o âmbito educacional com o intuito de se atribuir ao ensino uma nova noção de educação como forma de referências acerca das práticas corporais nas escolas.

A Figura 12, abaixo, mostra uma propaganda de janeiro de 1932, de uma escola onde lemos: “Curso primário e Jardim de Infância, instalados com requisitos da Higiene e pedagogia”, evidencia que já em 1932 em Campo Grande a pedagogia e a escola já estavam preocupadas com requisitos de higiene infantil:

Figura 12 - Propaganda: escola e higiene



Fonte: RFS (jan. 1932, n. 4, p. 42).

Como lembra Vidal (2003, p. 498-499), a Escola Nova pressupunha “a centralidade da criança nas relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas na disciplinarização do corpo do aluno e dos seus gestos”. De tal maneira que, recorrendo à higiene, “a pedagogia começou a produzir estudos próprios tomando o corpo do aluno no ato da escrita”, por exemplo, passou se a estabelecer aos alunos “a aferição da habilidade em escrever, dividida entre qualidade e velocidade”, adotou-se também o caderno de caligrafia e, segundo a autora, a pretensão da análise e do treinamento era se apurar o desenvolvimento individual da escrita nos alunos (VIDAL, 2003, p. 498-499).

A educação, que se recebe na escola primária, tem por fim elevar o espírito, e forma-lo e dar-lhe bons hábitos, isto é, formar maneiras em hábitos, a fim de realizar uma melhor adaptação do indivíduo ao seu meio; a escola não vale senão como meio de preparo à vida; (RFS, 1933, n. 26, p. 8).

Para Oliveira (2002, p. 236), “Corpo disciplinado era sinônimo de nação polida”. O colégio, as escolas ambulantes, os grupos escolares e as escolas normais eram construídas para “instruir, formar para a cidadania, trabalhar o desenvolvimento do homem ideal” (OLIVEIRA, 2002, p. 236). O poder exercido sobre o saber passa a inferir em educar o espírito, aprimorar a moral, as boas maneiras, o bom caráter, para que os indivíduos se adaptem melhor ao seu meio e aceitem os deveres futuros, tanto no âmbito escolar como no social. Evidenciamos, assim, a intenção de uma escola ativa proposta por Fernando de Azevedo, que afirmava ainda ser a educação responsável pelo melhoramento da saúde, das relações sociais e da prática do lazer, prática da atividade física, tudo isso englobava o projeto de uma escola nova.

O artigo “A Escola primária e a defesa da infância” (RFS, 1940, n. 45, p. 28, sem autor) discute o amparo à maternidade e à infância atrelado à importância da escola primária. E a ação dos docentes exerce grande influência sobre a criança e sobre os pais. A mulher professora aparece como extensão da mãe, pois é a primeira pessoa a quem a criança deve obediência fora do seio familiar:

Realmente, a professora primaria exerce grande influencia não só sobre a criança como sobre os pais ou responsáveis. Ela é fora do lar, a primeira pessoa a quem a criança se habitua a obedecer e desempenha um papel de formação e moldagem espiritual que bem pouco as outras pessoas exercerão no corre de toda a vida. Como resultante dessa atuação dentro da escola. (RFS, 1940, n. 45, p. 28).

A professora exerce seu papel tanto na escola como na sociedade com atividades cooperativas e comunitárias, seguindo as orientações expressas pelo Departamento Nacional da Criança. Esse departamento se encarregava de instruir as professoras com assuntos sobre puericultura, boa alimentação, entre outros hábitos higiênicos, no intuito de corrigir falhas na educação recebida pelos pais:

A ação lenta da professora poderá servir de maneira incalculável ao aperfeiçoamento da criança: pela transmissão de hábitos higiênicos; pela correção de possíveis erros de criação, educação, alimentação, porventura existentes nas crianças; pela assistência afetiva e moral de que devem cercar todos os pequenos seres que estão entregues à sua guarda, etc., etc. Uma grande missão, como se vê, a que o professorado de todo o país tem a cumprir em relação às nossas crianças. (RFS, 1940, n. 45, p. 28, sem autor).

O artigo defende que, para a professora, o ensino cabe como missão. De acordo com Peres (2000, p. 186), “as professoras tinham, antes de tudo, um compromisso social: o de

serem exemplos de virtude, de sabedoria, de desprendimento, de abnegação, para as crianças e para a comunidade de um modo geral”. A professora então se tornara exemplo, “Ser professora ficava impresso no corpo, nos gestos, na vestimenta, ou seja, havia um *habitus*¹⁶ profissional que expressava o ‘ser professora’ e era expresso no corpo e na maneira de ser e de agir das professoras” (PERES, 2000, p. 186). Para Louro (2014), o processo de urbanização que acontecia no país, e sua conjuntura social, que demandava novas áreas de trabalho, permitiram uma reformulação na instituição escolar e na profissão de professor:

O magistério se tornará neste contexto, uma atividade permitida e, após muitas polêmicas, indicada para mulheres, na medida em que a própria atividade passa por um processo de ressignificação, ou seja, o magistério será representado de um modo novo na medida em que se feminiza e para que possa, de fato, se feminizar. (LOURO, 2014, p. 99).

A necessidade de se instruir as mulheres estava vinculada à educação dos filhos e filhas e, segundo a autora, a instrução das mulheres passa a afetar, de forma direta ou não, o caráter do magistério “favorecendo a feminização da docência”:

Os discursos que se constituem pela construção da ordem e do progresso, pela modernização da sociedade, pela higienização da família e pela formação dos jovens cidadãos, implicam a educação das mulheres – das mães. A esses discursos vão se juntar os da nascente psicologia, acentuando que a privacidade familiar e o amor materno são indispensáveis ao desenvolvimento físico e emocional das crianças. (LOURO, 2014, p. 100).

Outro fator que serve de argumento para a escolarização das mulheres e, posteriormente, que pudessem seguir o magistério, seria o caráter que passa a ser atribuído à profissão, que estava vinculada à educação de crianças. Até então, o papel socialmente aceito à mulher seria o casamento e a maternidade, bem como “tarefas femininas fundamentais”.

Neste tópico, observamos que intelectuais ligados à educação, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho introduzem o Escolanovismo no Brasil, baseados em ideias de intelectuais como John Dewey, e defendiam que para uma nação se tornar civilizada era imprescindível uma nova educação, onde corpo e mente deveriam ser levados em conta, com novas práticas corporais, inculcando na sociedade a valorização desse novo modelo de

¹⁶ O conceito de *habitus* é explicado por Bourdieu (2003, p. 64) da seguinte forma: “[...] o produto de um trabalho social de nomeação e de inculcação ao término do qual uma identidade social instituída por uma dessas ‘linhas de demarcação mística’, conhecidas e reconhecidas por todos, que o mundo social desenha, inscreve-se em uma natureza biológica e se torna um *habitus*, lei social incorporada”.

educação. Em consonância com o que acontecia no país, percebe-se que Campo Grande possuía uma ligação direta com as novas ideias relacionadas a educação e progresso, que circulavam nas grandes capitais brasileiras, um fator que corrobora para essa afirmação é a quantidade de alunos matriculados no ensino primário a partir da década de 1930. A educação no país estava se transformando, escolas sendo ampliadas, e cabia agora à escola representada pelas professoras a educação formal das crianças, em conjunto com seus pais sob a tutela do Estado.

3.2 A educação do corpo, higiene, saúde e a educação física

Referir-se à educação do corpo, é dar-lhe múltiplas faces. Desta forma, em conformidade com o encaminhamento da pesquisa e sob o olhar atento, a educação do corpo infantil também com novos sentidos e novas sensibilidades, observadas tanto no lar (privado) como nos espaços institucionalizados (público), empreendemos agora uma discussão que abarca a educação física como disciplina escolar, tida como espaço privilegiado para a educação corporal e “uma das expectativas que a nova ordem agregava sob o epíteto de modernidade era a formação das almas, levada a cabo pela escolarização de massa” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2006, p. 4), onde ao corpo foi conferido um modelo escolar para a nova educação vigente, uma vez que os projetos e reformas educacionais visavam novos hábitos e novas condutas.

Desse modo, Rui Barboza e posteriormente o movimento escolanovista de Fernando de Azevedo e outros intelectuais atribuíram importância específica no que concerne à educação física, pois acreditavam no “progresso e o desenvolvimento do país através de um rígido controle da saúde” (CORRÊA, 2009, p. 234). Assim é estabelecida uma linha tênue entre educação física e medicina, lembrando que no início do século XX a educação física denotava “uma questão médica e não pedagógica. O escolanovismo buscava homogeneizar as escolas a partir de critérios biológicos e psicológicos” (CORRÊA, 2009, p. 237). Alguns fatores contribuíram para que a educação física se constituísse como disciplina, além das influências recebidas do movimento escolanovista, seguido da importância dispensada à educação física para as crianças na fase da segunda e terceira infância.

A educação física é tomada como espaço privilegiado para garantir o aprimoramento moral e a robustez dos indivíduos com atividades físicas no ambiente escolar, por esse prisma:

Havia uma ênfase clara na necessidade de reformar a educação a partir do corpo dos alunos. Se a educação do corpo apresentava conotações morais anteriormente, a partir dos discursos renovadores se pensava em outra sensibilidade. Assim, a gula, a preguiça, a falta de atenção e de vontade justificavam a necessidade de uma educação corporal que garantisse a realização da “civilização” naquela escola de uma obscura cidade brasileira. (TABORDA DE OLIVEIRA; LINHALES, 2011, p. 24).

Taborda de Oliveira e Beltran (2013, p. 25) lembram que Rui Barbosa mencionou, em seus argumentos, que também em outros países da América Latina, tais como Argentina, Chile e Uruguai, tanto quanto em países europeus, “Em alguns casos, o intento era reconhecer o que o País precisava para entrar no mundo civilizado”. Nesse sentido, um novo modelo de educação se instaurava no Brasil, o qual estava fortemente vinculado à educação do corpo, como destacam Taborda de Oliveira e Linhales (2011, p. 24): “Era cada vez mais comum a referência a novas formas de educação do corpo, distintas daquelas propostas pela chamada educação tradicional, algumas décadas anteriores à chegada dos discursos renovadores ao Brasil”.

Era necessário sair da barbárie dos castigos físicos como meio educativo, detectados ainda no século XIX, até nas escolas. No entanto, alguns educadores começaram a se manifestar contra esse tipo de metodologia, que não condizia com o novo modelo de civilização pretendida no início do século XX. De acordo com Taborda de Oliveira (2006, p. 12), com relação à infância, “[...] temos indícios das mudanças que se operavam na escola no que se refere ao corpo infantil: ele não deveria ser mais punido, humilhado, envergonhado. O século do progresso precisava conquistar o espírito infantil através da sua sensibilidade corporal”, desta forma, a própria criança, destituída do sentimento do medo, demonstraria interesse em executar e ampliar seu aprendizado e isso se daria de forma mais sensibilizada.

Para Lenharo (1986), temas como higiene, saúde e lazer passam a fazer parte da rotina escolar, até mesmo os castigos corporais praticados nas escolas começam a ser questionados, outrora eram considerados pelos próprios educadores como meio coercitivo de educar. Tais propostas de mudança na Pedagogia denotam uma estratégia civilizadora e disciplinadora ao perceber a educação do corpo como espaço privilegiado para alcançar determinada mudança social e cultural que infere uma sociedade. Nessa nova ordem, o corpo da criança era normalizado e disciplinado para a concretização da ideologia do Estado Novo.

Encontramos em nossa fonte artigos que evidenciam a prática da educação física nas décadas de 1930-1940 que possibilitaram nossa análise em compreender de que forma e em qual espaço se dava.

No artigo “O Ginásio Municipal de Campo Grande” (RFS, 1932, n. 11-12, p. 33) se comemora o final de seu sexto ano letivo, a escola oferecia a educação primária e secundária de forma gratuita aos cidadãos de Campo Grande. A partir disso, o artigo passa a descrever algumas de suas características, uma delas está relacionada à formação de professores, e nos diz muito a respeito dos vários profissionais que atuavam na educação:

Seu corpo docente em verdade, é formado por professores de comprovada competência didática: uns ilustrados sacerdotes diplomados nos institutos salesianos de filosofia e pedagogia e ex alunos de universidades teológicas da Europa; outros advogados, engenheiros, médicos, assás conhecidos do nosso meio social, conceituadíssimos em suas profissões e acatados por sabedores da grande arte de instruir. (RFS, 1932, n. 11-12, p. 33).

É inegável a influência das instituições médicas e militares para a expansão das capacidades, habilidades e comportamentos tanto internos como externamente ao espaço escolar institucionalizado. Dito isto, podemos perceber o envolvimento dos médicos também como parte do corpo docente da escola.

No artigo é igualmente apontado que o colégio havia sido reestruturado para se adequar às reformas pelas quais o ensino havia passado: “O ginásio está dotado de completos gabinetes de física, química, história natural, etc., com todo o material exigido pela recente reforma do ensino” (RFS, 1932, n. 11-12, p. 33).

Ainda sobre o Ginásio Municipal de Campo Grande, é dada ênfase na educação física, tida como moderna e de suma importância para disciplinar os corpos dos alunos por intermédio de jogos:

Em seus amplos pateos os alunos se expandem em numerosos jogos, que favorecem sobremaneira a Educação Física, tão decantada modernamente dos desfiles e paradas do garboso batalhão ginásial se afere o grau de disciplina que reina nesse poderoso laboratório de instrução e educação. (RFS, 1932, n. 11-12, p. 33).

O artigo “Escola Antonio João” (RFS, 1933, n. 23, p. 37) discorre sobre a escola que segue a nova orientação pedagógica brasileira, que promoveu reformas em seus espaços e em pouco tempo apresentou resultados satisfatórios para a comunidade. Discursa, ainda, sobre as atividades físicas que permeavam o âmbito escolar.

Este prédio, reformado de modo a oferecer todas as condições exigidas pela higiene, dispõe de amplos salões para aulas, secretaria, sala de espera e

biblioteca e de um vasto palco para recreio, que também serve de campo de Esportes e Ginástica. (RFS, 1933, n. 23, p. 37).

Em relação ao recreio, Kuhlmann Junior (2002) ressalta que as atividades lúdicas também ganharam destaque na formação das crianças nesse novo modelo de educação, diferente da época imperial, em que se buscava apenas a formação moral dos alunos. A educação física ganha força nesse novo modelo de educação que busca incentivar a evolução natural da criança.

No início do século XX, os recreios constituem-se de um tempo mobilizado. Em 1921, o programa dos grupos escolares do estado do Paraná surge com a sistematização do tempo e espaço nas escolas públicas com as primárias intervenções da terminologia “recreio”. Nos relatos constavam atividades no período de meia-hora como ginástica de salão, exercícios físicos, jardim para atividades ao ar livre, exercícios como marchas e pequenas evoluções, brincadeiras ao ar livre, cantos, hinos e jogos infantis (MEURER; OLIVEIRA, 2016).

As atividades confundiam-se com outras práticas, outros conhecimentos, trazia entre os objetivos aguçar, fortalecer e desenvolver os membros, órgãos e principalmente os cinco sentidos, “[...] Assim, educar os sentidos corporais permitirá predispor o aluno á experiência escolar, denotando um claro projeto de forjar uma sensibilidade que, com base na arte de recrear, lançaria os alunos no universo de conhecimento que a escola pretendia infundir [...]”, como lembram Meurer e Oliveira (2016, p. 232). Amplia-se a dimensão das práticas exercidas nos recreios escolares ao associá-las a novos projetos de educação da época que caminhavam no alcance da modernização, ressaltavam a importância do aspecto físico, intelectual e moral, “em virtude do que aqueles professores e professoras tão indistintamente denominavam recreios, e são um excelente índice para a compreensão do que podemos chamar de educação das sensibilidades” (MEURER; OLIVEIRA, 2016, p. 228). O sentimento cívico também era estimulado, pois:

A par da instrução que ministrada com carinho e máxima eficiência, e da educação física confiada a um especialista, a escola procura despertar e avivar o sentimento cívico do educando assim como a chama do patriotismo que brilha em todos os corações. (RFS, 1933, n. 23, p. 37).

Como podemos notar, o esporte, a ginástica e o espaço para o recreio são destaques e, na escola, a educação física contava com um especialista responsável pela disciplina, pautada no nacionalismo.

O artigo/propaganda “Colégio N. S. Auxiliadora” (RFS, 1933, n. 23, p. 73, sem autor), já citado no capítulo 1, retrata o colégio particular feminino, mantido pela ordem das freiras religiosas Filhas de Maria Auxiliadora. Por se tratar de um colégio para meninas, haviam aulas específicas voltadas para a educação da mulher, entre elas, “as alunas recebem lições graduadas de religião, educação doméstica, canto, declamação, ginástica, trabalhos de agulha, costura e bordados”, (RFS, 1933, n. 23, p. 73, sem autor).

Também é destacada a presença da educação física no colégio N. S. Auxiliadora, sendo que para o Esporte contava com “um lindo campo de tênis e vastos pátios para exercícios esportivos e ginásticos”.

Com relação ao ensino do curso normal oferecido no colégio, o mesmo sofreu influência do movimento escolanovista, pois surgiu a necessidade da formação de novos professores, como lembra Ortiz (2014, p. 76):

Nessa realidade, a implantação do curso Normal na região sul de Mato Grosso resume-se, brevemente, em três períodos importantes: a) quando iniciou, em 1842, data da primeira Escola Normal Primária da Província; b) passando por 1930, com as primeiras instituições em Campo Grande; e, finalmente, c) em 1947, quando a Lei Orgânica do Ensino Normal (1946) foi capaz de estabelecer as bases que configuraram a permanência e estabilidade desse ensino em Mato Grosso e em Campo Grande.

O Colégio Maria Auxiliadora passa a ocupar prédio próprio em janeiro de 1931, posteriormente à criação do curso ginásial. No ano de 1934 o seu nome é alterado para Ginásio Feminino Nossa Senhora Auxiliadora, depois, pelo Decreto nº. 11470 (03/02/1943) passa a ser chamado de Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. O ensino direcionado especificamente às mulheres se deu por algumas razões como a pertinência das mulheres na função do magistério, tida como a profissão mais adequada e próxima da função doméstica e de mãe, por exemplo. No entanto, caracterizava aspecto cultural também, “Afinal, tratava-se de uma das poucas possibilidades de continuar os estudos primários naquela época” (ORTIZ, 2014, p. 72).

O artigo “O Ginásio Municipal D. Bosco” (RFS, 1937, n. 41-42, p. 12, sem autor) descreve o ginásio como um lugar “onde se preparam brasileiros fortes e cultos, para a maior grandeza e felicidade da nossa pátria de amanhã”, também é destacada a ênfase em uma “formação completa, com jogos e exercícios, além de outras técnicas pedagógicas e religiosas”:

E mais agrada, conforta e entusiasma a alegria e a aplicação dos seus 500 alunos, os quais recebem aí uma formação completa, com jogos e exercícios físicos variados para a saúde e robustez do corpo; preleções de professores

competentes e didáticos, completadas com declamações recitativas e execuções dramáticas pelos mesmo alunos e palco apropriado; lições e exemplos de moral e civilidade reforçados e vivificados pela prática sincera e espontânea dos deveres religiosos. (RFS, 1937, n. 41-42, p. 12).

Os artigos que retratam o ambiente escolar acima ecoam sobre a importância tanto da prática da educação física como dos espaços adequados, ainda como sendo parte indispensável ao currículo escolar e uma formação completa baseada na primeira reforma educacional varguista. Percebemos que a educação física tem objetivo de disciplinar os corpos dos alunos a partir das práticas corporais inseridas em ambas as instituições de educação, pautadas no patriotismo e saúde. Educar o corpo inferiu consolidar práticas que podem ser aprimoradas com o tempo. Desta forma, estando o corpo da criança em constante desenvolvimento torna-se espaço para várias intervenções que, de certa forma, constituem a “pedagogia do corpo” (MARQUES, 2011, p. 80).

Para Taborda de Oliveira e Beltran (2013), ao longo da história, a educação do corpo destacou-se como um dos aspectos mais importantes dos novos modelos de escola e de currículo, como a renovação pedagógica ou Escola Nova. Desta forma, os processos de desenvolvimento da instrução pública foram marcados pela disciplina da boa postura e conduta corporal como o andar, sentar, escrever, falar e silenciar. Esses comportamentos, quando ajustados e adaptados num espaço e tempo determinados caminham no sentido de uma educação do corpo que busca por novas formas de sensibilidade por meio das ações do corpo:

A educação do corpo tem sido, ao longo da história, uma das características mais marcantes de diferentes modelos de escola e de currículo. Não obstante, é no âmbito da chamada renovação pedagógica – ou Escola Nova –, movimento plural, não monolítico, que verificamos, com mais nitidez, vestígios deixados pela educação do corpo. Muitos dos dispositivos mobilizados para o desenvolvimento da instrução pública são eminentemente corporais: a definição de espaços próprios, de tempos rigorosamente demarcados, de atitudes como andar, escrever, sentar ou permanecer em silêncio, denota uma educação corporal que persegue novas formas da sensibilidade, tendo como base a atividade corporal. (TABORDA DE OLIVEIRA; BELTRAN, 2013, p. 19).

Sobre a influência militarista, Simões e Goellner (2012) observaram que a educação e o desenvolvimento do corpo eram assuntos de suma importância para a Ação Integralista Brasileira (AIB), que considerava isso como um modo de aprimoramento da raça, a busca pela perfeição. O esporte, por exemplo, era considerado essencial para os milicianos, representando a força não apenas do atleta, mas de toda a instituição, pois tinha o pressuposto

de uma educação moral e corporal embasada na submissão e obediência como ideais fascistas do integralismo:

O Departamento da Milícia Integralista, criado em 1934, que mais tarde se tornaria Secretaria de Educação (moral, cívica e física), constituiu-se como um órgão cuja função maior era preparar os integralistas com base na cultura física, desenvolvendo um treinamento paramilitar que envolvia desde a instrução de “técnica, tática e moral” até a elaboração de planos de combate (SIMÕES; GOELLNER, 2012, p. 4).

Desta forma, Fernando de Azevedo passou a defender implacavelmente a educação física como capaz de solucionar os problemas físicos e morais do povo brasileiro. Azevedo era favorável à Atlética e era um dos poucos a se dedicar ao tema, principalmente imbricando-a ao controle higiênico como forma de regenerar a raça. A atividade física visava ao aprimoramento das forças físicas e morais dos indivíduos, estimulando e potencializando o sistema nervoso, muscular e digestivo, melhorando virtudes como perseverança, reflexão, audácia, entre outros; bem como combater a timidez excessiva, o desânimo e o raquitismo (VECHIA; LORENZ, 2009).

No artigo “A escola e o serviço militar” (RFS, 1936, n. 41-42, p. 19), o estudante secundarista Ênio de Paula Cordeiro Pletz, escreve acerca da importância da escola para o desenvolvimento físico e moral do cidadão, para ele, a missão da escola é “complexa e cada vez mais espinhosa: é preciso sondar, cuidar de cada aluno, segundo sua aptidão, sobre o tríptico aspecto: moral, intelectual e físico”, assim seria a educação plena. Valendo-se desses aspectos, o artigo ressalta a influência que a disciplina militar passa a exercer no âmbito escolar.

Nada se afigura tão importante para o desenvolvimento geral, nesses aspectos considerados como a disciplina militar, felizmente, agora, introduzida nos nossos estabelecimentos de ensino. Ela não somente aperfeiçoa o sentimento do dever, que aprendemos em nossas casas, como também nos habilita para sermos fortes, fisicamente capazes, e assim podemos melhor servir a nossa pátria. (RFS, 1936, n. 41-42 p. 19).

Toledo e Schneider (2009) afirmam que, durante as décadas de 1930 e 1940, o Estado se torna “paulatinamente mais centralizador”, e por meio de alianças políticas, a igreja católica manteve a doutrina da sua religião nas escolas, e o governo influenciou profundamente a educação com suas ideologias. Como exemplo, citamos a interferência dos militares na prática da disciplina de educação física. Isso se deveu a concordata moral, que foi

uma aliança realizada entre a igreja e a Presidência da República. Nesse contexto, todo um projeto foi estruturado em torno da educação física para ser guiada por militares na era varguista e calcada por discursos médico-higienistas, envoltos por intenções e ideologias liberais e positivistas ao mesmo tempo. O corpo do homem passa a ser pensado como espaço de progresso da nação. Um ambiente escolar higienizado se fez necessário e, nesta perspectiva, médicos adentraram o espaço escolar onde seu papel não era somente curar doenças, mas sim higienizar e disciplinar (MARQUES, 2011). Percebemos a influência dos militares na educação física bem como a permanência do saber médico nas escolas:

A instrução física abrangia os exercícios físicos propriamente ditos e o aproveitamento do valor físico de cada indivíduo nas diversas especialidades necessárias à ação dos milicianos nas lutas internas contra os inimigos da Pátria. No processo de militarização, a educação corporal foi utilizada como instrumento em prol da promoção da disciplina e da hierarquia. O enfoque da militarização do corpo, higienizado e eugenizado, era percebido como instrumento de transformação do corpo social. A nova higiene do corpo responsabilizava o indivíduo de modo a desenvolver uma consciência de bem-estar coletivo, enquanto a educação física voltava-se para obtenção de homens equilibrados e autossuficientes. As teorias eugênicas, por sua vez, buscavam argumentar que, com a disciplina dos músculos, se aperfeiçoaria a disciplina das vontades. (LENHARO, 1986, p. 6).

Nesse sentido, no primeiro governo de Getúlio Vargas, o exército participou do projeto de educação com sua filosofia calcada na moral e disciplina, com atuação de profissionais como Fernando de Azevedo. Ainda contou com a efetiva participação da igreja católica que criou a Associação Brasileira de Educação (ABE), atuando, desta forma, junto aos propósitos do Estado. Para Ferreira Neto (1999, p. 78), os militares, “por uma necessidade interna, inseriram a instrução pré-militar nas escolas públicas; posteriormente criaram os cursos de formação de professores e tornaram a instrução militar obrigatória”. Originou-se, assim, uma pedagogia militar com interferência na educação física no Brasil, o exército mostrou-se como instituição capacitada para assumir esta missão, a exemplo da criação da *Revista de Educação Física* utilizada para disseminar conhecimentos que permeavam a educação do corpo e orientar educadores com práticas corporais específicas para crianças.

Nesse sentido, o artigo “Educação” (RFS, 1937, n. 41-42, p. 23, C.C) reforça a presença dos valores patrióticos nas escolas e sugere que deveria se iniciar um “systema de educação moral e cívica, capaz de ensinar as crianças de hoje que serão os homens de amanhã, a imperiosa necessidade do culto à pátria”. Roso (2012, p. 80) aponta que saúde e educação, passam a figurar como importantes no cenário da época, “pois havia a preocupação

em sanar os principais problemas do país que eram o saneamento moral e físico”, o Ministério da Educação e Saúde foi criado para legislar e alcançar tal objetivo.

Taborda de Oliveira e Linhales (2011) afirmam que o processo de escolarização como construtor de uma sociedade moderna ultrapassa os muros da escola e a educação do corpo opera como estratégia. Neste contexto, pesquisas realizadas por meio dos regulamentos, relatórios e termos de visitas tornaram possível identificar indícios de que o corpo foi destacado como espaço de escolarização. Soares Junior (2015, p. 70) corrobora com essa afirmação ao descrever o papel do médico em caso de algum aluno ficasse doente, o autor afirma que cabia ao médico fazer uma visita familiar e “o Estado teria que doar os medicamentos aos alunos que não tivessem condições financeiras para comprar”.

Bastos e Stephanou (2005) analisaram a obra *Aventuras no Mundo da Higiene*, editada no ano de 1936 e considerada um dispositivo que aliava a “higiene ao progresso da nação”. Esse impresso objetivava civilizar e moralizar, lembrando que a obra foi produzida durante o “Estado Novo”. Vale ressaltar a iniciativa do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que em 1936 fundou a Comissão Nacional de Literatura Infantil (CNLI) com projetos como a criação de bibliotecas infantis, com o intuito de incentivar a “boa leitura”, com vistas a apreender novas virtudes, novos valores e melhores hábitos.

Cabe salientar ainda, que a literatura é também expressiva para a compreensão de um momento histórico. No caso específico da obra examinada, durante o Estado Novo (1937-1945) as autoridades governamentais assumem um discurso de saneamento da sociedade, especialmente no tocante às questões de higiene pessoal e social. Esse discurso, por sua força de verdade e legitimidade, proliferou em diferentes espaços e projetos. (BASTOS; STEPHANOU, 2005, p. 3).

Os discursos médicos e higienistas foram apregoados de maneira intensa, sobretudo ao introduzir algumas práticas como aulas de ginástica, higiene, inspeção escolar e orientação médica dentro das escolas. Percebemos, nesse contexto, que não é possível dissociar a saúde da educação física, ainda para que essas ações tornassem práticas sociais também foram difundidas na imprensa de diversas maneiras, como em rádios, cinema, livros, propagandas, jornais, manuais e revistas.

Também momento em que o próprio campo da educação física está em constituição, seja pela institucionalização de escolas civis, pelo debate instituído pelas novas associações de professores de educação física, seja pelas novas legislações em nível federal e estadual que versam sobre a

institucionalização e controle de suas práticas. Para tanto, mobiliza dispositivos editoriais fundamentais para impor ao leitor as representações sobre corpos saudáveis e úteis; sobre saúde e lazer; sobre o que deveria ser prática fundamental de formação corporal dos estudantes; e, sobretudo, impor um repertório de saberes sobre a disciplina. Esses dispositivos também revelam a representação do leitor projetada pelos editores do impresso. É na articulação entre as representações das práticas sociais que se quer impor e as representações do leitor previsto que determinados dispositivos editoriais são mobilizados para compor o impresso, para fazer circular os textos escolhidos nos suportes adequados. (TOLEDO; SCHNEIDER, 2009, p. 8).

Portanto, a educação do corpo infantil constituída pela higiene, saúde escolar, bem como a prática de atividade física na escola convergem numa educação física para crianças e adolescentes. São conteúdos presentes na Revista que interligam o corpo infantil ao espaço escolar, de cunho nacionalista e patriótico, com o intuito de validar a educação do corpo infantil escolarizada.

Por meio das fontes, evidenciamos que as publicações analisadas na RFS são, em sua maioria, discursos médicos higienistas que buscavam inculcar um novo padrão de comportamento na sociedade, novos hábitos de higiene na formação de futuros cidadãos brasileiros, enquadrados num novo padrão físico e moral. Tendo em vista vários fatores, como por exemplo, alta taxa de mortalidade infantil, proliferação de doenças e epidemias, falta de infraestrutura e saneamento básico para atender a demanda da população, numa cidade em processo de crescimento como Campo Grande.

É possível afirmarmos que Getúlio Vargas, durante seu mandato, utilizou a imprensa como estratégia do seu projeto de governo, visando sua ascensão com ações políticas voltadas para a educação, a saúde, a maternidade, a infância, entre outros projetos. Influências do escolanovismo, militarismo, sempre em conjunto com o higienismo e sanitarianismo, tiveram papel relevante no que concerne à educação do corpo infantil. A responsabilidade em educar o corpo infantil, que antes estava atribuída à mãe, passa também a ser função da escola, mediante a intervenção do Estado, que colocou a criança em pauta no projeto de uma nova nação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande desafio deste trabalho foi entender a historicidade do corpo no contexto educacional mais amplo e ao mesmo tempo focalizar mais especificamente, no contexto escolar, buscando continuidades entre o lar e a escola, as mães e os projetos da era Vargas, na cidade de Campo Grande, no sul do estado de Mato Grosso.

O delinear desta pesquisa abarca assuntos recorrentes dos discursos apresentados pela Revista Mensal Ilustrada *Folha da Serra* conhecemos a cidade de Campo Grande e suas preocupações com questões relativas ao saneamento, à higiene, à saúde e às práticas corporais como esportes, ginástica e dança que formavam um conjunto de elementos que contribuiriam para a elevação de Campo Grande como moderna e atenta aos anseios de civilização. Percebemos que o processo de urbanização e crescimento populacional, impulsiona também o desenvolvimento dos hospitais, a criação de parques para lazer, planejados possivelmente com a intenção de acompanhar o desejo de crescimento e progresso que a modernização suscitava. Entendemos essas ações como vinculadas ao processo de desenvolvimento varguista, relacionado ao progresso econômico e urbano.

Como parte da educação do corpo, a higienização social perpassou os espaços públicos, em especial o urbano, com a presença de novas regras de conduta e comportamento, possibilitando novos sentidos e sensibilidades. Este período de auge do discurso e da prática do higienismo, com participação efetiva de médicos, educadores e engenheiros, tem correlação com o processo de urbanização e modernidade do município de Campo Grande, evidenciados ao tratar do abastecimento de água da cidade, do atendimento médico nos hospitais públicos, da higiene na área urbana e rural.

Também compreendemos relações sobre o lugar que a mulher-mãe passou a ocupar na formação integral do corpo infantil, traçando as origens da construção cultural da nova representação do amor materno, que se deu por meio das intervenções e ações políticas, sociais e intelectuais, que remodelaram a maternidade na sociedade ocidental. Buscamos compreender como os concursos de bebês robustos, muito comuns na primeira metade do século XX, podem ser considerados estratégias do Estado, que passou a se apropriar de discursos eugenistas e médico-higienistas, com o intuito de trazer modernidade e progresso por meio do incentivo de novos hábitos frente à educação não formal da criança.

A prática do concurso de robustez do bebê foi adotada como estratégia para melhorar o corpo infantil. Para as mães, essas ações eram exercidas como fator motivacional, que incluía além da premiação, a exposição na imprensa, a provocação do sentimento de

patriotismo diante dos discursos, incentivando o saneamento dos corpos dos bebês e a satisfação em servir de exemplo para o restante da sociedade. O concurso de bebês foi promovido pela elite local, embasado por médicos e professores, divulgado pela RFS, com o propósito de apresentar a seus leitores, o ideal de bebês, que queria ser alcançado na época, bebês predominantemente brancos, pertencentes a famílias da elite.

O pensamento intelectual e científico alinhado às ideias higienistas do início do século XX é apropriado não somente pelo Estado, mas pela sociedade de uma forma geral, que passa a influenciar as mulheres na educação de seus filhos, e o concurso de bebês robustos de Campo Grande analisado também representa essa influência higienista e uma estratégia de governo que coloca a mãe como de fundamental importância na educação do corpo da criança.

Analisamos a educação do corpo infantil nas instituições escolares, e como o pensamento escolanovista passa a influenciar na disciplina de educação física e na educação dos corpos infantis em Campo Grande. Abordamos a disciplina de educação física, como novo campo disciplinar, focado na educação do corpo, tida como espaço privilegiado para a educação corporal em que ao corpo foi conferido um modelo escolar para a nova educação vigente, uma vez que os projetos e reformas educacionais visavam novos hábitos e novas condutas corporais. O movimento da Escola Nova e o higienismo tem íntima relação com a educação do corpo infantil proposta em nossa pesquisa, pois se trata de compreender seus mecanismos de ação, de uma prática pedagógica mais ativa, saudável e higienizada, em conjunto com as preocupações voltadas à educação das crianças, formando um tripé entre o Estado, a escola e a família.

Em linhas gerais, por meio da análise dos dados apresentados percebemos o grande esforço da Revista em contribuir no processo de transformação de uma cidade pequena, predominantemente rural, em uma capital moderna, mesmo que silenciando um cenário cujas altas taxas de mortalidade infantil, doenças e epidemias assolavam o país, ainda assim, é de considerar a intenção em reverter o quadro. Almejamos que esta pesquisa instigue e contribua com novas pesquisas, seja por acadêmicos da área da educação, seja por profissionais graduados e pós-graduados, que nosso pequeno passo auxilie o caminhar de outros.

REFERÊNCIAS

Fontes

MONCORVO FILHO, A. *Histórico da Protecção à Creação no Brasil: 1500-1922*. 2. ed. Rio de Janeiro: Departamento da Creação no Brasil, 1927.

REVISTA Mensal Ilustrada Folha da Serra. Campo Grande, Mato Grosso. 1931-1940.

Bibliografias

ALMEIDA, Jane Soares de. *Os corpos perfeitos e saudáveis que a pátria necessita: concurso de robustez infantil e a imagem materna*. São Paulo: UNIBAN/Unesp, 2004.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. Campo Grande: arquitetura e urbanismo na década de 30. Ed. da UNIDERP, 2000.

AZEVEDO, Fernando de et al. *Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 2010.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BASTOS, Maria Helena C.; STEPHANOU, Maria. Infância, Higiene & Educação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., 2005, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPED, 2005. p. 1-17.

BONFIM, Paulo Ricardo. *A educação no movimento eugênico brasileiro (1917-1933)*. 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, SP, 2013.

BONILHA, Luís R. C. M.; RIVORÊDO, Carlos R. S. F. Puericultura: duas concepções distintas. *Jornal de Pediatria*, Porto Alegre, v. 81, n. 1, p. 7-13, jan./fev. 2005.

BONTEMPI JUNIOR, Bruno. *As elites republicanas de São Paulo: formação, imaginário e projetos educativos*. 2013. 9 f. Monografia (Projeto de Pesquisa Bolsa PQ-CNPq). 2013.

BORGES, Letícia, Oliveira. A produção de identidade através dos uniformes escolares: Significação e conceituação. *Revista do Lhiste*, Porto Alegre, n. 3, v. 2, p. 322-336, jul./dez. 2015.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BULCÃO, Lúcia Grando; EL-KAREH, Almir Chaiban; SAYD, Jane Dutra. Ciência e ensino médico no Brasil (1930-1950). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14,

n. 2, p. 469-487, jun. 2007. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000200005&lng=pt&nrm=iso)

[59702007000200005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000200005&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em: 11 mar. 2018.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

_____. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 167-178.

CARLONI, Karla. Representação do Nacional (1930-1945): O Ballet e o Popular na Cidade do Rio de Janeiro. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVII., 2013, Natal. *Anais...* Natal: Contexto, 2013. p. 1-12.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2005.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão, 1990.

CORRÊA, Denise Aparecida. *Os governos de Getúlio Vargas (1930-1945) e a Educação Física Escolar no Estado de São Paulo: lembranças de velhos professores*. 2009. 230 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

COSTEIRA, Elza Maria Alves. *Hospitais de Emergência da Cidade do Rio de Janeiro: Uma Nova Abordagem para a Eficiência do Ambiente Construído*. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 2003.

DAMICO, José Geraldo Soares; KNUTH, Alan Goularte. O des(encontro) das práticas corporais e atividade física: Híbridizações e borramentos no campo da saúde. *Movimento*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 329-350, jan.-mar. 2014.

DALBEN, André. Educação do corpo e vida ao ar livre: natureza e educação física em São Paulo (1930 – 1945). - Campinas, SP: [s.n], 2009.

DEL PRIORE, Mary (1952). *Conversas e histórias de mulher*. São Paulo: Planeta, 2013.

DEWEY, John. *Experiência e educação*. São Paulo: Nacional, 1971.

ECO, Umberto. *Psicologia do vestir*. 3. ed. Lisboa: Assirio e Alvim, 1989.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. V. 1.

FALCKE, Denise; WAGNER, Adriana. Mães e madrastas: Mitos sociais e autoconceito. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 5, n. 2, p. 421-441, 2000.

- FERNANDES, Priscila Dantas; OLIVEIRA, Kécia Karine Santos de. Movimento Higienista no Brasil e o Atendimento à Criança. In: SIMPÓSIO REGIONAL VOZES ALTERNATIVAS: UMA DISCUSSÃO SOBRE PODER, IDENTIDADE, EDUCAÇÃO, PATRIMÔNIO, CULTURA E? EXCLUÍDOS?, I., 2012, Aracaju. *Anais...* Aracaju: UFS, 2012. p. 261-285.
- FERREIRA NETO, Amarelho. *A pedagogia no exército e na escola: a educação física brasileira (1880-1950)*. Aracruz, ES: FACHA, 1999.
- FINKELMAN, J. (Org.). *Caminhos da saúde no Brasil [online]*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.
- FONSECA, Cristina M. Oliveira. Trabalhando em saúde pública pelo interior do Brasil: lembranças de uma geração de sanitaristas (1930-1970). *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 393-411, 2000.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. Feminismos, mulheres e esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico. *Movimento*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 171-196, maio/ago. 2007.
- GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial*. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- _____. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.
- _____. *Entre a cura e o médico: higiene, docência e escolarização no Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.
- HABERMAS, J. O discurso filosófico da Modernidade. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- KEHL, Renato Ferraz. *A fada hygia: primeiro livro de hygiene*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1925.
- KUHLMANN JUNIOR, Moysés. A circulação de ideias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN, Moysés (Org.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 459-503.
- _____. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre. Mediação, 2015.
- LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- _____. *Um Corpo Estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MARCON, Mônica D'Andréa. *Aspectos Históricos do uso dos uniformes escolares: reflexões no campo da educação e da moda (1940-2000 Caxias do Sul)*. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Filosofia e Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2010.

- MARINS, Paulo. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCHENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1998. v. 3, p. 131-214.
- MARQUES, Fábio Bezerra. *Educação Física no Jardim de Infância: concepções e práticas corporais infantis na Revista de Educação Física do Exército (1930-1940)*. 2011. Dissertação (Tese de Mestrado) – UFPE, Recife, 2011.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. “Vamos criar seu filho”: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 135-154, 2008.
- MESQUITA, Yuri Mello. Jardim de asfalto: água, meio ambiente, canalização e as políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte, 1948-1973. 2013. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- MEURER, Sidmar dos Santos; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. A invenção dos recreios nas escolas primárias paranaenses: o lugar da educação do corpo, dos sentidos e das sensibilidades na escola. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 225-247, jan.-mar. 2016.
- MONCORVO FILHO, A. O Dia das Mães: conferência realizada em 12 de outubro de 1925 no Instituto Nacional de Música (extraída dos Archivos de Assistencia a Infancia) pelo Dr. Moncorvo Filho. Rio de Janeiro: Empresa Graphica, 1925.
- MORENO, Andrea. A propósito de Ling, da ginástica sueca e da circulação de impressos em língua portuguesa. *Revista Brasileira de Ciência do Esporte*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 128-135, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbce/v37n2/0101-3289-rbce-37-02-0128.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2017.
- OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. *Façamos a família à nossa imagem: a construção de conceitos de Família do Recife Moderno (décadas de 20 e 30)*. 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- OLIVEIRA, Ozéas. *As Representações da infância na mídia impressa em Mato Grosso nos anos de 1930 a 1945: o tripé família, educação e saúde*. Rondonópolis, MT: UFMT, 2013.
- ORTIZ, Fernanda Ros. *A Escola Normal de moças das elites: um estudo das práticas escolares, culturais e sociais do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1946-1961)*. 2014. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2013.
- PYKOSZ, Lausane Corrêa; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. A higiene como tempo e lugar da educação do corpo: preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares do estado do Paraná. *Currículo sem Fronteiras*, v. 9, n. 1, p. 135-158, jan./jun. 2009.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX) In: LAMOSO, Lisandra Pereira (Org.). *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008. p. 15-75.

_____. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades (um breve ensaio). *Diálogos, DHI/PPH/UEM*, Maringá, v. 10, n. 2, p. 149-184, 2006.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 484-507.

RIBEIRO, Darcy. O Brasil crioulo. In: O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

RODRIGUES, Eglen de Oliveira Passone. *A Revista Mensal Ilustrada da Folha da Serra e suas dimensões educativas (sul de Mato Grosso, 1931-1940)*. 2017. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2017.

ROSO, Paula Cristina Mincato. *A educação do corpo nas escolas municipais de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul (1937 a 1945)*. 2012. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Filosofia e Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2012.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio, ou da educação. Tradução de Sergio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 1995.

SÁ, Nirvana L. A. R. de; MAIA, Doralice Sátyro. Cemitério e Saúde Pública na Cidade da Parahyba: em meados do século XIX. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, VIII., 2009, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009. CD ROM.

SARAT, Magda. *A Infância e a Formação Civilizada do Indivíduo em Norbert Elias*. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Mesa_Coordenada/Trabalhos_Completos/Magda_Sarat.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2018.

_____. Infância e educação infantil: do renascimento à modernidade: In: _____. *Fundamentos filosóficos da educação infantil*. Maringá: Eduem, 2009. p. 9-21.

SAVIANI, Dermival. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 9-57.

SILVA, Anilde Tombolato Tavares da. A Infância no Processo Civilizador. Aprender - Cad. De Filosofia e Psic. da Educação. Vitória da Conquista Ano III, n. 4 p. 11-27, 2005.

SIMÕES, Renata Duarte; GOELLNER, Silvana Vilodre. A educação do corpo para o "soldado integral", "forte de físico, culto de cérebro e grande de alma". *Motriz: Revista de Educação Física*, Rio Claro, SP, v. 18, n. 2, p. 327-337, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-65742012000200013&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 23 nov. 2017.

SOARES JUNIOR, Azemar dos Santos. *Physicamente Vigorosos: medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba (1913-1942)*. 2015. 270 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SOARES, Carmen Lúcia. As roupas destinadas aos exercícios físicos e ao esporte: nova sensibilidade, nova educação do corpo (Brasil, 1920-1940). *Pro-Posições*, Campinas, v. 22, n. 3 (66), p. 81-96, set./dez. 2011.

SOARES, Carmen Lúcia. *Imagens da educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. *O pensamento médico higienista e a Educação Física no Brasil: (1850-1930)*. 1990. 247 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.

SOUTO MAIOR JÚNIOR, Paulo Roberto; MAIA, Janaina dos Santos. Disciplinando corpos infantis na Primeira República: os discursos da revista Tico-tico e dos Almanques de Farmácia. *Temática*, UFPB, v. 10, n. 6, p. 99-111, jun. 2014.

SOUZA, Fabio William. *Fronteiras póstumas: a morte e as distinções sociais no Cemitério Santo Antônio em Campo Grande*. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2010.

SOUZA, Rosângela Ferreira. A Celebração da Infância: os concursos de robustez e a construção de uma infância higienizada em Pão Paulo (1920-1930). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, IV., 2006, Goiânia. *Anais...* Goiânia: Sbhe, 2006. v. I, p. 64-67. Disponível em: <[http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo04/Rosangela Ferreira de Souza-Texto.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo04/RosangelaFerreira%20de%20Souza-Texto.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2018.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. *Educação do corpo na escola brasileira*. Campinas: Autores Associados, 2006.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio; BELTRAN, Claudia Ximena Herrera. Uma educação para a sensibilidade: circulação de novos saberes sobre a educação do corpo no começo do século XX na Ibero-América. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 13, n. 2 (32), p. 15-43, maio/ago. 2013.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio; LINHALES, Meyli Assbú. Pensar a educação do corpo na e para a escola: indícios no debate educacional brasileiro (1882-1927). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 389-408, maio-ago. 2011.

TEIXEIRA, Clara. Cinejornal Brasileiro: eugenia adaptada no Estado Novo. *Revista Científica FAP*, Curitiba, v. 8, p. 163-180, jul./dez. 2011.

TOLEDO, Maria Rita De Almeida; SCHNEIDER, Omar. A revista Educação Physica (1932-1945): fórmula editorial, prescrições educacionais, produtos e publicidade. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 9, n. 20, p. 193-229, maio/ago. 2009.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael. Fernando de Azevedo e a questão da "raça brasileira": sua regeneração pela educação física. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, MG, v. 8, n. 1, p. 57-70, jan./jun. 2009.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. *Revista Brasileira de Educação [online]*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 90-103, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a07.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

VIANNA, Ana Carolina Strapação Guedes; MAIA, Doralice Satyro. Ruas e Ladeiras da Cidade Histórica: Entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa - João Pessoa / PB. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, XIV., 2006, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2006. p. 22.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e Processo Educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 497-518.

WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 103-124, set. 1999. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881999000100006>.